



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS - MPGNT**

FRANCISCO EUDÓRIO FERNANDES

**GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DA METRÓPOLE FORTALEZA: O BEM
ESTAR DE RESIDENTES E TURISTAS**

FORTALEZA – CE

2014

FRANCISCO EUDÓRIO FERNANDES

**A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DA METRÓPOLE FORTALEZA: O BEM
ESTAR DE RESIDENTES E TURISTAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maione Rocha de Castro Cardoso.

FORTALEZA – CE

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

FERNANDES, FRANCISCO EUDÓRIO.

GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DA METRÓPOLE FORTALEZA:
O BEM ESTAR DE RESIDENTES E TURISTAS [recurso
eletrônico] / FRANCISCO EUDÓRIO FERNANDES. - 2014.
1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 108 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia,
Mestrado Profissional em Gestão de Negócios
Turísticos, Fortaleza, 2014.

Área de concentração: GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS.
Orientação: Prof.ª Dra. MAIONE ROCHA DE CASTRO
CARDOSO.

1. GESTÃO. 2. SEGURANÇA PÚBLICA. 3. TURISMO. 4.
METRÓPOLE. 5. FORTALEZA. I. Título.



Universidade Estadual do Ceará - UECE

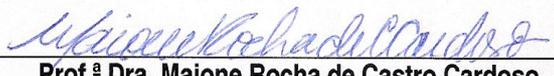
Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE - IEPRO

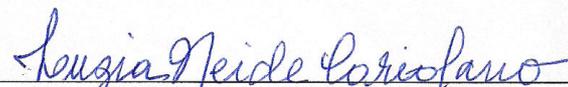
Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos

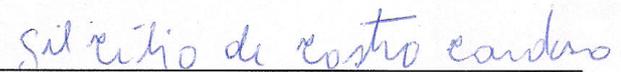
DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins e prova, que **FRANCISCO EUDÓRIO FERNANDES**, aluno do Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará – UECE, defendeu em **10 de Junho de 2014** a sua Dissertação intitulada: “**Gestão da Segurança Pública da Metrópole Fortaleza: O Bem Estar dos Residentes e Turistas**”, obtendo conceito **Satisfatório**.

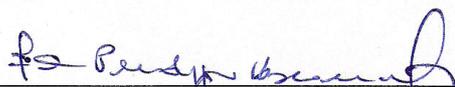
Membros da Comissão Examinadora:


Prof.^a Dra. Maione Rocha de Castro Cardoso
Presidente/Orientadora


Prof.^a Dra. Luzia Neide Coriolano
1º Membro


Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso
2º Membro

VISTO:


Prof. Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos
Coordenador do Curso de Mestrado Profissional
em Gestão de Negócios Turísticos

“[...] Mais do que máquinas precisamos de humanidade.
Mais do que inteligência precisamos de afeição e doçura.
Sem estas virtudes a vida será de violência e tudo estará perdido.”

Charlie Chaplin

À Deus, pela dádiva maior da existência,
e saúde.

À minha esposa Marta Rabelo Fernandes,
pela compreensão nos momentos de
ausência e apoio incondicional.

Aos meus filhos, Luiz Flávio, Pedro
Eudório e Dimas Rabelo Fernandes, pelo
companheirismo e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Às professoras orientadoras Dr^a Maione Rocha de Castro Cardoso e Dr^a Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano por me iluminarem o caminho na busca do conhecimento;

A todos os que me ajudam a antever um mundo de justiça e solidariedade, de delicadeza e generosidade;

A todos que contribuíram direta e indiretamente para a concretização da pesquisa.

Muito obrigado!

RESUMO

A gestão de Fortaleza, sob o prisma da segurança pública enfatiza aspectos dos quais a Universidade não pode se excluir, na produção e criação de conhecimentos: ordem pública e direito à cidadania, existentes, mas não usufruídos pela maioria da população. A responsabilidade em políticas públicas de segurança para a atividade turística é vital para o processo de desenvolvimento do setor. A dissertação trata de gestão de sistemas de políticas públicas de segurança na Metrópole Fortaleza. Tema complexo multifacetado e pouco explorado analisa-se com objetivo de compreender a função da ordem pública como fator fundamental em atividades de prevenção à violência contra residentes e turistas na capital cearense, conhecendo dados da realidade e espécies de conflitos. . Verifica-se a sensação de insegurança reinante na cidade relatada por residentes e turistas. Como monitorar todo o processo é o foco da investigação. Propõe-se verificar se as metas são factíveis ou superficiais para um planejamento que deve ser visto como diligente e revisado. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisa bibliográfica, descritiva com abordagem exploratória. Caracterizou-se o ambiente socioespacial da Metrópole Fortaleza, com ênfase nos espaços de maior circulação de turistas e da população. Como técnica de coleta de dados utilizou-se questionários aplicados a profissionais de segurança pública. Diz-se o discurso do policiamento comunitário, adequado, por agir com atitude proativa, buscar soluções em vez de repressão pelo uso da força, dispensando na maioria das vezes o aparato judicial do Estado. Destaque para proposta de formação profissional continuada enquanto processo para prestação de serviços de políticas públicas de turismo. Nota-se a importância do turismo em Fortaleza como acelerador da economia, da urbanização turística e do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Gestão. Segurança Pública. Turismo. Metrópole. Fortaleza.

ABSTRACT

The management of Fortaleza, from the perspective of public safety emphasizes aspects of which the University cannot be excluded, in the production and creation of knowledge: public order and the right to citizenship, existing but not enjoyed by the majority of the population. The responsibility for public security policies for tourism is vital to the process of development of the sector. The dissertation deals with the management of public security policies in Metropolis Fortaleza systems. Theme multifaceted and unexplored complex is analyzed in order to understand the role of public policy as a key factor in the prevention of violence against residents and tourists in Fortaleza activities, knowing reality data and type of conflict. There is a sense of insecurity prevailing in the city reported by residents and tourists. How to monitor the whole process is the focus of the investigation. It is proposed to verify whether the goals are feasible or surface to a plan that should be seen as diligent and revised. The methodology used was based on literature, descriptive exploratory research approach. Characterized the socio- environmental Metropolitan Fortaleza, with emphasis on areas of greater movement of tourists and the population. As a technique for data collection was used questionnaires to public safety professionals. It is said the speech community, adequate policing, by act proactive and seek solutions instead of repression by force, eliminating most of the time the judicial apparatus of the state. Featured proposal for continuing professional training as a process for providing public policy tourism services. Note the importance of tourism in Fortaleza as accelerator of economy, tourism urbanization and local development

Keywords: Management. Public Safety. Tourism. Metropolis. Fortaleza.

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

AESP	Academia Estadual de Segurança Pública
AIS	Áreas Integradas de Segurança
AMC	Autarquia Municipal de Trânsito
ANTT	Agência Nacional dos Transportes Terrestres
BO	Boletim de Ocorrência
BPRE	Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual
BPTUR	Batalhão de Policiamento Turístico
CAESP	Conselho Arbitral do Estado de São Paulo
CCDS	Conselho Comunitário de Defesa Social
CEART	Centro de Artesanato do Ceará
CIOPS	Centro Integrado de Operações de Segurança
COGEN	Coordenadoria Geral de Ensino e Instrução
CPC	Comando de Policiamento da Capital
CPCOM	Coordenadoria de Polícia Comunitária
CPE	Comando de Policiamento Especializado
CTAFOR	Controle de Tráfego Centralizado de Fortaleza
DECON	Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor
DEPROTUR	Delegacia de Proteção ao Turista
EMCETUR	Centro de Turismo do Ceará
ETICE	Empresa Pública de Tecnologia da Informação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPECE	Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ONG	Organização Não Governamental
PM	Polícia Militar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Cidadã
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SECOVI	Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública

SESEC	Secretaria Municipal de Segurança Cidadã
SETFOR	Secretaria de Turismo de Fortaleza
SETUR	Secretaria do Turismo do Ceará
SSPDS	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: RMF - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2012 – IPECE.	23
Figura 2: Mapa das Regionais de Fortaleza - IPECE, 2012.....	26
Figura 3: Praça Portugal, bairro Aldeota.	29
Figura 4: Rua do bairro Tancredo Neves, bairro periférico de Fortaleza.....	30
Figura 5: Vista área de Fortaleza.	32
Figura 6: Verticalização na Praia de Iracema.....	35
Figura 7: Densidade demográfica de Fortaleza.....	41
Figura 8: Bairros de Fortaleza.....	46
Figura 9: Bairros mais Violentos de Fortaleza.....	60
Figura 10: Bairros de Fortaleza com maior número de registro de roubos a veículos.	61
Figura 11: Bairros com menores índices de violência.....	62
Figura 12: Policiais militares do BPTUR na Praia de Iracema.....	67
Figura 13: Sede temporária do DEPROTUR/2014.....	68
Figura 14: Futura sede da DEPROTUR, 2014.	69
Figura 15: Ônibus de Turismo atingido por disparo de arma de fogo durante assalto.	70
Figura 16: Localização de câmeras no corredor turístico da orla de Fortaleza.	71
Figura 17: Policiamento da Guarda Municipal na Praia de Iracema.....	74
Figura 18: Salva-vidas da Guarda Municipal na Praia de Iracema.....	75
Figura 19: Áreas Integradas de Segurança em Fortaleza.....	81
Figura 20: Áreas Integradas de Segurança em Fortaleza segundo Órgãos de Execução Programática.	82
Figura 21: Organograma da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã.	83
Figura 22: Organograma da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza.	84
Figura 23: Casa de mediação comunitária na periferia de Fortaleza.	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ranking da Vitimização nas Capitais brasileiras.	58
Quadro 2: Percepção dos turistas sobre os equipamentos e serviços.....	73
Quadro 3: Avaliação dos equipamentos e serviços turísticos.	74
Quadro 4: Bairro de residência dos entrevistados.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Vítimas de crimes violentos letais intencionais no Ceará nos anos 2012, 2013 e 2014.	50
Gráfico 2: Índice de evolução da Segurança Pública segundo os turistas.	64
Gráfico 3: Mercado Emissor dos Turistas Entrevistados.....	92
Gráfico 4: Motivação da Viagem.	93
Gráfico 5: Avaliação dos Turistas sobre Segurança Pública em Fortaleza.....	93
Gráfico 6: Presença Policial no Destino Turístico.....	94
Gráfico 7: Nível de escolaridade dos residentes entrevistados.....	95
Gráfico 8: Avaliação da Segurança Pública no Bairro de Residência.	96
Gráfico 9: Fatores que contribuem para desvalorização do bairro.	97
Gráfico 10: Presença Policial nos Bairros.	97
Gráfico 11: Dispositivo de Segurança em Casa.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ranking das cidades mais violentas do mundo.....	56
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A METRÓPOLE FORTALEZA E A SEGURANÇA PÚBLICA	20
2.1. Divisão espacial e segregação social de Fortaleza	25
2.2. Expansão urbana e insegurança na Metrópole	31
2.3. Metrópole fragmentada e insegura	40
3. SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ E IMPASSES DO TURISMO	53
3.1. A segurança pública na Constituição Brasileira de 1988.....	78
3.2. Estrutura da segurança pública de Fortaleza.....	80
3.3. O papel das polícias militares e do município na segurança pública.....	85
3.4. Estudo de caso sobre a percepção dos residentes e não-residentes quanto a Segurança Pública na metrópole Fortaleza	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
ANEXOS	110

1. INTRODUÇÃO

A segurança precisa ser explicitada no contexto da relação com administração pública, forças de segurança, serviços turísticos: restaurantes, hotéis, pousadas, agências de viagens, operadoras de viagens, agências de turismo receptivo, organizadoras de eventos, recreação e lazer, projetos culturais, entre outros, que precisam de segurança para realização dos trabalhos.

O turismo e a violência exercem influência direta na transformação do espaço. Diz Coriolano (2006, p.368): “o turismo produz novas configurações geográficas e se materializa no espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas”.

Segurança pública constitui critério básico não só para escolha do destino turístico, mas para a qualidade de vida da população. É importante que as cidades tenham segurança, capacitada e eficiente, que garanta o bem estar da comunidade e estenda os serviços a turistas.

Sob perspectiva da gestão de turismo, destaca-se a necessidade de estrutura urbana focada não apenas na oferta de serviços turísticos, mas também de serviços de apoio, no caso, segurança pública, que passa serviço eficiente de informação, sinalização e ordenamento de trânsito, bom policiamento e controle da ordem pública, entre outras atividades que tornem a estadia do visitante tranquila e segura.

Para assegurar tais condições as Metrôpoles brasileiras equipam-se de delegacias especiais em atendimento específico a turistas, como fez a cidade de Fortaleza em 2004, por meio da Delegacia de Proteção ao Turista (DEPROTUR), órgão subordinado ao Departamento Especializado da Polícia Civil do Estado do Ceará. Sua criação foi medida extremamente necessária, em face da demanda do turismo (CEARÁ, 2004).

À confrontação de estimativas do turismo com a violência urbana, ressalta-se o fato de que, na hierarquia de prioridades do viajante, a segurança do destino turístico ocupa posição prevalecente e mostra-se variável determinante na equação decisória do turista.

No entanto, o poder público não consegue controlar os crescentes índices de violência nas cidades turísticas. O certo é que, mesmo diante da realidade difundida pela mídia, Fortaleza se considera roteiro turístico mais procurado do País.

Fortaleza produz espaços turísticos diversos com atrativos, infraestrutura, empregos, serviços e produtos variados, porém os investimentos em estrutura tornam-se vulneráveis, na medida em que violência desenfreada torna a demanda reduzida, com prejuízos para a economia.

O crescimento urbano e econômico não é acompanhado de distribuição de renda justa e de melhor equiparação de espaços, em forte segregação de bairros, com desempregos que geram violência. Dessa forma, a desigualdade social faz-se evidente. As mudanças, no contexto socioeconômico, ampliam o número de residentes insatisfeitos, além da exclusão e violência. Em consequência, o turista acaba vítima da situação de insegurança.

É que a violência cresce de forma contínua e assustadora, não concebida em padrões de razoabilidade. Nos últimos anos, divulga-se no Brasil, o rol de cidades violentas, inseguras, com Fortaleza na lista.

Esta pesquisa buscou a literatura científica sobre a temática, para reflexão sobre questões de enfrentamento da violência, que impacta diretamente em negócios turísticos. Analisam-se as condições de segurança pública dada a residentes, especificamente a turistas, tendo em vista notória e pública sensação de insegurança.

Fortaleza vincula-se à imagem de turismo de sol, praia e lazer, mas também à insegurança urbana, levando muitos desistirem da viagem. A violência e insegurança, à revelia de leis, códigos de postura, em centros urbanos, bairros e espaços públicos, configuram desrespeito ao direito de ir e vir, seguramente, entre outros. A urbanidade é normalmente tratada com indiferença pelos gestores e envolve problema social, por seguir lógica capitalista.

Turismo, fenômeno mundial, suscita a governos, ao trade turístico e gestores públicos e privados, e a tantos quantos, direta ou indiretamente, lidam com a atividade, percebê-lo e construí-lo teoricamente, com políticas de segurança e de bem-estar de residentes, visitantes e turistas.

Fortaleza, nos últimos anos, diz-se importante destino turístico nacional, pelos atrativos naturais e culturais, à política governamental do turismo e ao dinamismo da iniciativa privada. No entanto, é destino inseguro, com problemas estruturais e sociais.

A exploração sexual de crianças e adolescentes causa desconforto e insegurança, ao recrudescimento de políticas de turismo, pelo aumento de ações

criminosas atentatórias da segurança dos cidadãos, por exemplo, assaltos, latrocínios e arrastões no Centro da cidade e na Av. Beira Mar principais espaços turísticos.

A formação do panorama turístico se coaduna com a realidade social insegura do residente e problemas de segurança pública. O conhecimento prévio da situação despertou, no pesquisador, interesse pelo estudo da temática. Conhecimento em profundidade e amplitude da segurança pública, formulada com base no alinhamento teórico, conceitual e operacional.

Nesse entendimento, o tema é desafio, pois é divulgação corrente de que o Ceará é destino turístico que remete a exigências maiores e cuidados com a segurança oferecida. Desafio encarado pela análise da realidade, conhecimento do trabalho dos sujeitos envolvidos com segurança, além do governo, empresários e sociedade.

A escolha do destino depende de fatores, entre os quais, segurança. Criminalidade é um fato social gerador de insegurança que interfere decisivamente na demanda turística, tendo o Estado de apresentar novas propostas de segurança do cidadão.

É em meio a espaços urbanos que o cidadão organiza-se comunitariamente e busca resolver problemas de segurança pública. E, na falta de iluminação, com terrenos baldios, lixo acumulado, praças degradadas e ausência de equipamentos esportivos, culturais, a insegurança persiste. Ou seja, não são problemas de resolução exclusiva, com raras exceções, de autoridades policiais, por mais que tenham obrigação de mapear e conhecer a fundo as causas para, em parceria com entidades do governo, dar-lhes solução.

Sobre segurança pública considera-se responsabilidade de planejamento, com base em dados integrados, para sair do imprevisto e agir em ocorrências inesperadas operações de segurança. A segurança de território é considerada desafio ético no mundo contemporâneo. O território necessita da viabilização das condições de poder, mas, ao mesmo tempo, há dificuldades de incorporação de ética da responsabilidade em relação à segurança pública, tendo-se em vista que a produção do espaço vincula-se cada vez mais a espaços, mercadorias e não espaço do cidadão. Fato isolado nem sempre determina segurança de destinação turística, mas fatos cotidianos prejudicam a imagem e o conforto de residentes. No cotidiano de grandes centros urbanos, predomina a poluição, congestionamentos, violência.

Na falta de controle, os espaços urbanos ficam entregues as mãos de flanelinhas que 'reparam carros'; calçadas são invadidas por comerciantes prejudicando o ir e vir do pedestre; há confrontos nas ruas, tomadas por vendedores ambulantes, em ocupação desordenada e insegura que acarreta problemas de insegurança.

Diante da problemática levantam-se os seguintes questionamentos:

- A Segurança pública em Fortaleza tem sido eficaz no atendimento a residentes e turistas?
- Qual a percepção de residentes e turistas sobre a violência?
- O panorama da segurança pública tem afetado o desenvolvimento dos negócios turísticos?
- Quais são as estratégias de segurança pública para áreas turísticas e residenciais?

E, conseqüentemente, os seguintes objetivos:

- Analisar a eficiência no enfrentamento à violência contra residentes e turistas;
- Identificar a percepção de residentes e turistas em relação à violência;
- Conhecer as estratégias de segurança pública em áreas turísticas e residenciais;
- Analisar a função de ordem pública como fator fundamental para prevenção à violência contra residentes e turistas;
- Expor a realidade de segurança na metrópole Fortaleza.

Elaborou-se estudo exploratório, com pesquisas documentais e de campo, em abordagem qualitativa, com fundamento em estudiosos do tema, e pesquisa institucional e de campo, com aplicação de questionários socioeconômicos.

Na pesquisa documental, analisam-se produções existentes. Os documentos possibilitam mais conhecimento acerca de segurança pública e turismo na Metrópole Fortaleza, pela análise de informações de órgãos públicos e privados

de áreas pertinentes. Pelos documentos têm-se os principais aspectos sobre turismo e segurança pública.

Sobre a abordagem quanto-qualitativa, Cameron et al. (1992) consideram tratar-se de método que possibilita diferentes instrumentos e recursos para coleta de dados, observação do fenômeno durante a investigação, entrevistas e documentos de instituições governamentais, justificando e analisando a segurança pública.

O recorte espacial é a cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Os sujeitos do estudo abrangem gestores do turismo e segurança pública, residentes e turistas.

Estudaram-se dados sobre segurança pública, em documentos institucionais de órgãos gestores. A análise ajuda na solução do problema, por evidenciar as relações entre o fenômeno estudado e a metrópole. Sobre segurança, há carência de sistematização de análise e interpretação.

A dissertação compreende em cinco partes: introdução, delimitação do tema, justificativa, problematização, objetivos, metodologia, primeira parte. A segunda versa acerca da totalidade social da metrópole, relacionando-a com Segurança Pública. A terceira aborda a segurança pública de Fortaleza, e questões pertinentes a impasses de segurança e turismo. Apresentação dos dados coletados na pesquisa de campo e análise sob a perspectiva da gestão de negócios turísticos. Por fim, conclusões, seguidas de referências bibliográficas.

2. A METRÓPOLE FORTALEZA E A SEGURANÇA PÚBLICA

Desde o século XIX, mudanças se estabelecem no campo da ordem político-administrativa relacionada à independência jurisdicional do Ceará em relação a Pernambuco (DANTAS, 2006). São fatores que despertam, na sociedade, novos olhares sobre zonas litorâneas, fazendo a cidade abrir-se para o mar. Soma-se a isso a guerra civil americana e o aumento na potencialidade da cultura algodoeira, fazendo com que a cidade tenha ligação direta com a Inglaterra, com aumento de fluxos marítimos comerciais.

Nesse contexto, Fortaleza torna-se a principal beneficiária do processo de produção algodoeira, tendo em vista que as atividades portuárias tornam-se fundamentais e a cidade destaca-se entre regiões produtoras de algodão. Fortaleza entra no modelo clássico de cidade litorânea em função de capital e posteriormente transformada em Metrópole, apresentando-se como principal ponto de escoamento de mercadorias oriundas do sertão. O destaque na produção algodoeira é enfatizado por Silva (2007, p.228).

O desenvolvimento da lavoura algodoeira e a colocação desse produto no mercado internacional provocaram a projeção de Fortaleza como centro urbano. Pouco a pouco, a capital cearense foi adquirindo destaque entre as cidades do Estado e, posteriormente, entre as cidades brasileiras.

De acordo com o autor supracitado (2007, p.216), enquanto no Centro Sul do Brasil, pelo avanço tecnológico, a indústria destaca-se pelo papel preponderante, na disseminação e crescimento de cidades, cristalizando modo de vida urbano, no Nordeste, o processo é diferente: por meio de atividades como agricultura e pecuária, no processo de ordenamento espacial. Fortaleza tem condição de capital administrativa, pela construção da estrada de ferro de Baturité que facilitou escoamento de mercadorias para o interior, em momento propício à economia algodoeira em alta comercial, assim como à construção de rodovias. Os acontecimentos fizeram com que Fortaleza gradativamente adquirisse características de Metrópole, em competição com cidades do interior, até à posição em que se encontra.

As relações econômicas entre litoral e sertão se cristalizam e despertam interesse da população de migrar do sertão para a cidade, fluxo que ocasiona modificações quantitativas e qualitativas, efetivando-se quadro de vida urbano, com

aumento do número de habitantes. Segundo Dantas (2006, p.37), “Fortaleza passa no final do século XIX, por crescimento considerável de sua função comercial”.

A cidade litorânea nutre o imaginário de vida sertaneja, por receber famílias do sertão que intensificam o crescimento demográfico. A origem é o sertão. Nos anos 1930, Fortaleza se expande e aglutina espaços ao tecido urbano que não extrapolam o centro e ocupam o lado oeste, sul, norte e leste. A cidade ganha espaços distintos: periferia e centro. A periferia articula-se e depende do centro, que se espacializa e torna-se lugar de poder, comércio e concentração de serviços, e a periferia, em lugar de habitação, lazer de classes menos favorecidas.

Dessa forma, centro e periferia apresentam características específicas: a elite foge do centro e as classes menos abastadas são territorializadas em áreas menos valorizadas. O crescimento urbano é ditado pela busca de espaços litorâneos, em zonas de praia, para lazer e turismo, atividades que urbanizam zonas de praia como destaca Dantas (2006, p.42).

A zona de praia, com verdadeira barreira de arranha-céus e suas praias urbanizadas, é incorporada, ora como perspectiva marítima, admirada a partir das janelas dos apartamentos luxuosos e dos hotéis; ora como lugar de realização de uma série de demandas de lazer e de turismo, notadamente os banhos de mar e de sol, os passeios, o exercício de esporte e o trabalho de toda natureza, da prostituição à pesca, bem como novas atividades como os restaurantes, o comércio ambulante, as atividades artísticas.

A valorização de zonas de praia volta a cidade para o mar, que outrora dava costas e repudiava práticas litorâneas. O fenômeno produz-se a partir dos anos 1970, em que o espaço litorâneo transforma-se e ganha novas atribuições, absorvendo equipamentos de lazer, como construção de calçadões ao longo da praia. Promove-se, dessa forma, a passagem de cidade interiorana para marítima, muda-se a mentalidade e propõem-se novas relações entre sociedade e natureza, que suscita valorização de zonas litorâneas pela sociedade.

Fortaleza passa por metamorfoses intensas desde 1980 com destaque para o domínio do litoral sobre o sertão, transformando a capital em importante metrópole.

Nesse contexto, cidades transformam-se gradativamente em polos receptores do turismo, em preparação para oferta de serviços necessários ao conforto do turista, pelos serviços, hospitalidade e segurança. Hospitalidade é fundamental para quem chega à Metrópole (MENDES, 2008), assim como segurança, fator primordial.

Turistas de outros países e continentes necessitam de serviços bilíngues para as devidas informações sobre a cidade e lugares de visitação, para evitar problemas de violência, insegurança e neuroses urbanas. A atividade turística torna-se vulnerável a problemas urbanos, como falhas de segurança pública, que se tem como serviço urbano, devidamente planejado, como denota Mendes (2008, p.333).

A segurança das cidades é um dos elementos discutidos quando se planeja realizar uma viagem turística. Todos que desejam viajar exigem segurança, desejam voltar ilesos, livres do perigo à integridade física, constrangimento moral e perturbao. Refletir acerca da segurança é um tema inerente às cidades.

As cidades são espaços de desigualdades sociais, violência, mesmo as de alto nível socioecon mico são vítimas de atos ilícitos com residentes, visitantes e turistas. Evidencia-se, dessa forma, estar o problema de insegurança para além do planejamento na segurança pública, é que não basta colocar policiamento nas ruas: faz-se necessário que a sociedade mude em essência, pense novas formas de educao para reprimir a violência que se espraia pelas cidades. Corporaoes policiais têm o dever de proporcionar capacitao de qualidade, para fornecimento à sociedade de policiais aptos e qualificados. O plano de segurança público apresenta-se como serviço urbano, dever e responsabilidade do Estado, conforme Mendes (2008, p.334).

A segurança pública como um dos serviços urbanos é "dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservao da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio", como reza a Constituio Federal. Em Fortaleza, para garantir a segurança dos visitantes, foi criada a Delegacia do Turista, que promove campanhas de preveno   violência contra turistas e oferece informaçoes para precauo de perigos, além do combate à prática e articulaoes ilícitas do "turismo sexual". Mesmo assim, a cidade ainda apresenta problemas de violência urbana.

A insegurança de Fortaleza tem levado cidadãos a exigir segurança privada, na tentativa de proporcionar tranquilidade a residentes e turistas. Vale ressaltar que estratégias são subterfúgios que buscam minimizar problemas sociais de violência urbana e falta de segurança pública eficaz. Contudo cada vez mais expandem-se os problema na Metrópole e também Região Metropolitana de Fortaleza - RMF.

A Região Metropolitana tem se destacado pela acentuada segregao socioespacial. A cidade é considerada polo turístico, no entanto, ameaçada pelo

aumento dos índices de violência, exigindo cada vez mais serviços de Segurança Pública.

De acordo com Costa e Freitas (2011, p.1), a RMF apresenta-se como “espaço da riqueza e da miséria”, pois o crescimento econômico desenvolvido não incide em distribuição de renda equitativa, ampliam-se, dessa forma, desigualdades e exclusões sociais; a sociedade torna-se “vulnerável a exclusão e a violência”.
 Figura 1: municípios da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF.

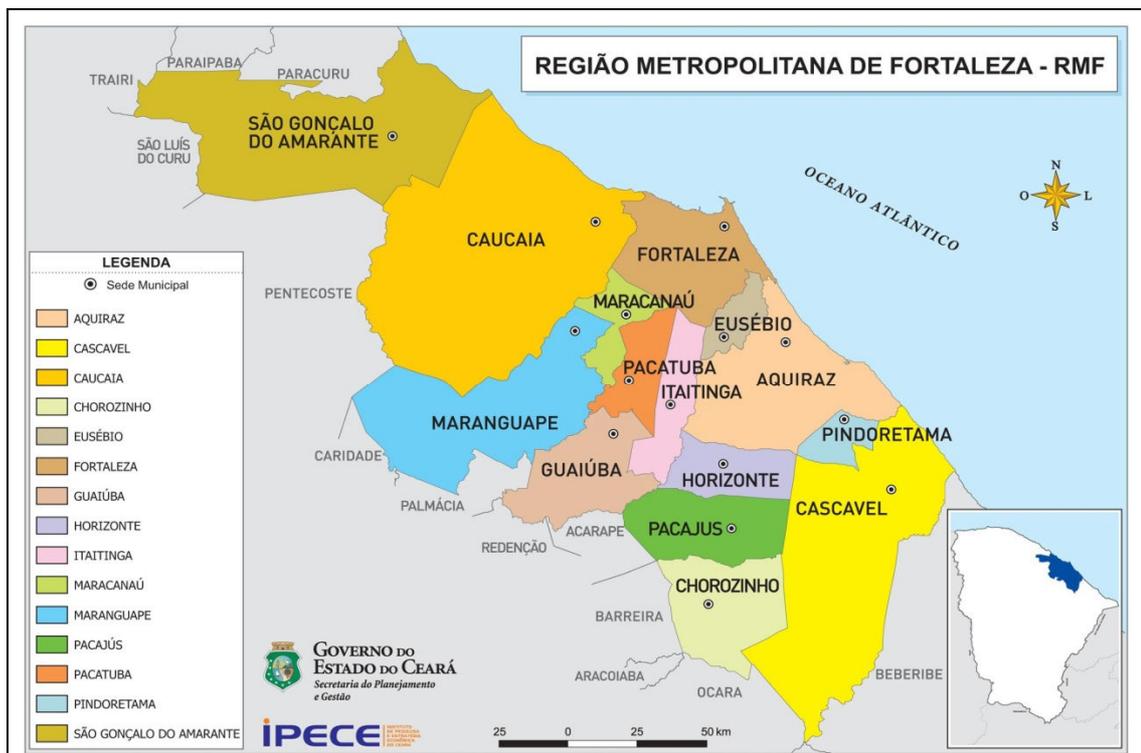


Figura 1: RMF - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2012 – IPECE.
Fonte: CEARÁ, 2012.

Metrópole e municípios da região destacam-se na criminalidade. Pela necessidade de expansão e crescimento populacional, a RMF, instituída pela lei complementar N° 14/1973, compreende os municípios: Aquiraz, Pacatuba, Maranguape e Fortaleza; agora, com quinze, pela inserção de mais onze: Maracanaú, Pacajus, Horizonte, Eusébio, Caucaia, Itaitinga, Guaiúba, Chorozinho, São Gonçalo do Amarante, Cascavel e Pindoretama. Nesse contexto, a população cresce e espacializa-se necessitando de serviços que atendam a grupos urbanos que crescem gradativamente. Serviço que necessita de mais atenção é a segurança

pública, com estratégias e decisões eficazes à nova realidade da Metrópole e região metropolitana.

O crescimento da violência não é visto de maneira homogênea pela população, em decorrência de tipos de crime. Em áreas valorizadas, concentram-se crimes ao patrimônio público; em áreas periféricas, são crimes contra a pessoa, onde se concentra o maior número de homicídios. A realidade parece caminhar de mãos dadas com as desigualdades intraurbanas, tendo em vista o que estimula a violência urbana é a “distribuição desigual da criminalidade violenta”, concentrada nas áreas de classe menos abastada da sociedade (COSTA; FREITAS, 2011, p.12).

Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – mostram que Fortaleza lidera o *ranking* de mortes violentas, no Nordeste, em 2012, num total de 2.342 óbitos, Salvador com 2.308; Maceió, 796 e Recife, 771. Em escala nacional, fica em 3ª posição, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro. Os homens são as maiores vítimas, com 88,68% de óbitos, e as mulheres com 8,75%. Os dados são prova da crise de segurança pública de Fortaleza pela concepção de segurança (O POVO, 2012).

Dessa forma, Xavier (2012, p.34) destaca que,

A segurança pública é a própria política pela segurança humana, uma vez que a expressão evoca as dimensões dos direitos fundamentais do homem, da governança pela paz e democracia e da distribuição social do crescimento econômico representada por diferentes políticas públicas e pela participação perene da sociedade civil. A segurança pública é a garantia de que cada indivíduo terá liberdade de escolha de um conjunto de oportunidades para alcançar sua potencialidade humana por meio de uma construção coletiva enquanto resultado da vontade, organização e mobilização da sociedade.

De acordo com o autor, fazem-se reflexões, tendo em vista que segurança pública dá apoio ao cidadão para haver mobilidade, liberdade de escolha de espaço, urbano ou rural, sabendo-se seguro. No entanto, é ter em mente que não se pode associar conceito de segurança pública ao poder de polícia. O cidadão tem que, para andar com tranquilidade pelas ruas é necessário número significativo de policiais capazes. A demanda policial, na rua, é fator determinante de segurança, mas, na verdade, policiais, em pequena quantidade, só intimidam e dão sensação de segurança. Faz-se ideia de que, para se ter direito e garantia de Segurança Pública, é necessária a força policial do Estado em ação e educação.

A segurança pública no Ceará, desde a década 1990, aglutina forças da polícia militar, civil e corpo de bombeiros. Destaque-se que a primeira reestruturação diz respeito ao sistema de chamadas “190”, denominado Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS). Na Metrópole Fortaleza também atuam o Sistema Municipal de Controle de Tráfego e Guarda Municipal.

É necessário que os órgãos competentes analisem, por outro prisma, o quadro de segurança pública, para que erros e falhas não perdurem, pois não se deve insistir em métodos tradicionais de repressão à violência urbana, são necessárias alternativas de combate à criminalidade, com êxito. O modelo de segurança pública adotado apresenta resultados insatisfatórios, conforme jornais de circulação. Há investigar a origem da violência, para que se tracem planos eficazes. Devem-se adotar medidas corretivas, preventivas e educacionais; reduzir desigualdades, exclusão social e anomalias psicossociais, sempre tendo em mente que êxito e conquista demandam tempo.

A organização espacial urbana desigual, ou seja, diferença de condições de vida de grupos sociais, técnica e social, amplia as causas da insegurança.

2.1. Divisão espacial e segregação social de Fortaleza

Fundada oficialmente em 13 de abril de 1726, Fortaleza é considerada grande metrópole do Brasil. Com extensão territorial de 314,930km² abriga população estimada em 2013 de 2.551.806 habitantes (IBGE). Ao longo de 288 anos de história, a cidade desenvolveu em base econômico-social, e impôs acelerado processo de verticalização e expansão do espaço, por conseguinte, formação do panorama urbano, em relação à divisão espacial e segregação social.

Villaça (2001, p.142) considera que a segregação é “um processo segundo o qual, diferentes classes e camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais e conjuntos de bairros da metrópole”. Diz-se segregação em função do poder aquisitivo do proprietário.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012) – mostram que Fortaleza se divide em 116¹ (cento e dezesseis) bairros, geridos por

¹ Este número é controverso, pois existem três bairros que a gestão pública pretende reconsiderar o redimensionamento e nomenclatura, como José de Alencar, onde se localiza parte da sede administrativa do Governo do Estado, pertencente ao atual bairro Alagadiço Novo; Patriolino Ribeiro, atual Edson Queiroz e a

sete unidades administrativas denominadas Secretarias Executivas Regionais (SER), com o intuito de melhor administrar e setorizar áreas de atuação governamental: SER Centro; SER I; SER II; SER III; SER IV; SER V e SER VI como ilustra a Figura 2.

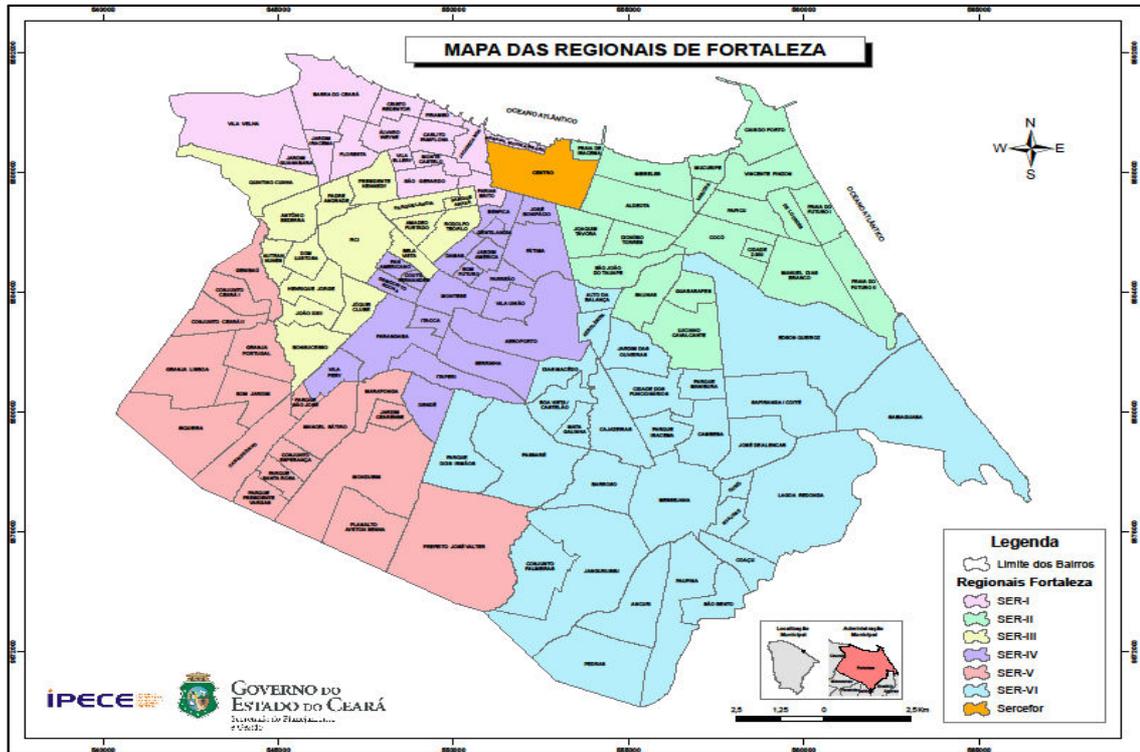


Figura 2: Mapa das Regionais de Fortaleza - IPECE, 2012.

Fonte: CEARÁ, 2012.

Carências administrativas e de atendimento à sociedade não dizem respeito somente à saúde pública, mas também à educação, com sucateamento de escolas pela redução de salas de aulas e concentração de número elevado de alunos em única sala e um docente; problemas de moradia, habitação, segurança pública.

Os fatos são importantes na explicação do sistema de segurança pública, a fim de clarificar violência urbana resultante da complexidade de causas e efeitos como desaguadouro natural de tensões e ansiedades que se expandem em espaços da Metrópole.

Fortaleza é permeada de ruas, bairros, favelas, casas, edifícios, espaços que produzem oportunidades concretas e necessárias de convívio, moradia,

subdivisão do bairro Vila Velha em I e II, perfazendo um total de 119 (cento e dezenove) bairros, mas sem reconhecimento oficial da administração pública, mas comumente adotada por moradores destas localidades.

trabalho, relações sociais entre residentes, também de contradições, segregação social, divisão espacial, discriminação, anseios pelos direitos básicos; segurança nas ruas, avenidas, bairros, parques e calçadas.

As desigualdades sociais desestruturam famílias, geram desemprego; mulheres, homens, adolescentes, crianças transformam-se em pedintes e afrontam a ordem pública, motivados pela segregação, desigualdade social, falta de oportunidades e políticas públicas eficazes, em atendimento à população carente, mas o que se vê é favorecimento da classe de maior poder aquisitivo. Nesse contexto, a população desassistida, muitas vezes, passa a roubar, praticar atos ilícitos ou é absorvida pelo mercado informal, formando territorialidades em espaços específicos, realidade evidenciada por Parente (2012, p.36).

As políticas públicas, que deveriam ser realizadas em atendimento à população, também beneficiam grandes empreendimentos. Parte da população desassistida, por necessidade, cria estratégias de sobrevivência e políticas alternativas de habitação que, muitas vezes, divergem das leis de uso e ocupação do solo, tais como favelas, políticas de trabalho como biscateiros e vendedores ambulantes.

Conforme Xavier (2012), pessoas que vivem à margem da lei terminam habitando áreas geográficas desordenadas, aglomerados urbanos que não dão mínimas condições básicas de vida, além de condições de insalubridade de higienização, pela total ineficácia dos órgãos competentes.

Segundo o autor, explica-se a marginalidade pelo crescimento desordenado da população, com construção de casas em locais impróprios, como campos de dunas, encostas, margens de rios; “espaços caóticos e sob condições de miserabilidade”, é um fenômeno recente que emerge na urbanização brasileira; pessoas entram precocemente no mercado informal, constituem família, consomem drogas, participam de gangues e praticam os mais variados atos ilícitos. Quanto a espaço de habitação, Santos (2004, p.35) enfatiza que “o espaço, habitação do homem, é também o seu inimigo, a partir do momento em que a unidade desumana da coisa inerte é um instrumento de sua alienação”.

Em Fortaleza, predomina a valorização do espaço intraurbano que favorece o mais rico, fazendo com que o pobre seja feito desapropriado e marginalizado. No entanto, o sistema capitalista desigual e combinado produz estratégias, ou seja, no mesmo bairro convivem pobres e ricos; a convivência perdura até o momento em que a classe abastada decide acionar o aparelho de

Estado, para desterritorializá-lo, ou quando se faz opção pelo condomínio fechado e segrega-se gradativamente. Nesse contexto, Araújo (2010, p.17) enfatiza que:

O espaço faz-se campo de conflito de classes sociais, as populações mais pobres que chegam por primeiro se apropriam de áreas insalubres e inadequadas à habitação. A classe média abordada, posteriormente, é beneficiada com infraestrutura, enquanto pobres retiram-se de espaços valorizados. Assim, novas contradições emergem: espaços de áreas naturais preservados (entorno de rios, riachos, lagos, dunas e ambientes de maior fragilidade) tornam-se “disponíveis” à apropriação expondo, entretanto, as populações a enchentes e desabrigo, pelo menos, uma vez ao ano, no período de janeiro e abril.

A cidade em expansão passa por intenso processo de valorização imobiliária, pautando-se em atividades econômicas: indústria, comércio e turismo. A valorização imobiliária, atrelada às necessidades de moradia da classe de maior poder aquisitivo, se choca com interesses de grupos de menor poder econômico que se apresentam como resistência popular: luta pelo direito de habitação. Falta de investimento deixa as pessoas à margem do desenvolvimento econômico. Ampliam-se as desigualdades socioterritoriais, a periferia apresenta-se em condições precárias, empresas capitalistas avançam, mas não ofertam serviços básicos e de infraestrutura à população que permanece carente de atendimento.

As desigualdades são alarmantes, relatório do Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará – IPECE – mostra que 1,5 milhão de pessoas no Ceará sobrevivem com renda mensal de apenas R\$ 70,00. Dessa forma, tem-se que de 184 municípios, 17,8% da população ganham por dia apenas R\$ 2,33. A MetrÓpole apresenta menor índice 5,6%, porém, com maior contingente de pessoas em situação de miséria, 133.992. Os 17% da população em situação de miséria colocam o Ceará em posição delicada, em comparação com Guiné Bissau e Moçambique (IPECE, 2012a).

A MetrÓpole tem “mancha” pela paisagem de espaços de desigualdades sociais, moradias inacabadas, lixo, abandono, o que denota diferente realidade; a cidade recebe turistas, possui belas praias, hotéis, edifícios, espaços para eventos, centros culturais, *shoppings*; realidades e contradições apresentadas por Coriolano e Fernandes (2007, p.392) “a imagem de cidade bela e animada, de gente hospitaleira, de arquitetura moderna, tem convivido com a da pobreza, e exploração sexual de menores”. Nesse sentido, há contradições de cidade onde o espaço é

valorizado diferencialmente, com base em formas de uso e no poder aquisitivo de classes sociais. Figura 3: espaço ocupado pela classe rica de Fortaleza, praça Portugal, em bairro “nobre”.



Figura 3: Praça Portugal, bairro Aldeota.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

Nos últimos anos, Fortaleza vem sendo fortemente impactada por processos de desenvolvimento desigual e respostas lentas a problemas da população. Concentram-se investimentos públicos em espaços de interesse do capital, ao passo que se produzem espaços periféricos, cada vez mais distantes do centro, dificultando a mobilidade das pessoas, feito contingente de população flutuante. Com novos espaços no tecido urbano, estendem-se as dimensões e, ao mesmo tempo, aumentam os vazios urbanos e áreas deprimidas. De acordo com Parente (2012, p.26), “áreas ocupadas pela classe popular permanecem destituídas de equipamentos, o que pode ser percebido mesmo sem pesquisa”. Figura 4: espaço sem pavimentação de bairro periférico, ocupado pela classe pobre.



Figura 4: Rua do bairro Tancredo Neves, bairro periférico de Fortaleza.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

Segregação e desigualdades sociais se dão pela relação contraditória entre capital e trabalho, em que interesses da classe rica chocam-se com os que vendem a força de trabalho, ou seja, classe de menor poder aquisitivo. O consumo é dos que podem pagar, a classe média cresce e consolida-se; controla-se a mobilidade social desigual e segregada.

A elite deslocada para Fortaleza, no período de desenvolvimento econômico, no século XIX, marca fortemente a estrutura espacial da cidade. O binômio gado-algodão estabelece conexão da cidade litorânea com o interior, despertou-se interesse da elite em fixar-se em Fortaleza, passando a reordenar o espaço da capital com novos projetos urbanísticos, com segregação da população carente. A realidade é marco do processo socioespacial que dá início à fragmentação da cidade em espaços com infraestrutura e outros extremamente carentes. Na paisagem da Metrópole, é visível apropriação e percepção dos desníveis dos recursos públicos.

O Estado apresenta incapacidade de construir projetos políticos que objetivem o crescimento do contingente populacional que pede respostas e atendimento aos múltiplos problemas, por exemplo, déficits habitacionais. Por falta de normas de uso, o solo urbano é ocupado desordenadamente, favelas cristalizam-se próximas ao litoral, em áreas de proteção ambiental. Famílias dos espaços

convivem diariamente com despejos, desabamento de encostas, em decorrência da má construção e falta de material apropriado (PARENTE, 2012).

A população é desapropriada de zonas costeiras, em detrimento de usos e ocupações que valorizam o litoral, principalmente de desenvolvimento de lazer, veraneio e turismo de sol e praia, que “constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2010). Fortaleza, segundo Madruga (1992), apresenta espaços “turistificados”, mas também tem áreas marginalizadas cuja população de maior poder aquisitivo não as busca para lazer, consumo, turismo e veraneio. Dessa forma, segregação social é marcada como totalidade no contexto urbano.

2.2. Expansão urbana e insegurança na Metrópole

O desenvolvimento urbano-industrial de Fortaleza, iniciado na década 1960, segue padrão nacional de verticalização de construções. Acelerou-se o crescimento dos negócios capitalistas, nas construções imobiliária e civil. Paralelo a isso, há o incremento do comércio, de serviços e instalação de centros comerciais, em bairros próximos à Aldeota, construção de *Shoppings*, lojas, centros comerciais. Destaque-se que:

É relevante assinalar a histórica associação econômica da cidade com a atividade comercial. Aqui, a acumulação não se deu em função de um excedente da atividade industrial, que só ocorreu tardiamente com o governo de Tasso Jereissati, ainda assim de maneira incipiente. Dessa forma, a elite econômica estaria vinculada mais ao comércio, às atividades liberais e ao desempenho de funções na máquina pública. (FREITAS, 2005, p. 71).

Construção civil e imobiliária em alta começa a lançar loteamentos no lado leste, para onde a Metrópole cresce horizontal e verticalmente. De acordo com Ribeiro (1994), realizam-se ações públicas de expansão urbana e econômica, em Fortaleza, pelos prefeitos: Murillo Borges Moreira, José Walter Barbosa Cavalcante, Vicente Cavalcante Fialho, Evandro Ayres de Moura e Lúcio Gonçalo de Alcântara.

Em 1964 várias ações urbanas foram inicializadas, como: sistematização do transporte público entre os bairros do Antonio Bezerra e Parangaba, alargamento da Avenida Bezerra de Menezes, pavimentação com asfalto das principais vias públicas e finalização da Avenida Beira-Mar, no bairro Meireles (RIBEIRO, 1994).

Araújo e Carleial (2003) dizem que a modernização da cidade, pela óptica da construção civil, parte do processo de verticalização apenas em uma área da cidade de forma consistente: “A verticalização de Fortaleza concentra-se nos bairros a leste, notadamente, no Meireles, Aldeota e Cocó. Mas, ela, também, segue para oeste, em Padre Andrade, Pici e bairro de Fátima” (p.4).

Pontua-se a violência que se vai estabelecendo gradativamente, devido à expansão urbana, sem que se discuta direito à cidade. A Figura 3 apresenta massificação de edifícios na zona leste. Há enclaves entre os edifícios, residências, lojas, espaços comerciais. Há o predomínio da paisagem construída, verticalizada, com horizontalidades em menor escala como mostra a Figura 5.



Figura 5: Vista área de Fortaleza.
Fonte: SILVA, 2014².

Nesse contexto, Bernal (2004, p.5) argumenta que, segundo o Presidente do Sindicato das Empresas de Compra e Venda, locação e administração de imóveis e edifícios em condomínios residenciais e comerciais do Estado do Ceará (SECOVI), a partir da década 1980 surgem imóveis com até dez pavimentos. Depois aumenta-se para vinte, na década seguinte, ainda que a área padrão de unidades habitacionais populares, mais antigas, seja de 100m², diferente das áreas edificadas,

² Disponível em <http://www.pu3yka.com.br/brasil/imagens/ceara/fortaleza/fortaleza1/fortaleza1.htm>. Acesso em 28 maio 2014.

atuais, mais compactas, em torno de 60 a 70m². A redução corresponde a critérios econômicos do mercado imobiliário e favorece construção de edificações verticalizadas.

No entanto, embora com redução em metro quadrado de unidades populares, há tendência para a classe média alta. São mansões em condomínios de luxo, grandes unidades habitacionais horizontalizadas, de muros baixos em condomínios fechados, com ruas privadas, jardins, praças e quadras poliesportivas. Condomínios mais luxuosos possuem lojas, restaurantes, bares privados, entre outros, com a própria segurança.

Áreas verdes são espaços cada vez mais desejados pelo ramo imobiliário. Em campanhas de divulgação, áreas verdes fazem parte do apelo mercadológico para atendimento a demandas elitizadas, com instalação de moradias sofisticadas. Em Fortaleza, ironicamente, a direção são áreas periféricas ou até mesmo a RMF, antes desprezada pela elite, como bem destaca Furlani (2006, p.11):

Num movimento contrário, a elite que um dia ocupou as áreas centrais enquanto a classe trabalhadora ocupava os longínquos conjuntos habitacionais, agora procura as áreas periféricas para encastelar-se entre muros protegidos por uma parafernália tecnológica de segurança.

A abertura de rodovias estaduais e municipais contribui para dispersão e expansão urbana, em direção à região metropolitana. Promove-se também o desenvolvimento da atividade turística, em Fortaleza, favorecendo viagens por vias que conectam turistas com municípios litorâneos. Como necessidade da sociedade pós-moderna, “surge o turismo como política econômica que cresce mundialmente” (KRIPPENDORF, 2001, p. 96). Contudo o autor afirma que o turismo “se desenvolveu em passo desenfreado, com euforia geral” trazendo massificação, grandes excessos e problemas de lugares turísticos. “Um crescente número de países, de regiões e de empresas apoderam-se de um filão dessa suposta ‘mina’ com possibilidade de iniciar, o desenvolvimento econômico e obter vantagens.” (*op. cit.* p.95-96).

A construção da Avenida Beira-Mar favoreceu o turismo e atraiu especuladores imobiliários. Para dar suporte à estrutura turística, configura-se a cadeia produtiva do turismo, com instalação de hotéis, pousadas, agências de viagens, restaurantes, bares, dentre outros. A partir de 1990, o turismo, no Ceará,

começa a se desenvolver de forma “frenética”. Tem-se atividade como vetor do desenvolvimento de pequenos municípios do Estado que, antes, se apresentavam sem expressividade econômica. Afirma Coriolano (2006, p.58) que:

O turismo é no Ceará uma atividade privilegiada que recebe do Governo apoio institucional, com respaldo na base teórica de sua contribuição ao desenvolvimento regional e diminuição das desigualdades regionais; estes são os argumentos e as justificativas para os investimentos nesta área. Pode-se dizer que o turismo é um dos principais referentes discursivos e políticos, além de signo de *status*, prazer, conforto, luxo, riqueza e acumulação.

A conclusão da Avenida Beira-Mar beneficia o turismo, mas também incentiva a ocupação da orla e interesse de investidores. A ocupação da orla é diversificada, entre moradia, hotéis, pousadas, bares, restaurantes, motivados pela localização privilegiada; em seguida são instalados hotéis de maiores proporções na área central e, recentemente, grandes redes hoteleiras nacionais e internacionais. A nova avenida da orla marítima e bairros, como Meireles, são valorizados em termos comerciais, residenciais, turísticos e de lazer, reforçados pela interligação com Praia do Futuro, até então área esquecida no litoral, hoje, destino turístico, gastronômico e de entretenimento. Nesse contexto, Furlani (2006, p.10) destaca o processo de ocupação da orla marítima de Fortaleza.

A ocupação da orla marítima da Capital intensifica-se com a abertura da Avenida Beira-Mar, determinada pelo Plano Diretor de 1960. Com ela, a orla marítima vai definitivamente se integrar à malha urbana da cidade, e a valorização da praia passa a ser percebida, inclusive, em cifras.

Os bairros litorâneos, em especial Praia de Iracema, aglutinam lugares mais caros. A alta cotação é produto da especulação imobiliária que segrega espaços pelo valor de uso do solo. Nos anos seguintes, condomínios de luxo se constroem, com apartamentos em torno de 35 m² a 1.500 m², cotados em 2007 entre R\$ 300 mil, R\$ 1 milhão e até R\$ 3 milhões para compra. Edificações, de arquitetura suntuosa, também se construíram para uso turístico. Figura 6: processo de verticalização consolidado na Praia de Iracema.



Figura 6: Verticalização na Praia de Iracema.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

Praia de Iracema, Meireles e Aldeota se beneficiam com investimentos imobiliários em serviços públicos e equipamentos urbanos, por despertarem interesse da iniciativa privada para investimento em construções verticalizadas (Figura 6), com projetos de construção em grande escala, com gabaritos elevados de dez a vinte pavimentos, empreendimentos de luxo que atendem a usos residenciais e turísticos.

Os bairros assumem novas centralidades, no sentido de se encontrar, em única área geográfica, serviços variados e oportunidades de trabalho, consumo, lazer e turismo. “Assistimos à perda paulatina da função comercial do centro da cidade à medida que a cidade se estende, aumenta a mobilidade da população” (CASTELLS, 1983). Novas centralidades assumem importância no campo econômico, político e cultural, em abandono do antigo centro, tido como núcleo de referência popular, comercial e de lazer. A Avenida Beira-Mar tem importante papel na identidade da cidade para o turismo “ocupando o espaço simbólico da então

desprestigiada Praça do Ferreira, que poderia ser considerada o antigo ‘cartão-postal’” (FURLANI, 2006).

A transformação do espaço urbano é acompanhada pela dispersão, pelo surgimento de novas centralidades e pela criação de novos mercados e vertentes econômicas. A globalização propicia exploração de possibilidades, e se dá com crescimento econômico da sociedade industrial e tecnologias pelo advento do aço, do concreto armado, do automóvel, do navio, do avião, da informática e da microtecnologia. Dessa forma:

Abrem-se necessariamente novos espaços quando os capitalistas procuram novos mercados, novas fontes de matérias-primas, uma nova força de trabalho e locais novos e mais lucrativos para operações de produção. O impulso de realocação para locais mais vantajosos (o movimento geográfico do capital e do trabalho) revoluciona periodicamente a divisão territorial e internacional do trabalho, acrescentando à insegurança uma dimensão geográfica vital. (HARVEY, 2003, p.103).

As políticas públicas, para o restante da cidade, apresentam-se deficientes. Os bairros são carentes de urbanidade, sem saneamento básico, segurança, transporte, serviços públicos, equipamentos imobiliários e urbanos. Enquanto isso, o Centro perde contingente populacional e as principais atividades geradoras de renda pautam-se em duas vertentes: comércio e serviço que se deslocam para a moderna Aldeota, considerado o mais novo bairro de compras e serviços de Fortaleza: “o bairro se firma como centralidade capaz de atrair estas atividades na busca de alto poder aquisitivo da população residente.” (BERNAL, 2004).

O conceito de moderno, muitas vezes, é superestimado, pondo o antigo em segundo plano, em detrimento do novo, e o que se observa é a convivência do antigo com o moderno, cristalizam-se “rugosidades”. Se no século XX, os países arrasados pela Segunda Guerra Mundial tiveram que reconstruir cidades, agora os governos têm que restaurar edificações, ou reconstruí-las, sob nova perspectiva, absorvendo tecnologia de materiais de construção mais avançados, sob nova estética física para direcioná-las ao turismo, em intenso sistema de engenharia.

Harvey (2003) diz que espaço e arquitetura foram utilizados por “governos conscientes da publicidade”, como meios de reprodução de “imagens de poder e prestígio para corporações”. Criam-se símbolos e meios que alienam e retraem qualquer manifestação de descontentamento social que venha a se estruturar. A preocupação com estética arquitetônica surge para requalificar os

espaços e reorganizar a infraestrutura urbana, e também se apresenta como instrumento promocional de poder corporativo; de grupos econômicos, políticos e sociais, como destaca Harvey (2003, p.42):

A arquitetura resultante apenas reproduzia impecáveis imagens de poder e de prestígio para corporações e governos conscientes da publicidade, enquanto desenvolvia projetos modernistas de habitação popular que se tornaram 'símbolos de alienação e de desumanização'. Mas também é possível dizer que, se desejavam encontrar soluções capitalistas para os dilemas do desenvolvimento e da estabilização político-econômica pós-guerra, era necessário algum tipo de planejamento e industrialização em larga escala na indústria da construção, aliado à exploração de técnicas de transporte de alta velocidade e de desenvolvimento de alta densidade.

O crescimento urbano deu-se de forma radioconcêntrica. A malha urbana acompanha eixos viários e, dessa forma, consolidam-se bairros mais antigos. Desenvolvimento, modernização arquitetônica, transportes, infraestrutura, abertura de artérias que interligam bairros são elementos que influenciam na expansão da cidade, propiciando nova realidade do homem e atividades concentradas, o que proporciona ampliação da malha urbana. A Metrópole é acompanhada por instalação de instituições públicas e equipamentos urbanos, com crescimento do litoral para o interior (COSTA, 2007).

Araújo e Carleial (2003), em levantamento realizado nos anos 2000, sobre expansão urbana e condições das pessoas, em bairros insalubres, constatam que famílias com renda mais elevada residem, sobretudo no leste (por tradição) e sudeste (por expansão). Estudo realizado pelo IPECE (2012b) aponta que 75,6% dos bairros de Fortaleza, em 2010, apresentam renda média pessoal de até dois salários mínimos. O estudo aponta ainda que o Meireles, bairro mais rico de Fortaleza, apresenta renda média 15,3% maior que o bairro mais pobre, Conjunto Palmeiras. De acordo com a pesquisa 7% da população de Fortaleza vive nos bairros mais ricos e se apropriam de 26% da renda pessoal total da cidade, enquanto 49% da população fortalezense, que vive nos 44 bairros de menor renda, também se apropria de 26% da renda total de Fortaleza. O estudo analisou os 119 bairros da capital de acordo com a renda média mensal. Nove dos dez bairros mais ricos da capital cearense concentram-se na SER II: 1º Meireles (R\$3.659.54), 2º Guararapes (R\$ 3.488.25), 3º Cocó (R\$ 3.295.32), 4º De Lourdes (R\$ 3.211.09), 5º Aldeota (R\$ 2.901.57), 6º Mucuripe (R\$ 2.742.25), 7º Dionísio Torres (R\$ 2.707.35), 8º Varjota (R\$ 2.153.8), 9º Praia de Iracema (R\$ 1.903.17) e 10º Fátima (R\$

1.756.11). Em contraposição seis dos dez bairros com menor renda média pessoal localizam-se na SER V: 119º Conjunto Palmeiras (R\$ 239.25), 118º Parque Presidente Vargas (R\$ 287.92), 117º Canindezinho (R\$ 325.47), 116º Siqueira (R\$ 326.8), 115º Genibau (R\$ 329.98), 114º Granja Portugal (R\$ 334.83), 113º Pirambú (R\$ 340.36), 112º Granja Lisboa (R\$ 341.36), 111º Autran Nunes (R\$ 349.74) e 110º Bom Jardim (R\$ 349.75).

Fortaleza, na década 1970, se expande para o lado leste, em direção à Praia do Futuro, utrapassa-se o ramal ferroviário Mucuripe-Parangaba e o rio Cocó que se tinham como barreira natural e física para o processo de expansão da cidade. O poder público elabora planos visando concretizar obras, com abertura de vias, melhoria da infraestrutura e equipamentos urbanos; emergem dessa forma, novas áreas que dão origem a bairros: Papicu, Dunas, Cocó, Água Fria, Edson Queiroz, Parque Manibura, Cambeba e Alagadiço Novo (COSTA, 2007). Nesse contexto, surgem os primeiros conjuntos habitacionais, como bem destaca Costa (2007, p.85):

Na década 1970, com base na política do Banco Nacional de habitação, que utilizava recursos do FGTS para financiar habitações populares a baixo custo, no intuito de reduzir o déficit habitacional e responder às pressões populares, vários conjuntos habitacionais foram edificados em Fortaleza. O primeiro grande conjunto da zona oeste, Prefeito José Walter, foi construído em Mondubim, entre 1967 e 1970. A maioria dos conjuntos foi implantada em terrenos baratos e distantes, na direção do Distrito Industrial de Maracanaú (criado em 1964) e junto ao leito das linhas férreas – tronco Fortaleza-Maracanaú e tronco Fortaleza-Caucaia. Estes conjuntos, localizados em áreas distantes, foram fatores fundamentais para a expansão da cidade. Os moradores organizados exigiam do poder público infraestrutura e serviços, os quais favoreciam a valorização de vazios urbanos.

O “inchaço” da Metrópole, expansão urbana e cristalização de novos bairros também se relacionam ao fenômeno da migração para centros urbanos, como Fortaleza, no final da década 1960 e início de 1970. O franco desenvolvimento da capital, oportunidades de emprego, melhores condições de atendimento nas áreas de saúde, educação e a corrida ao moderno atraíram o interesse da população interiorana, em deslocamento para a capital. Inicia o processo de segregação social, aparecem os primeiros problemas urbanos, marcando inclusive o início da periferia.

A seca que aflige o Ceará é um fenômeno que contribui para expansão da Metrópole; aglutinam-se projetos urbanos, a população aumenta em decorrência de

migrações rurais-urbanas, em especial em períodos de estiagens prolongadas. Os agricultores migram para a cidade em busca de apoio do poder público, com intuito de conseguir ajuda. Com a chuva no semiárido, alguns voltam ao lugar de origem, outros permanecem na Metrópole contribuindo na macrocefalia da capital. Esvaziados os campos, é nítido o predomínio da população urbana.

Segundo Dantas (2006, p.41), as pessoas se aglomeram na região litorânea, pelo atrativo por residir próximo a áreas litorâneas, “como toda cidade situada no litoral, Fortaleza teve sua evolução ditada pela demanda por espaços litorâneos”. A migração dos mais pobres, da capital ou do interior do Estado, acabou por criar cinturão de pobreza e o surgimento da periferia, posteriormente substituída pelos conjuntos habitacionais, “[...] era uma nova busca de isolar os indesejáveis, nas regiões periféricas” (FURLANI, 2006). Porém hoje se encontram aglomerados urbanos subnormais, em áreas litorâneas, Barra do Ceará, Moura Brasil.

Nesse contexto, de Fortaleza segue a lógica da modernização capitalista, espalhando-se territorialmente. Muda-se a rotina, com novas centralidades, sob a força de novos mercados e novos fluxos que favorecem o acúmulo de capital. A ideia de moderno envolve profusão de repercussões, “não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas e inerentes” (HARVEY, 2007, p.21).

Os conjuntos habitacionais, com o tempo, se configuram como uma espécie de limites territoriais ao migrante e retirante. O processo migratório também acontece entre bairros e região metropolitana, de forma pendular ou permanente, observa-se novo processo de organização espacial do território, como destaca Araújo e Carleial (2001):

Organização espacial do território cearense, em particular da RMF, (aconteceu) a partir das relações sociais e dos deslocamentos internos da população (colonos brancos, índios e negros) [...] no início dos processos de industrialização e urbanização (p.3).

Dessa forma, a cidade cresce. As zonas leste e sudeste apresentam-se como as mais suntuosas, com maior demanda de equipamentos urbanos. Praia de Iracema, Meireles, Aldeota, Dionísio Torres, Varjota consolidam o processo de verticalização e adquirem autonomia ao que tange às atividades comerciais e de serviços; concentrando melhores índices de educação, saúde e lazer. O mesmo

espaço do rico é dividido com os menos favorecidos que resistem, lutam e conquistam gradativamente direito à urbanização (COSTA, 2007).

Fortaleza foge a padrões normais, pois nem sempre prioriza o de que de fato a população necessita. Disputas, entre interesses de camadas sociais, vão tecendo a vida na cidade, de maneira que se projeta o que tem que ser feito, mas, na maioria das vezes, são atendidos interesses de classe mais abastada da sociedade, a cidade se expande de forma desigual e combinada. A riqueza concentra-se em mãos de poucos, aumenta o desemprego, miséria, violência urbana, periférica. A cidade que se diz dinâmica e turística, ao mesmo tempo, é carente em aspectos basilares como educação, saúde e segurança pública.

2.3. MetrÓpole fragmentada e insegura

A rápida urbanização, devido à alta densidade populacional, em Fortaleza, a partir de 1960, trouxe consequências à organização social e territorial. A infraestrutura da cidade não consegue corresponder ao processo, com muitos problemas e demandas, insuficiência de unidades habitacionais, precariedade de transporte coletivo, fragilidade de segurança, crescente desemprego, precariedade na saúde e educação.

Os problemas desencadeiam sentimento de não pertencimento, não se apresentam laços afetivos, muitos vêm a capital pelo lazer, turismo, descanso, outros, por necessidade de sobrevivência à seca no semiárido nordestino. Imaginário e representações têm raízes no ambiente rural, embora se revelem no urbano, reproduzindo-se em gerações seguintes.

Fortaleza se tornou atração para milhares de pessoas fugitivas do sertão em busca de oportunidade de trabalho e vida melhor. Porém “migrantes sem lastro cultural, que não são nem urbanos nem rurais, sintetiza a ausência de uma reeducação ou adaptação às normas urbanas”. (WOLF, 1988, p.14). É provável que o processo tenha gerado certa apatia com relação a Fortaleza refletida na negligência e no desrespeito com relação à cidade. Fortaleza é vista como lugar alternativo, cidade castigada pela seca, mas, ao mesmo tempo, beneficiada pelos dias de sol, o que é fundamental para o desenvolvimento do turismo de sol e praia. A Figura 7 apresenta a densidade populacional dos bairros e quantidade de habitante por hectare em Fortaleza.

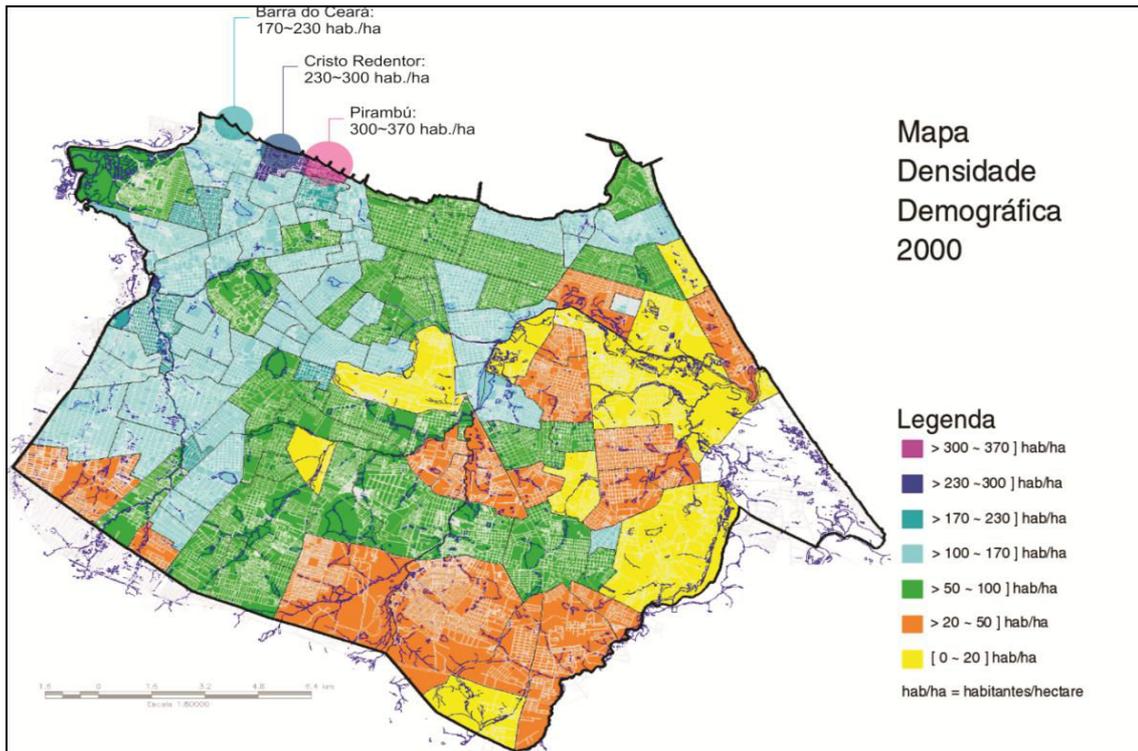


Figura 7: Densidade demográfica de Fortaleza.
Fonte: Plano Diretor Participativo de Fortaleza, 2006.

O aumento da densidade demográfica leva à abordagem de processo da metrópole, iniciado a partir do núcleo central e se expandiu por todo o litoral, em sua porção norte, noroeste e sul, estendendo-se pelas áreas não habitadas, sem infraestrutura urbana, dinâmica comercial, industrial, ou seja, periferia. Somente a partir do século XXI, atingiu-se, de forma acentuada, a porção leste da capital, zona, hoje beneficiada pela melhor infraestrutura urbana e cobertura de serviços públicos, em que se concentram equipamentos de lazer e entretenimento e o maior número de edificações modernas. Na porção leste, também se desenrola uma das maiores atividades econômicas de impacto, o turismo. Nesse espaço, também se localiza bairro mais nobre e caro da área metropolitana: Meireles.

Bernal (2004) aponta que as políticas do governo estadual não expandiram investimentos como um todo, que reforçaram as desigualdades pouco favorecendo as cidades do interior. Em agravamento da pobreza do estado e concentração da RMF, política de infraestrutura, contribuiu para alta densidade populacional pela concentração de benefícios de investimentos.

Em 1970, Fortaleza apresentava pequena porção litorânea central, com maior densidade populacional da época, entre 100 a 170 habitante/hectare (hab/ha),

sendo que a densidade de maior representatividade é entre 100 a 220 hab/ha. Araújo e Carleial (2001) informam que “O crescimento da cidade de Fortaleza tornou-se visível, em termos de sua malha urbana e de verticalização, durante os anos 1970, quando a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) foi constituída oficialmente.” (p.2). A concentração populacional é espacialmente diferenciada, em toda a faixa litorânea central e noroeste, em direção ao sul e muito pouco para o litoral leste. As transformações urbanas não tinham planejamento e o governo atuava de forma improvisada, sem projetos de infraestrutura básica, favorecendo melhores condições de moradia e habitação para a população mais pobre.

Fuck Júnior (2003) declara que, com a expansão ao leste da cidade, partindo-se da Aldeota, foi construído o Conjunto Habitacional Cidade 2000, “um conjunto popular em um bairro não popular”. Nesse ano, o bairro da Aldeota era área de expansão não habitável. O município não tinha elaborado políticas que favorecessem boas condições de habitabilidade, e carecia de infraestrutura e de serviços públicos. A Aldeota tornou-se uma das maiores centralidades de Fortaleza, de interesse imobiliário e alto desenvolvimento econômico, em relação a bairros periféricos, como destacado pelo autor:

Quanto aos estabelecimentos comerciais e de serviços, verifica-se que nos bairros de classes médias e altas (e nos de expansão imobiliária recente) são bem mais abundantes, por exemplo, as agências bancárias, os Shoppings Centers, as clínicas particulares, e mesmo muitos dos equipamentos e instituições públicas tendem a concentrar-se nessas áreas, enquanto que os pequenos comércios e as lojas em rede (farmácias, padarias) espalham-se por toda a Cidade. (FUNK JUNIOR, 2003).

O processo migratório é o grande responsável pelo aumento da população, pela densidade populacional e pelo aparecimento de favelas³, formado por pessoas muito pobres vindas do interior do estado do Ceará, a cidade não estava preparada para receber o dobro dos habitantes. Segundo Araújo e Carleial (2001) a população migrante teria sido responsável por 90% do incremento populacional de Fortaleza entre 1960/70. O governo incentiva e determina a expansão territorial para alocar contingente de novos habitantes, em áreas periféricas, e inicia a construção de estradas para conexão com a capital, mas a deficiência de infraestrutura, em áreas escolhidas, gera conflitos. Com as construções, Araújo e Carleial (2001) enfatizam que se

³ O IBGE considera como favela a comunidade com no mínimo 50 casas, sem documentação de propriedade e que tenha pelo menos urbanização fora do padrão, vias estreitas e irregulares e precariedade de serviços públicos essenciais, como água, energia e saneamento.

Incrementava a distribuição da população pobre, que se aglomerava nos espaços juntos com os naturais diante das limitadas possibilidades de sobrevivência [...] a migração avoluma a expansão urbana e social para periferia e conduz a aglomeração urbana em favelas. [...] Os deslocamentos não são tão espontâneos como aparecem nas explicações neoclássicas, nem só determinados por atração do mercado de trabalho, conforme estruturalistas, mas tem um componente de violência que restringe a manutenção de um território, lugar de conflito e de exercício de poder (p.14).

No processo de interiorização de Fortaleza, iniciado com “urbanização sem industrialização”, o governo tenta minimizar os problemas de aglomerados urbanos, formados na periferia, a partir da década de 1980. Sob a visão de Araújo e Carleial (2001), o governo opta pela "urbanização de favelas" pela remoção de pessoas do lugar, “implantando infraestruturas urbanas nessas áreas e legalizando a posse das mesmas”. Mesmo assim, conforme autoras, muitas pessoas vivem em desacordo com a “regulamentação jurídica”, em "ocupações" em áreas "não urbanizáveis" (p. 12).

Na década de 1980, o mercado imobiliário teve grande expansão com a consolidação do crescimento de Fortaleza, inclusive com a construção do *Shopping Iguatemi*. Araújo e Carleial (2001) informam que Fortaleza também obtém, nesta década, novo complexo institucional, Centro Administrativo Virgílio Távora, em Messejana – conhecido como Cambeba – extensa área com edificações, sedes de órgãos administrativos, contribuindo para expansão urbana espacial da cidade na direção sul. Empreendimento muito criticado por arquitetos e urbanistas. Crítico da política implementada pelo governo, na década 1980, é Fausto Nilo, alega que procedimento de dispersão urbana não contribuíram para o fortalecimento da cidade democrática e moderna, nem acabou os vazios urbanos, com dinâmica e diversificações econômicas.

O Centro Administrativo Virgilio Távora, em 1981, sede do governo estadual, fez parte da mesma estratégia de valorização do sudeste urbano, envolvendo o poder político. Depois, o Fórum da Comarca foi transferido para o mesmo setor, em 1997, em reforço à tendência de valorização do espaço.

Na década seguinte, a metropolização se consolida em toda porção territorial, de norte a sul, com exceção da região leste e sudeste. Alguns pontos mostram, pela primeira vez, densidade populacional entre 300-370 hab/ha, outros pontos da cidade também apresentam significativo contingente populacional.

Araújo e Carleial (2003) apontam que a expansão urbana de Fortaleza, para sudeste, comprovou a atuação do mercado imobiliário, mediado pelo Estado, como forte agente de produção do espaço, enquanto gestor urbano e controlador de conflitos sociais, na apropriação de espaços por segmentos da população. O governo estadual privilegia, com investimentos públicos em infraestrutura urbana, áreas apropriadas pelas classes média e alta. Dessa forma,

[...] nos anos noventa em diante, essas diferenças sociais acentuaram-se, de tal modo, que se estenderam a todas as partes da cidade, universalizando-se, nos bairros, a miséria. Não se trata de diversas cidades, dentro da Cidade de Fortaleza, mas de uma única cidade cheia de contrastes. Os dados revelam uma urbe com uma regularidade em seus bairros: uma unidade na diversidade, um espaço que existe com essa relação de oposições, ou seja, uma espacialidade capitalista que discrimina uns, ao mesmo tempo em que, privilegia outros. (ARAÚJO; CARLEIAL, 2003, p.9).

Obras de infraestrutura moderna se instalam e sua rápida expansão consolida a cidade como polo regional do turismo. Bernal (2004) afirma que modernas vias, infraestrutura urbana e desenvolvimento da nova atividade econômica, por meio do *trade* turístico, contribuem para aumentar o poder de atratividade da cidade sobre a população do interior e de outros Estados.

A despeito disso, os espaços turísticos incorporam vulnerabilidades como amadorismo em certas atividades, falta de tecnologia da informação, deficiente sinalização turística, denotando, entre outros fatos, falta de sensibilidade profissional aguçada. Em contraste ao grande desafio, hoje, o envolvimento de atores sociais, em diferentes modalidades turísticas, de acordo com o que preceitua a lei geral do turismo, número 11.771 de 17 de setembro de 2008.

Fortaleza tornou-se cidade de rico e pobre, e a região leste, onde se encontram os mais ricos, apresenta maior indicador de densidade populacional. Araújo e Carleial (2003) acreditam que a fragmentação do espaço, em Fortaleza, evidencia as diferenças, o que comprova a segregação econômica, mas não necessariamente, segregação espacial, pois, sob vários aspectos, os bairros, tidos como ricos, apresentam ilhas de pobreza e os pobres mostram dimensões de riqueza. Em 2000, houve consolidação do crescimento e adensamento populacional, com crescimento de áreas com índice de 100 - 170 hab/ha, mobilidade entre bairros, principalmente para a zona litorânea, pela primeira vez, registra densidade populacional na área leste, conhecida Praia do Futuro.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – apontam que o Ceará possui 7.430.661 habitantes, do total, 42% vivem na Região Metropolitana– RMF. A capital é a 4ª maior cidade do Brasil, com 2.141.402 habitantes, hoje metrópole pelos indicativos de expansão territorial, extrapolando limites da Região Metropolitana, em decorrência do crescimento populacional e desenvolvimento econômico. Segundo Castro (1977, p.32), “os loteamentos transbordaram, os limites fortalezenses invadiram os municípios vizinhos”.

O IBGE mostra que Fortaleza, Recife e Salvador são as três maiores metrópoles do Nordeste e tiveram um grande aumento populacional nas três últimas décadas. Na década de 1970 a população de Fortaleza saltou de 842.702 habitantes para 1.308.919 em 1980. De acordo com Bernal (2004, p.88) “Isso mostra que a Grande Fortaleza cresce e se fortalece no contexto demográfico e da reestruturação do espaço urbano perante as outras metrópoles da Região Nordeste”.

Crescimento desordenado, falta de habitação, concentração de renda e deficiência de políticas de inclusão acabam fragmentando, economicamente, a cidade: cidade dos ricos (turística) e a dos pobres (periferia). Fortaleza possui em 2014, 116 bairros, no entanto, apenas dez contam com boa infraestrutura. Aí se concentra população de maior poder aquisitivo: bairros Dunas, Meireles, Praia do Futuro, Aldeota e adjacências.

O distanciamento fragiliza o sistema de proteção à população e, conseqüentemente, ao turista. Não reforça, no público, o aspecto subjetivo de segurança, diminui a confiança da população na polícia, alimenta-se a crença no aumento de risco; e da certeza de não poder contar com sistema de segurança preparado e equipado, em condições de prestar melhor serviço possível à comunidade e ao turista.

O turista observa, nas cidades, estados e países que visita, qualidade da segurança, sentindo-se seguro, ele retorna ao lugar onde é bem acolhido. A violência urbana afeta a atividade turística, visto que influencia negativamente na imagem da cidade. Mudanças de gestão na cidade que considerem o bem-estar de residentes e turistas levam à sustentabilidade, preservação, desenvolvimento harmônico e segurança pública de qualidade. A Figura 8 apresenta os 116 bairros da Metrópole.



Figura 8: Bairros de Fortaleza.
Fonte: Google Maps, 2013.

A figura mostra a dimensão do tecido urbano da Metrópole e número de bairros. Segundo o IBGE, Fortaleza é a terceira capital brasileira em favelas. No ranking nacional, São Paulo e Rio de Janeiro ocupam os primeiros lugares. O problema habitacional de metrópole vai da deficiência de unidades habitacionais da popula o e migrante   incapacidade de resolu o de problemas de moradores de rua, de sem-tetos, de favelados de áreas de ocupa o principalmente, de moradias em áreas de risco. Dados conferidos pelo Fórum das áreas de Risco de Fortaleza apontam que:

A soluço da faveliza o não é o problema de moradia que deve ser prioridade absoluta nas a es e políticas habitacionais, mas sim as áreas de risco. Em apenas cinco anos, de 1999 a 2004, o numero de favelas em áreas de risco aumentou de 4.500 para 17.000 (HOERNING, 2005, p.4).

Em 2002, contabilizam-se mais de 100 áreas de risco na Região Metropolitana e 312 áreas como favelas. Famílias que vivem em igual situa o são transferidas para locais conhecidos como “vazios urbanos”, por exemplo, grandes descampados às margens da BR116 ou limites periféricos, formando “favelas urbanizadas”, gerando grandes conflitos e persuasão administrativa para retirada da popula o de áreas de risco, para urbaniza o do lugar e evitar novas invasões.

Na administração de Fortaleza - gestão 2005-2008 criou-se o Habitafor, que representa e objetiva efetivar política de habitação, realizando trabalho de paridade com organizações comunitárias, populares e organizações não governamentais (ONGs), concretiza-se, segundo dados da própria Habitafor, a construção de cerca de 17 mil moradias para população de baixa renda. Grande salto, em comparação com o índice de 5 mil casas da gestão anterior, ações são discutidas e reforçadas de acordo com Plano Diretor da Cidade.

A população de Fortaleza em 2010 contava com 2.452.185. Estimavas apontavam que em 2013⁴ seria de 2.551.806 em área de 314,930 km², o que provoca aumento da taxa de densidade populacional, prejudicando também o planejamento e reabilitação de espaços urbanos. Dados do IBGE apontam que Fortaleza possui densidade populacional de 7.786,44 hab/km². Os números indicam que o Ceará é “macrocefálico”, pois possui a capital muito grande e municípios atrofiados.

A administração municipal de Fortaleza é descentralizada com criação, por lei, de Secretarias Executivas Regionais – SER –, na gestão do Prefeito Juracy Magalhães⁵. Fortaleza divide-se em seis Regionais, com atuação de Gerência Administrativa que representa cada Regional, subordinada ao Prefeito, para tratar de questões específicas da área.

De acordo com página oficial da Prefeitura Municipal, a criação das SER objetiva colocar resoluções de problemas e serviços básicos mais próximos da população que não precisa deslocar-se à sede, para resolver questões do bairro ou assunto de interesse. Com as Secretarias Executivas Regionais, Fortaleza tem pelo menos de forma simbólica, gestão mais próxima do cidadão.

Bernal (2005, p.6) explica que a Regional VI apresenta maior índice de crescimento econômico. Escritórios de negócios instalam-se em 27 bairros que formam a Regional, principalmente na área comercial e de serviços. Na direção sul, a cidade se expande. Segundo os autores, a Regional mostra grande evolução, especialmente após ampliação da Avenida Washington Soares; é a segunda regional em arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), no município, com 15,19%, embora não concorra nem de longe com bairros que da Regional II, com grande quantidade de estabelecimentos comerciais e de moradia.

4

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230440&search=ceara|fortaleza>.

5

1º Mandato: 1997 – 2000; 2º Mandato: 2001-2004.

Na Regional destacam-se os bairros Centro, Praia de Iracema, Aldeota, Varjota, Cocó, Dunas, Meireles e Papicu, com 61,19% de arrecadação de IPTU. O maior destaque econômico de Fortaleza vem do setor de serviços que movimenta dinâmica de negócios, o segmento que mais se beneficia com o desenvolvimento da rede de serviços é o turismo. O perfil econômico de Fortaleza é de cidade essencialmente voltada para prestação de serviços.

Fortaleza tem configuração contemporânea construída pela lenta evolução econômica e populacional. O caráter de atualidade se reproduz no espaço urbano e relações e práticas políticas e sociais. Teve seu adensamento populacional vindo do sertão e não do litoral e, com forte formação migratória, característica atual e permanente, no imaginário do povo que hoje a atual gestão municipal de Fortaleza, em campanhas publicitárias e ações públicas de cultura, esporte, lazer e entretenimento, tenta construir em pleno século XXI, sentimento de cuidado e autoidentificação com a cidade, senso de autoestima por ser fortalezense.

Fortaleza por receber maior atenção do Estado, em investimentos econômicos e de infraestrutura, influencia o fluxo migratório estadual e nacional. A seca foi sempre grande vilão e contribui para que cearenses deixem sua terra e procurem paragens, não somente na capital do Estado, mas no mundo. O conceito de nômade, termo tornado popular e identificador do cearense, tem característica de adaptação, pela força de trabalho e vontade, na tentativa de encontrar novas perspectivas de vida em outro lugar.

Fortaleza acompanha o processo nacional de transformação urbana, com a abertura de rodovias, investimentos imobiliários e implementação do turismo. Sua economia hoje se concentra na região metropolitana firmada, principalmente, em setores do comércio e serviços e com pouca expressividade na indústria de transformação e de tecnologia. Os produtos para exportação, 55% vêm da indústria têxtil e da produção agrária: algodão, frutas, castanha.

Com a migração do interior, os problemas se somam: desemprego, aparecimento de favelas, falta de moradia para pobres, habitação popular, entre problemas urbanos e sociais de grande metrópole, Fortaleza. Políticas urbanas e investimentos públicos em infraestrutura de governos, em âmbito estadual e municipal, beneficiam, em maior parcela, a zona leste, área em que se concentra população abastada e onde se concentram equipamentos e serviços turísticos.

O Estado tenta amortizar problemas sociais e econômicos, para possibilitar, por meio de investimentos, geração de emprego e renda, na cadeia de segmentos e funções da atividade. As praias são de grande atratividade ao turismo, no entanto, é cada vez mais necessário tornar a cultura produto diferenciado a ser apreciado pelos turistas. Desta forma, o Estado incentiva o desenvolvimento de propostas e projetos que consolidem a criação de mecanismos para apreciação da cultura, para cearenses e público visitante.

Nessa perspectiva, buscam-se meios capazes de dinamizar a cidade e resguardar heranças passadas, quando o espaço urbano é utilizado para novas representações em que cultura e turismo surgem como possibilidades contemporâneas preservacionistas. É importante desenvolver a capacidade de observação da cidade que se diz moderna por meio da mídia, mas se fecham os olhos para problemáticas sociais, de políticas públicas de segurança, modernização e fatores condicionantes e subjetivos que priorizam o estético, belo, simbólico, na tentativa de busca de percepção da Fortaleza real; da metrópole que sofre com a violência da qual são vítimas turistas e residentes.

A gestão da metrópole está segura e pauta, com responsabilidade, a atividade turística, na medida em que a questão da segurança pública oferece garantia e tranquilidade aos residentes e, conseqüentemente, ao turista, tendo em vista que o uso da cidade pelo turista pressupõe o do residente:

O uso da cidade para o turista pressupõe o uso para o residente. A circulação dos turistas nas cidades, a localização dos atrativos, dos equipamentos e serviços turísticos, tudo isso tem relação com as condições urbanas da cidade. Dai a necessidade da interrogação: qual o turismo que queremos? Qual a cidade que desejamos, porque estas realidades são inseparáveis. (FERNANDES; CORIOLANO, 2007, p. 398).

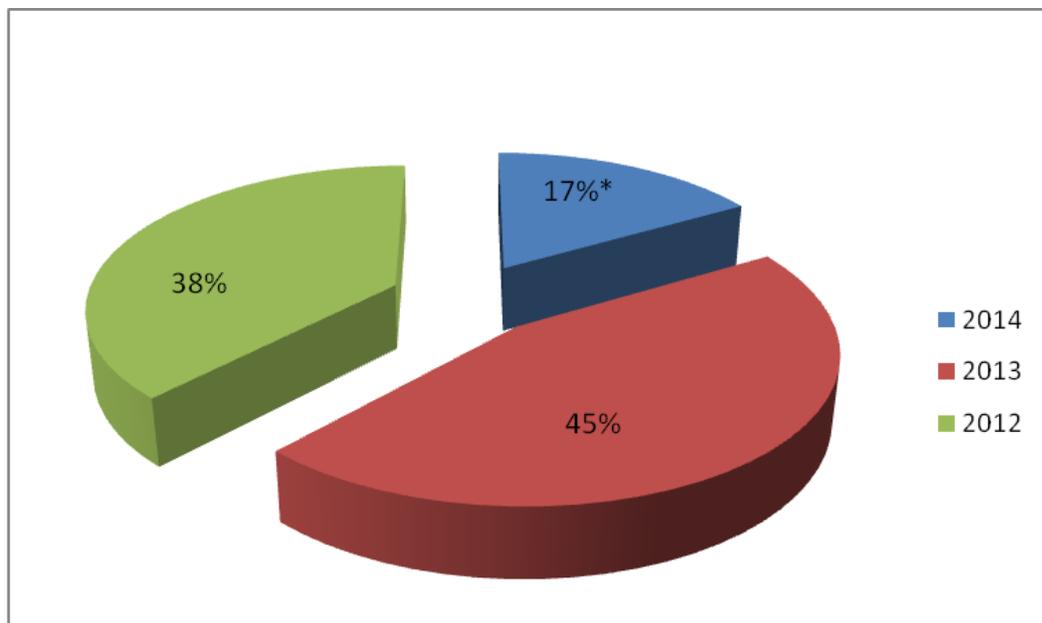
A violência avança e a segurança pública é destaque em manchetes de jornais. Pauta, em estudos acadêmicos, preocupação constante da gestão pública. Nesse sentido, para melhor compreensão sobre o papel da segurança pública, convém analisar inicialmente dados estatísticos em pesquisas sobre violência, as quais fornecem subsídios para a formulação de concepções, acerca do que faz Fortaleza ser segura e insegura.

Desde 2002, o Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal realiza, todos os anos, pesquisa acerca da violência no mundo. O Órgão Não Governamental (ONG), com sede no México, divulga anualmente Relatório com lista

de cidades mais perigosas do mundo, tendo como base o quantitativo de homicídios em proporção à população.

Apontada 13ª cidade mais violenta do mundo, em 2012, Fortaleza passa a 7ª posição no ranking negativo em 2013, dado divulgado anualmente pelo Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal. Na última pesquisa, em janeiro de 2014, Fortaleza apresenta taxa de 72,81 homicídios/100 mil habitantes, em 2º lugar no ranking de cidades mais violentas do Brasil, atrás apenas de Maceió, com taxa de homicídio de 79,76 homicídios/100 mil habitantes (CASTRO, 2014).

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará - SSPDS, os assassinatos, entre os anos de 2012 e 2013, aumentaram em 19,46%. Ao longo do ano de 2013, registraram-se 4.462. Foram 727 ocorrências a mais que em 2012, com 3.735 mortes por homicídios, latrocínios e lesão seguida de morte. Em 2014, até o mês de abril foram registrados 1632 casos de homicídios dolosos, quando há intenção de matar (SSPDS, 2013). O Gráfico 1 apresenta vítimas de crimes letais praticados intencionalmente no Ceará.



*Dados referentes aos meses de janeiro a abril de 2014.

Gráfico 1: Vítimas de crimes violentos letais intencionais no Ceará nos anos 2012, 2013 e 2014.

Fonte: SSPDS, 2014. Adaptado por FERNANDES, F.E.

Na esfera municipal, os dados da SSPDS demonstram que quase metade de homicídios registrados, em 2013, foi em Fortaleza. A metrópole teve aumento de

18,43% de assassinatos, em relação a 2012. Em 2013, foram 2.017 casos contra os 1.703 registrados em 2012 (CASTRO, 2013).

Ocorrências de roubos, registradas no balanço da SSPDS como crimes violentos contra o patrimônio, também cresceram em 2013. Registraram 51.414 casos, crescimento de 5,29% em relação a 2012, com 48.830. Até março de 2014 foram registrados 7693 casos no Ceará (SSPDS, 2014). Em Fortaleza, houve 37.474 ocorrências, 72,9% do total. Em 2012, contabilizaram-se 37.215 casos. A Região Metropolitana teve o maior aumento de roubos, em relação a 2012. Nos últimos doze meses, foram registrados 8.327 casos de roubos, contra 6.484 do ano anterior (CASTRO, 2014).

A adoção de ações de vários níveis de governo, programas preventivos da violência e combate à impunidade com empenho do Ministério Público e do Judiciário, não tem tornado Fortaleza segura:

O Nordeste do Brasil, uma de suas principais regiões turísticas, continua sendo a região de maior concentração de renda do país, mostrando que o turismo não tem condições de mudar essa realidade, que implicaria mudança do modelo econômico. (FERNANDES; CORIOLANO, 2007, p. 394).

Para prevenção da violência, parceria, entre Estado, Município e sociedade, faz-se necessária, geração de emprego e renda, ampliação de acesso à educação, disponibilização de opções de lazer, saúde e saneamento de qualidade são medidas recomendadas.

[...] o Estado e a sociedade teriam que criar uma sinergia, na busca de soluções para a distribuição da riqueza, oriunda do turismo, bem como solucionar problemas básicos da cidade a exemplo dos serviços urbanos, da assistência ao menor, da criação de perspectiva, de trabalho para população” (FERNANDES; CORIOLANO, 2007, p. 400).

Na violência praticada contra turista, destacam-se os casos em que o visitante é vítima de crimes praticados nas praias. Nesse caso, funcionários e proprietários de barracas da Avenida Beira-Mar, são impotentes na detenção de marginais, agindo em bandos superiores a dez indivíduos, de forma truculenta. A maioria dos participantes de arrastões reside em favelas próximas. A polícia chega sempre atrasada, apesar de telefonemas por ocasião do fato. As duplas, em guaritas, porém ficam somente em postos convencionais de vigilância e observação, sem revezamento no percurso da área ao longo das barracas.

O roteiro de viagem suscita em quem se propõe conhecer cidades, culturas, viajar é mudar a roupa da alma, como diria o poeta Mário Quintana e traduz

bem quem vem conhecer Fortaleza, com seus atrativos. Porém nem sempre é possível ir além do óbvio em viagem, com desconfortos, como por exemplo, sensação de insegurança, advindo de processo de urbanização desregrada, incontrolável a até anômica.

3. SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ E IMPASSES NO TURISMO

Segurança pública é a proteção ao cidadão e implica dinamicidade e políticas públicas. Políticas públicas de segurança não se resumem à atuação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS, constituem também política privada e integral de esferas de ação do Executivo e da sociedade civil. Constitui infraestrutura para o turismo e sem segurança pública a atividade torna-se impraticável.

Desenvolver o turismo não deve significar prejuízo para a população residente. Acredita-se que o turismo em Fortaleza precisa ser trabalhado na ótica de gestão da cidade. Os problemas de turismo, são também questões da política de planejamento do espaço urbano, da política da educação, da política de cultura, da política de infra-estrutura (sic). (FERNANDES; CORIOLANO, 2007, p. 402)

Implica modelo de gestão integrada por território e de responsabilização, para redução de crimes violentos intencionais, o que faz com que a compreensão do fenômeno da violência seja assunto de destaque. Muitas são as teorias sobre violência, causas e interposições. É importante leitura para apreensão de pressupostos capazes de sustentação teórico-científica a esta pesquisa, favorecimento a residentes e à atividade turística, território aberto com foco na violência urbana, no medo e insegurança pública.

A história presencia formas de violência constitutivas de diferentes modos de produção econômica e organização política da sociedade. Ressaltem-se no movimento circular da violência, classes sociais com suas contradições, pelo Estado e aparatos, ideologias, misérias e insurreições, além da estrutura policial e militar travada na lógica da dominação.

Aonde os níveis de homicídio chegam, não se pode admitir que o assunto seja tratado como rotina estatística vinculada a problemas de pobreza, ao tráfico de entorpecentes ou às disputas entre grupos rivais. Não acreditar que o problema seja insolúvel, porque, se todo problema tem causas e circunstâncias que favorecem ou dificultam sua ocorrência, soluções devem ser encontradas (SILVA FILHO, 2014).

Na visão de Zaluar (2000), a sociedade brasileira tornou-se mais densa e mais complexa nas relações de classe e intersubjetivas, nas lutas sociais pelo reconhecimento de identidades e de direitos; mais reivindicativa, mais participativa,

cada vez mais inconformada com a persistência dos problemas, entre os quais, a violência urbana cotidiana.

Um dos grandes pensadores contemporâneos⁶ classifica a violência em três tipos:

Direta, cultural e estrutural. A violência direta e visível pode ser percebida diretamente quando as suas vítimas são mortas, feridas, expulsas de seus lares ou sofrem alguma espécie de dano material. A violência estrutural se manifesta como formas sistemáticas pelas quais um regime impede as pessoas de alcançar próprio potencial. A violência cultural existe quando pessoas discriminam outras, porque estas são diferentes no jeito de viver, de crer, de se vestir, são de outra etnia [...]. (GALTUNG *apud* ARENAS, 2011, p. 41).

É o caso emblemático de Fortaleza. A não construção da passarela na inauguração do Centro de Eventos do Ceará, dando a entender que quem não possuir veículo é não dirigir-se até lá gerando críticas, demonstra que a responsabilidade cultural não foi internalizada: não se protege a vida humana. Acerca de responsabilidade cultural, Mockus (*apud* ARENAS, 2011, p. 132) afirma que: “Há responsabilidade legais, mas também responsabilidades culturais e morais. A ideia é pegar as três e colocá-las numa só direção: a proteção da vida”.

Em artigo “Os discursos da violência no Brasil”, o antropólogo Roberto da Matta (1993) explica a violência no Brasil, referindo-se à leitura teórica ou erudita da violência e ao discurso popular ou do senso comum. Haveria dois processos básicos de englobamento, manifestos na violência brasileira. Um, pela esfera da “rua”, por meio da moldura jurídica (o erudito); e um individualizador e personalista, por meio da “casa” (de senso comum).

Os índices de homicídios crescem muito nos últimos anos. Nos estudos de Campos (2013), Fortaleza, proporcionalmente, mata cinco vezes mais que São Paulo. Pesquisas relatam que no ano de 2012 houve 1.628 assassinatos, enquanto em São Paulo 1.497. Assim, 131 mortos a mais em população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes (Fortaleza), contra 10,8 milhões de habitantes, em São Paulo, cidade global, a maior metrópole brasileira.

Em âmbito internacional, a posição da Metrópole não é nada animadora, é o que afirma o relatório anual da ONG mexicana Conselho Cidadão Para a Segurança Pública e Justiça Penal, o qual relata as 50 cidades mais violentas do

⁶

O norueguês Johan Galtung.

mundo, com Fortaleza em 7º lugar no *ranking*, com taxa de 72,8 homicídios por 100 mil habitantes, conforme REVISTA FÓRUM, 2014 (*online*).

Esta é a relação das cidades mais violentas em países que não estão em guerra, de acordo com REVISTA FÓRUM, 2014 (*online*).

Posição	Cidade	País	Homicídios	Habitantes	Taxa
1	San Pedro Sula	Honduras	1,411	753.990	187.14
2	Caracas	Venezuela	4,364	3.247.971	134.36
3	Acapulco	México	940	833.294	112.80
4	Cali	Colômbia	1,930	2.319.684	83.20
5	Maceió	Brasil	795	996.733	79.76
6	Distrito Central	Honduras	946	1.191.111	79.42
7	Fortaleza	Brasil	2,754	3.782.634	72.81
8	Guatemala	Guatemala	2,123	3.103.685	68.40
9	João Pessoa	Brasil	515	769.607	66.92
10	Barquisimeto	Venezuela	804	1.242.351	64.72
11	Palmira	Colômbia	183	300.707	60.86
12	Natal	Brasil	838	1.454.264	57.62
13	Salvador (e RMS)	Brasil	2,234	3.884.435	57.51
14	Vitória	Brasil	1,066	1.857.616	57.39
15	São Luís	México	807	1.414.793	57.04
16	Cullacán	Venezuela	490	897.583	54.57
17	Ciudad Guayana	México	570	1.050.283	54.27
18	Torreón	Venezuela	633	1.167.142	54.24
19	Kingston	Jamaica	619	1.171.686	52.83
20	Cape Town	Sudáfrica	1,905	3.740.026	50.94
21	Chihuahua	México	429	855.995	50.12
22	Victoria	México	167	339.298	49.22
23	Belém	Brasil	1,033	2.141.618	48.23
24	Detroit	Estados Unidos	332	706.585	46.99
25	Campina Grande	Brasil	184	400.002	46.00
26	New Orleans	Estados Unidos	155	343.829	45.08
27	San Salvador	El Salvador	780	1.743.315	44.74
28	Goiânia	Brasil	621	1.393.575	44.56
29	Cuiabá	Brasil	366	832.710	43.95
30	Nuevo Laredo	México	172	400.957	42.90
31	Manaus	Brasil	843	1.982.177	42.53
32	Santa Marta	Colômbia	191	450.020	42.44
33	Cúcuta	Colômbia	260	615.795	42.22
34	Pereira	Colômbia	185	464.719	39.81
35	Medellín	Colômbia	920	2.417.325	38.06
36	Baltimore	Estados Unidos	234	619.493	37.77
37	Juarez	México	505	1.343.406	37.59
38	San Juan	Puerto Rico	160	427.789	37.40

39	Recife	Brasil	1,416	3.845.377	36.82
40	Macapá	Brasil	160	437.256	36.59
41	Nelson Mandela Bay	Sudáfrica	412	1.152.115	35.76
42	Maracalbo	Venezuela	784	2.212.040	35.44
43	Cuernavaca	México	227	650.201	34.91
44	Belo Horizonte	Brasil	1,800	5.182.977	34.73
45	ST. Louis	Estados Unidos	109	319.294	34.14
46	Aracaju	Brasil	300	899.239	33.36
47	Tijuana	México	536	1.649.072	32.50
48	Durban	Sudáfrica	1,116	3.442.361	32.42
49	Puerto Príncipe	Haiti	371	1.234.414	30.05
50	Valencia	Venezuela	669	2.227.165	30.04

Tabela 1: Ranking das cidades mais violentas do mundo.

Fonte: Revista Fórum, 2014.

No ranking das 50 cidades mais violentas do mundo, aparecem 15 brasileiras. O aumento de criminalidade envolve competência do poder público, população e sociedade civil organizada. Fortaleza destaca-se como cidade que recebe uma das maiores demandas turísticas no Nordeste, o que implica leitura diferenciada a respeito do alto índice de criminalidade. Isso por que, de acordo com o site da TripAdvisor⁷, entre 54 locais com maiores números de avaliação positiva no prêmio Traveler's Choice 2013 – Destinação em Alta, Fortaleza foi a 10ª colocada, além de única cidade brasileira na lista. Assim, precisa enfrentar a epidemia de violência, pois já não são mais ações no campo da segurança. Realidades implicam punição dos crimes cometidos para acabar com a sensação de impunidade, até o estabelecimento de estrutura de controle que circule nas ruas para inibir o comportamento proibido e exercer intimidação.

Cabe destacar ser a segurança pública aspecto da ordem pública, e segundo Lazzarini (1999), constitui-se, pelas condições mínimas necessárias, conveniente vida social, a saber: segurança pública, salubridade pública e tranquilidade pública. Vedel e Cretela Jr. (1978) mostram que entender o conceito de Ordem Pública é de fundamental importância para entender o papel da polícia no desempenho da ordem pública e segurança de bens e pessoas.

Para compreender as implicações das políticas públicas de segurança, a dimensão histórica, política e cultural da segurança, faz-se necessário ter em vista

⁷Uma das principais agências do setor de viagens. Disponível em: <<http://www.tripadvisor.com.br/TravelersChoice-DestinationtheRise>> Acesso em: 6 Mar.2014.

que, na terminologia jurídica, segundo Seabra (2010), a expressão ordem pública assume significações. Ora aparece como designativa de parâmetros basilares de comportamento social (no mais amplo sentido, isto é, com relação aos costumes morais, à estrutura e vida de família, à economia geral, etc.), ora diz respeito ao clima de equilíbrio e de paz indispensável à convivência coletiva do dia a dia.

A segurança pública apresenta-se como elemento capital de promoção de mudanças necessárias à concretização da cidadania, no Brasil, a despeito da violência urbana na formação da história recente. Para instituir o Estado Democrático de Direito, em sociedade democrática, a segurança pública garante proteção dos direitos individuais e assegura pleno exercício de cidadania. Nesse sentido, segurança não se contrapõe à liberdade e é condição para o seu exercício, fazendo parte de uma das inúmeras e complexas vias por onde trafega qualidade de vida dos cidadãos (CEPIK, 2001).

Paixão (1985) aponta que segurança pública tem caráter de bem coletivo, pois nenhum indivíduo pode ser legitimamente excluído, independente da maior ou menor contribuição individual à sociedade. Segundo Cerqueira (1985, p. 7-8), “o crime é um fenômeno sociopolítico, e como tal é inerente a qualquer sociedade, e o seu combate não pode restringir-se à ação policial”. O autor destaca que:

A responsabilidade da população dar-se-á na busca constante da preparação do cidadão, sujeito a direitos e deveres, direitos que deve reclamar e deveres que deve exercitar para que se possa estabelecer uma boa convivência social. Assim, na noção de ordem pública, não se deve prescindir da colaboração e da integração comunitária para seu completo entendimento e realização. (CERQUEIRA, 1985, p. 7-8).

Há identificação entre polícia e segurança, e, por vezes, chega-se a não distingui-las. A segurança pública vai se alterando e tornando-se mais abrangente, conforme se lê:

[...] não é só repressão e não é problema apenas de polícia, pois a Constituição, ao estabelecer que a segurança é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos-(art. 144), acolheu a concepção do I – Ciclo de Estudos de Segurança segundo a qual é preciso que a questão de segurança seja discutida e assumida como tarefa e responsabilidade permanente de todos, Estado e população (SILVA FILHO, 1998, p. 753).

Concepções acerca da segurança pública ajudam na gestão da metrópole Fortaleza, com cobrança da sociedade civil, da imprensa e compromisso das instituições policiais. Há contemporaneamente descrédito generalizado implicando articulação dentro e fora da gestão, no sentido de superá-lo, ou seja, estabelecer

metas de redução de taxas de violência, com atração de políticas públicas de segurança. A otimização dos serviços é reclamada frente à sensação de insegurança causada pelo atual panorama da criminalidade e da violência urbana. Exigem-se dos gestores decisões duras em situações de conflito, com preponderância da Secretaria de Segurança Pública - SSPDS/CE.

Conforme dados recentes do Ministério da Justiça – MJ, sobre segurança pública, nos últimos 12 meses, Fortaleza tem o 4º maior índice de pessoas que se dizem vítimas de violência, entre capitais brasileiras (G1/CEARÁ, 2013). A pesquisa mostra que 31,5 dos entrevistados já sofreram algum crime violento, roubo, furto, agressões ou ofensa sexual. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, da Universidade Federal de Minas Gerais, e Instituto Datafolha identificam 12 tipos de ocorrências com registro policial, como furto e roubo de automóveis, furto e roubo de motocicletas, furto e roubo de objetos ou bens, sequestro, fraude, acidente de trânsito, agressão, ofensa sexual e discriminação. O Quadro 1 apresenta o ranking da vitimização nas capitais brasileiras com Fortaleza em 4º lugar.

Capital	Percentual (%)	Capital	Percentual (%)
1º - Macapá	47,1	15º - Recife	24,1
2º - Belém	41,1	16º - São Paulo	24,1
3º - Rio Branco	31,9	17º - Florianópolis	23,9
4º - Fortaleza	31,5	18º - Salvador	23,4
5º - Natal	31	19º - Maceió	23,2
6º - São Luís	28,6	20º - Porto Velho	22,2
7º - Porto Alegre	27,6	21º - Vitória	22,1
8º - Cuiabá	26,6	22º - Campo Grande	21,5
9º - Manaus	26,4	23º - João Pessoa	21,5
10º - Curitiba	25,4	24º - Rio de Janeiro	21
11º - Teresina	24,9	25º - Brasília	20,3
12º - Boa Vista	24,8	26º - Aracaju	19,8
13º - Belo Horizonte	24,2	27º - Palmas	19
14º - Goiânia	24,2	***	***

Quadro 1: Ranking da Vitimização nas Capitais brasileiras.
Fonte: Ministério da Justiça, 2013. (Adaptada pelo autor).

Sob esses aspectos, a preocupação da sociedade com problemas de violência é responsabilidade da Polícia Federal, civil, conforme art. 144 da Constituição Federal, que declara:

Art. 144. A segurança pública, dever de Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
I – Polícia Federal; II – Polícia Rodoviária Federal; III – Polícia Ferroviária Federal; IV – Polícias Civis; V – Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares. (Constituição Federal do Brasil, 1988).

Polícia Federal é responsável pela apuração de infrações penais, contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União; Polícia Rodoviária Federal realiza o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. A Polícia Civil, incumbida da função de polícia judiciária e de apurações de infrações penais; A Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. O Corpo de Bombeiro Militar executa atividade de defesa civil.

Referidas atribuições e competências conduzem ao entendimento do que afirma Meirelles (1966), no sentido de que, para gerir negócios públicos, o administrador arma-se de poderes administrativos que apresentam modalidades diversas, segundo modo e forma de atuação, dirigidos à proteção ao indivíduo e comunidade. Quanto à extraordinária importância, Meirelles, destaca:

[...] poder de polícia é a faculdade discricionária que se reconhece à Administração Pública, de condicionar e restringir o uso e gozo dos bens e direitos individuais, especialmente os de propriedade em benefício do bem estar da coletividade (...), Como meio de frenagem inerente à Administração federal, estadual e municipal, ele habilita os agentes administrativos a velar eficientemente pelo bem estar social, fazendo cessar as atividades privadas que lesem ou ameacem lesar o interesse geral da coletividade. (MEIRELLES, 1966, p.77).

Para gestar a segurança de Fortaleza, há produzir mudanças e renovação do sistema, inovações na prevenção da violência, definição do modelo com sustentabilidade.

Quanto à especialização do fenômeno da violência, identifica-se que o crescimento da violência não é sentido de forma igual por toda a população. Nas áreas em que se concentra população de maior poder aquisitivo, imóveis com maior valor agregado, entre fatores como serviços, rede hospitalar, por exemplo, predominam crimes contra o patrimônio, enquanto áreas menos favorecidas e periféricas apresentam consideráveis índices de crimes contra a pessoa. Nelas também se registram casos de abusos de autoridade por parte do efetivo policial.

(FREITAS, 2012). Explicar desigualdades espaciais na manifestação do crime é imprescindível na análise.

Os homicídios, em Fortaleza, se distribuem desigualmente, concentrando-se principalmente nos bairros Barra do Ceará, Bom Jardim, Genibaú, Granja Lisboa, Jangurussu, Jardim das Oliveiras, Mondubim, Pici, Sapiranga e Vila Velha. Os bairros Aldeota, Meireles e Dionísio Torres, por exemplo, apresentam melhor distribuição de efetivo policial, estrutura médico-hospitalar, em número inferior. A Figura 9 destaca os bairros mais violentos de Fortaleza.

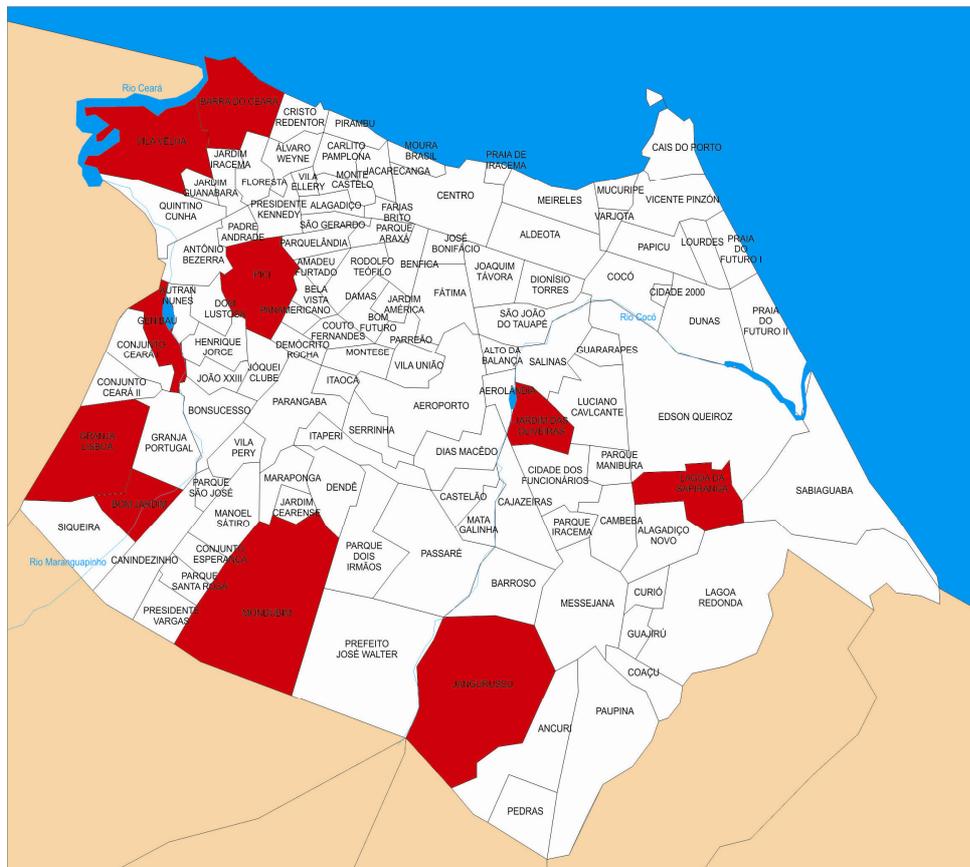


Figura 9: Bairros mais Violentos de Fortaleza.
Fonte: SSPDS, 2012.

A distribuição desigual de homicídios acompanha as desigualdades socioespaciais. Bairros, com menores índices de homicídio, são justamente os dotados de melhor infraestrutura e com bons indicadores sociais, isto é, bairros com menores índices de homicídio e violência são justamente os que concentram melhor infraestrutura e melhores índices sociais, conforme salienta Freitas (2012).

Em relação a roubo de veículos, em 2013, a violência urbana registra crescimento de mais de 72%, nos 10 (dez) bairros com maior índice, segundo dados

da SSPDS (2013)⁸, sintetizados, conforme Figura 10.

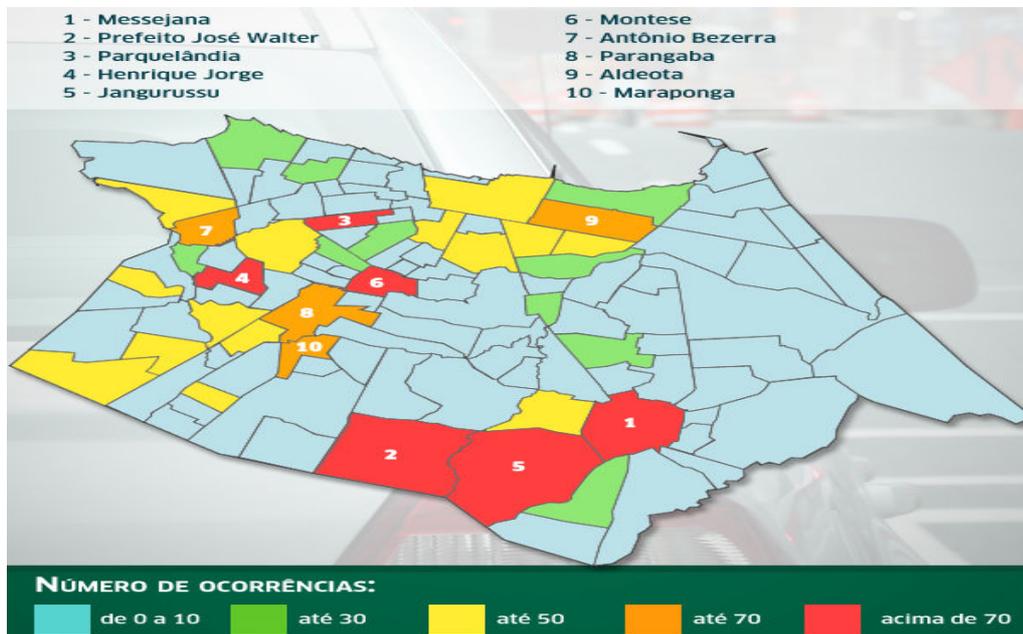


Figura 10: Bairros de Fortaleza com maior número de registro de roubos a veículos.
Fonte: SSPDS, Diário do Nordeste, 2013.

Em casos assim, o alvo principal são caminhonetes de luxo que, geralmente, se encontram desmanchadas, em bairros e proximidades de locais violentos e com elevado índice de homicídios. O bairro com maior incidência de roubos de veículos é Messejana, com 109 (cento e nove) ocorrências em 2013. Os bairros Prefeito José Walter e Parquelândia completam a lista dos três primeiros, com 85 (oitenta e cinco) e 84 (oitenta e quatro) roubos, respectivamente. Figura 11: bairros com menores índices de violência.

⁸ Reportagem do Jornal Diário do Nordeste que mostra os dados sobre violência criminal a partir de uma cominação de diferentes fontes da Secretaria de Segurança Pública, como Sistema de Informações de Polícia Judiciária (SIP), Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS/Sistema - 190), Comando de Policiamento do Interior (CPI/PM), Comando de Policiamento da Capital (CPC/PM), Perícia Forense (PEFOCE) e outros.

LEITE, 1986, p. 206): “[...] receberá a indústria do turismo como recebe qualquer instituição social e espera que ela possa contribuir para o benefício da cidade, que participe dos problemas locais e principalmente, que respeite os costumes e a tradições”.

Para o desenvolvimento da atividade turística, é importante ressaltar a participação do poder público, destacando-se demandas de segurança atribuídas às Secretarias de Segurança Pública do Estado (SSPDS) e do Município (SESEC), geradas pelo aumento da violência. Para Ignarra (2003, p.125), o papel do poder público abrange atividades como:

O planejamento do fomento da atividade; controle de qualidade do produto; promoção institucional da destinação; financiamento dos investimentos da iniciativa privada; capacitação de recursos humanos; controle do uso e da conservação do patrimônio turístico; captação, tratamento e distribuição da informação turística; implantação e manutenção da infra-estrutura urbana básica; captação de investidores privados para o setor; prestação de serviços de segurança pública.

A violência, para residentes e turistas, acontece de forma igual quando o conflito social ou relações conflituosas se exacerbam, passam da medida aceita socialmente. Assim, a violência, embora pareça evidente em 2014, possui longa história e está presente em todas as culturas e agrupamentos sociais. Por esse motivo, cada sociedade constrói, por meio de instituições, formas de controle e de regulação da ordem. As instituições são reguladoras de conflitos e, em sociedade democrática, tem a função de reconhecê-los e administrá-los, observando a diversidade de interesses individual e coletivo. Gráfico 1: evolução da segurança segundo turistas.

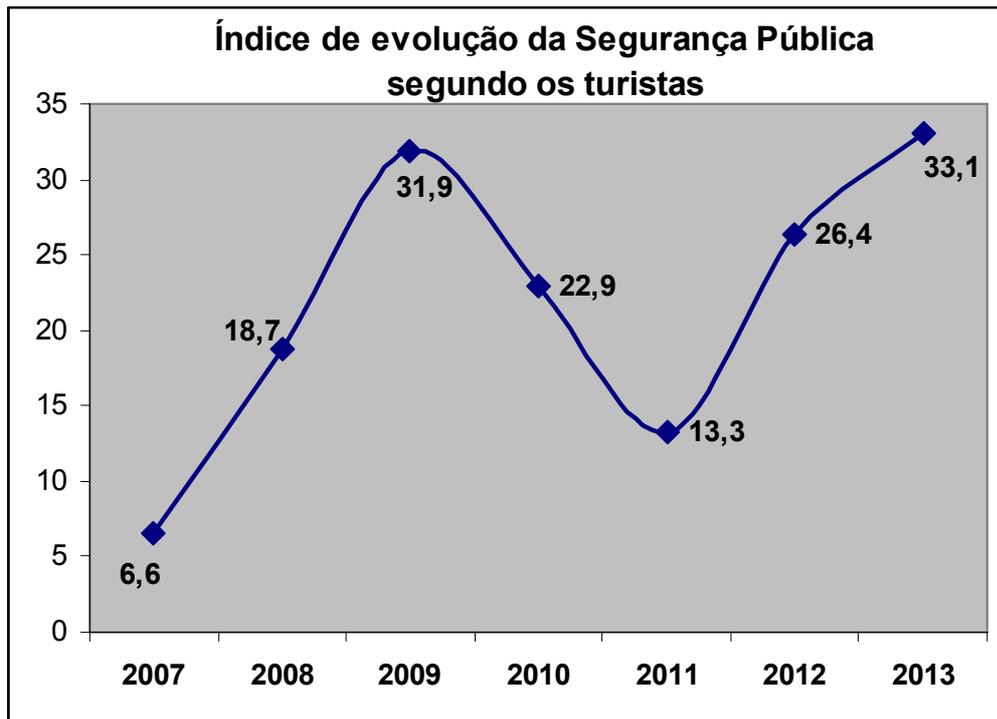


Gráfico 2: Índice de evolução da Segurança Pública segundo os turistas.
Fonte: SETUR/CE- 2013.

Conforme dados da SETUR, a segurança pública evoluiu significativamente, entre as décadas de 2007 a meados de 2009, havendo decréscimo na segunda metade da década de 1990 até 2011, para, em seguida, novo impulso, segundo os próprios turistas. Fontes da SETUR/CE (2013) informam que:

A avaliação dos turistas é importante para adoção de medidas corretivas diante das deficiências apontadas, incluindo-se aqueles aspectos que não tenham obtido um conceito mínimo de qualidade. Neste sentido, pode-se adotar como parâmetro indicador da necessidade de intervenção um percentual mínimo de 80% das respostas que pontuaram (Bom+Ótimo) - (Ruim+Péssimo) para cada item avaliado. O índice de avaliação do item segurança pública é calculado com base na avaliação do turista através da relação (ótimo+bom) - (ruim+péssimo).

Prestação de serviços ao turista, em Fortaleza, há ser amparada pela infraestrutura qualificada, de acordo com peculiaridades locais. Desde o início, o turista está sujeito a riscos que, ignorados, podem causar contratemplos ou até mesmo morte, por exemplo, contaminação por alimentação, assaltos, acidentes com brinquedos de parques temáticos, latrocínios e extravio de bagagens, casos recorrentes que apontam o amadorismo do receptivo turístico, influenciando diretamente nas relações econômicas, de consumo, culturais e necessidade de desenvolvimento tecnológico.

Embora, seja natural que as pessoas prefiram dar ênfase ao lado somente prazeroso da experiência, não se deve esquecer que as agências de turismo tendem a valorizar os destinos com apelos promocionais e os turistas imaginam encontrar o lugar sem perigos, menosprezando a ocorrência deles fica reservado à sorte ou à fatalidade. (HAMAUE, 2008).

O que justifica a necessidade de maior aparato de segurança do turismo é o crescimento da violência e da criminalidade enraizada na periferia que se estende assustadoramente às áreas turísticas e à região metropolitana (RMF). A prevalência do crescimento dos números da violência estabelece sensação de insegurança e contribui fundamentalmente para aumento da instabilidade social, difundindo a “cultura do medo” que afeta, por via de consequência, o turista. A violência gera o medo e, conseqüentemente, medo gera violência em patamares da existência social.

A violência vem adquirindo o estatuto de uma categoria explicativa do mundo contemporâneo que atravessa e articula as relações sociais, desde âmbito das relações internacionais, até o âmbito privado das relações domésticas (...), Ela é criticada por seus efeitos midiáticos que se expressam em sempre mais e mais dramatização intensificando o circuito cerrado: maior medo, maior insegurança; maior insegurança, maior medo (ADORNO, 1999, p. 136).

Cria-se, assim, círculo perigoso que ora reforça estereótipos, barreiras sociais, preconceitos, ora a não aceitação de diferenças socioculturais. (JORNAL DIARIO, 2014).

A proteção ao residente e ao turista, em visita a metrópole, está inserida no contexto da política de segurança pública, nesta dissertação, tendo em vista que turista e residente correm os mesmos riscos quanto à integridade física e patrimonial.

Contemporaneamente há clamor social, no sentido de melhorar o sistema de segurança do Ceará produzido. Impõe-se direcionamento de concepções hoje para residentes, em relação ao tema, que reflete em cada cidadão, em cada família, comunidade.

O sistema de segurança pública, gerido por parâmetros de política nacional de segurança pública, assume finalidade de proteção e socorro de populações, preocupação não somente de comunidades, mas de órgãos de segurança e da Academia de Polícia. O policiamento é ostensivo, contemporaneamente, para atender a sociedade com base no conhecimento e na informação, possibilitando novas técnicas e táticas de prevenção de combate ao crime e a violência, no atendimento ao residente e ao turista.

Quanto à organização e idealização estratégica, o conhecimento de política de segurança pública, em atendimento à população, é extensivo à política do turismo. A cultura do imprevisto, trabalho pontual e de horizonte, a curto prazo, é o corolário, geralmente, adotado pela gestão de políticas de segurança pública, mas não consegue atender à sociedade. A compreensão da questão força melhor entendimento sobre doutrina do policiamento ostensivo, em que a doutrina de policiamento comunitário é preponderante, pois gestão e informação têm lugar estratégico, e resultam em prevenção e repressão eficientes.

Política pública de segurança, policiamento institucionalizado específico de proteção ao turista realizam-se pelo Batalhão de Policiamento Turístico - BPTUR e Delegacia de Proteção ao Turista – DEPROTUR.

Segundo Comandante¹⁰ do BPTUR, o efetivo do Batalhão é de 418 policiais militares e conta com 36 viaturas para quatro companhias, 2 na praia de Iracema, 5 na beira mar, 1 viatura na vila do mar e 3 na praia do futuro, além da do fiscal de policiamento, bem como conta com 3 grupos de 3 motocicletas e quatro PMs no patrulhamento de áreas onde a mobilidade de viaturas é menos. A Figura 12 apresenta dupla de policiamento ostensivo na Praia de Iracema.

¹⁰

Major PM Clairton.



Figura 12: Policiais militares do BPTUR na Praia de Iracema.
Fonte: Autor, 2014.

Na Praia de Iracema, à Beira-Mar, existem 22 postos de serviço, desde a ponte dos ingleses até o mercado de peixe e, na Praia do Futuro, são 10 postos de serviço, policiados por duplas de PMs. Além disso, contam-se com 5 duplas na faixa de areia da Beira-Mar e 04 na Praia do Futuro, chamados “anjos da areia”.

O serviço de viatura acontece em turno de 12h, enquanto o policiamento a pé é desenvolvido em 8h. Além do policiamento da orla marítima e calçadão da Beira-Mar, o BPTUR conta com policiais no aeroporto, rodoviária, Centro Cultural Dragão do Mar; EMCETUR, catedral de Fortaleza, CEART e área comercial da Av. Monsenhor Tabosa.

Segundo informações do órgão em entrevista com o major comandante¹¹ do BPTUR, em novembro de 2013, havia reforço de 200 policiais militares, da nova turma de policiais militares formados, não pertencentes ao efetivo do BPTUR, de 418 PMs.

A Delegacia de Proteção ao Turista - DEPROTUR, criada pela Lei estadual 13.555 / 2004, atende a turistas nacionais e estrangeiros, segundo a

11

Major Clairton.

titular¹². De acordo com informações da delegada titular em resposta a questionário aplicado no dia 15 de janeiro de 2014, na sede da DEPROTUR, veículos estão em horário de funcionamento contínuo, em prédio alugado na Praia de Iracema. A Figura 13 apresenta a sede do DEPROTUR..



Figura 13: Sede temporária do DEPROTUR/2014.
Fonte: Autor.

A DEPROTUR faz a parceria com DECON, trade turístico, rede hoteleira, policiais, plantão com equipe de delegados, escrivães e inspetores, construção de sede própria em andamento, reuniões com representantes da rede hoteleira, trabalho integrado com o BPTUR, adiantando que o aumento do contingente propicia efetividade de prevenção, fiscalização dos estabelecimentos de hospedagem e maior fiscalização aos prestadores de serviços turísticos. A Figura 14 mostra sede da DEPROTUR em construção.

12

Delegada DEPROTUR Dr^a Adriana Silveira de Arruda.



Figura 14: Futura sede da DEPROTUR, 2014.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

Não há delegacias de Proteção ao Turista, no interior do Estado. Em pesquisa de campo realizada no dia 15 de janeiro de 2014, na sede da DEPROTUR, quando da aplicação de questionários, presenciou-se registro de Boletim de Ocorrência (BO), de assalto a ônibus com turistas à altura do posto da Secretaria da Fazenda, em Tauá, por volta de 1h da madrugada. Com destino a Fortaleza, os turistas vêm de Goiânia, pela empresa Nobre Turismo. O BO foi feito pelo motorista do ônibus de turismo, com registro de disparo de arma de fogo, com violência (Figura 15).



Figura 15: Ônibus de Turismo atingido por disparo de arma de fogo durante assalto.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

Cumpra distinguir adjetivos para segurança, desde orgânica, privada, especializada, segurança informal, não coberta pela lei e segurança eletrônica, em que Estado e Prefeitura operacionalizam serviço de segurança pública.

A metrópole tem avenidas paisagísticas e lugares turísticos bastante decantados, no contexto da Metrópole. As ruas requerem vigilância e monitoramento constantes, para segurança de residentes e turistas. Figura16: localização de câmeras de monitoramento da SSPDS e projeto de expansão.

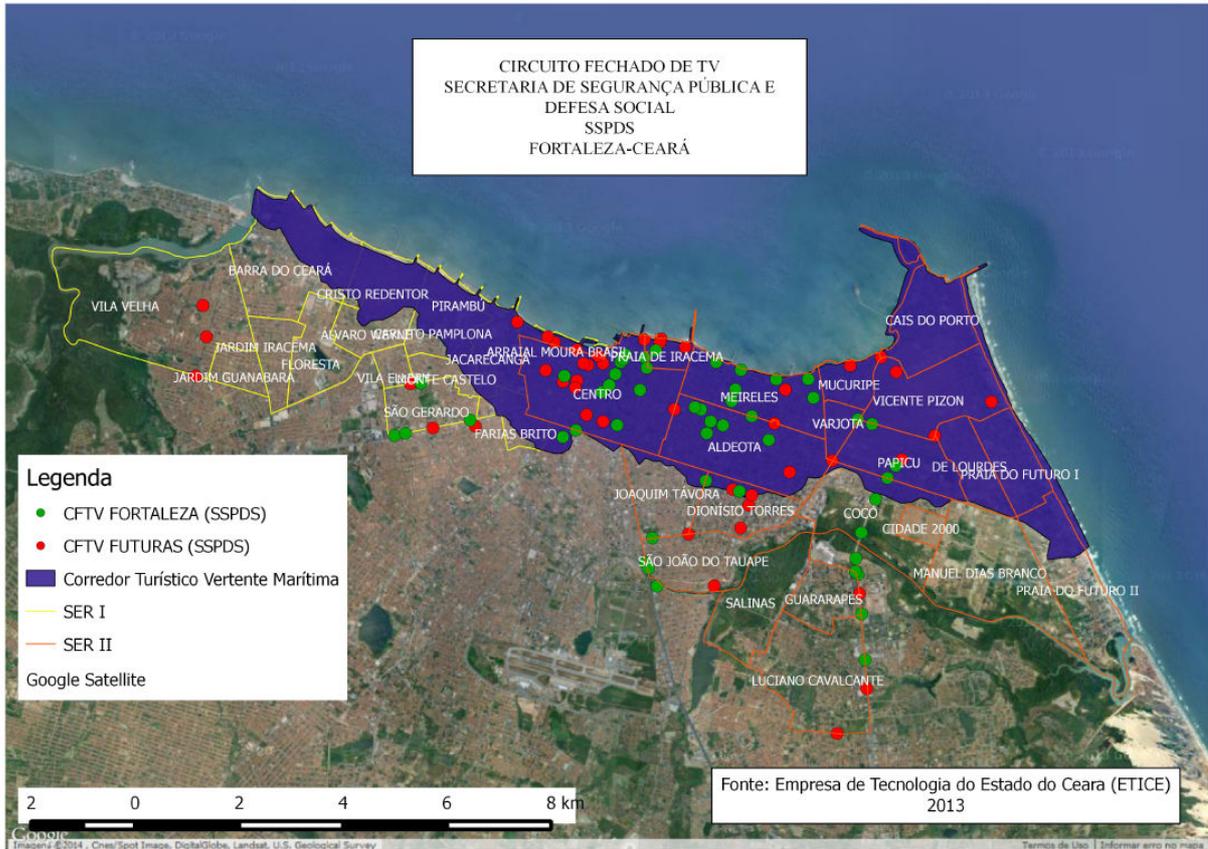


Figura 16: Localização de câmeras no corredor turístico da orla de Fortaleza.
Fonte: ETICE, 2014.

Câmeras de monitoramento viabilizam a identificação de áreas vulneráveis. Monitoram e favorecem rápida intervenção policial, com ferramenta avançada, recursos de informática, ao detectar áreas com maior probabilidade de foco de ação criminosa, com efeito de intranquilidade pública. Segundo o Presidente¹³ da Empresa Pública de Tecnologia da Informação – ETICE, fornecedora de Tecnologia da Informação para o Estado do Ceará, e responsável pela conectividade do Estado com relevância para a metrópole Fortaleza, o turista está incluído na cultura digital.

No que tange aos órgãos de segurança pública o Corpo de Bombeiros Militar (CBMCE), órgão que segundo as informações próprias do CBMCE, tem competência para atuar na defesa civil estadual e em proteção da incolumidade e do socorro das pessoas, em caso de infortúnio ou de calamidade; exerce atividades de polícia administrativa para a prevenção e combate a incêndio, bem como de controle de edificações e projetos, visando à observância de requisitos técnicos contra

incêndio e riscos. Faz salvamento de pessoas e bens, e atua no socorro médico de emergência pré-hospitalar, proteção e salvamento aquáticos, entre outros. A missão é prevenção e combate a incêndio, resgate de pessoas presas em ferragens, salvamento aquático, resgate de pessoas de cacimba, guarda-vida na praia, busca e salvamento em matas, combate a incêndios florestais, atendimento pré-hospitalar, resgate de cadáver, resgate de bens, vistorias técnicas, atividade de defesa civil.

De acordo com as informações enviadas no dia 10 de dezembro de 2013 pelo Coronel Comandante¹⁴ do CBMCE, a estrutura Logística conta com total de 1466 Bombeiros Militares e 89 viaturas em serviço. Atende o expediente administrativo de 8 horas diárias, e expediente operacional de 24 horas diárias. Quanto ao atendimento é variável, conforme dia, mês, feriados prolongados, e dias de festas de maior vulto, por exemplo.

Para o turista é fundamental a atuação dos bombeiros, em caso de o turista necessitar de emergência, em situação corriqueira, banho de mar ou lagoa, incêndio de prédio, de acidentes automobilísticos.

Na gestão de política pública de segurança, o órgão responsável é a Secretaria Estadual do Turismo - SETUR/CE, por identificar-se com política global do governo, nesse sentido, é de vital importância a busca de ações concretas e efetivas. A missão é consolidar o Ceará como destino turístico nacional e internacional, mantendo e estimulando competitividade econômica, social e ambiental e rentabilidade de investimentos públicos e privados, contribuindo para uma sociedade com distribuição de riqueza, equitativa e desenvolvida.

Segundo a SETUR/CE, em pesquisa realizada em 2013, entre os dados que mais incomodam os turistas estatisticamente (Quadro 2), indica que segurança pública é segundo item a chamar atenção com 12,2%.

¹⁴

Coronel João Carlos de Araújo Gurgel.

Avaliação dos equipamentos e serviços em Fortaleza: 1997/11																
Itens Avaliados	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Média
1. Atrativos Turísticos	83,6	83,4	87,1	85,3	85,0	86,5	87,5	81,8	85,7	81,6	77,7	81,0	88,5	91,3	83,9	79,4
. Atrativos Naturais	96,1	96,3	98,3	95,8	95,0	95,0	95,8	95,2	89,8	91,4	91,2	90,6	91,8	92,8	91,8	87,9
. Patrimônios Históricos	75,1	76,8	81,0	81,8	82,4	83,2	83,5	77,0	84,8	75,8	72,8	80,4	89,1	90,5	81,5	76,0
. Manifestações Populares	79,6	77,2	81,9	78,2	77,6	81,2	83,2	73,2	82,6	77,6	69,1	72,0	84,6	90,5	78,5	74,2
2. Equipamento/Serviço Turístico	78,3	80,6	85,5	84,4	83,2	82,6	86,6	85,6	76,2	80,6	74,3	79,8	79,7	80,8	79,6	76,1
. Equipamentos de Lazer	90,8	88,9	92,2	88,0	87,6	82,8	91,2	89,0	86,4	83,4	75,2	80,9	89,3	75,7	82,8	80,3
. Passeios Oferecidos	82,2	89,3	92,0	91,2	90,2	89,8	93,0	91,2	86,0	82,2	79,6	81,1	70,6	77,1	81,1	79,8
. Serviços Receptivo/Empresas	68,8	73,8	80,1	82,2	83,4	82,4	86,4	82,6	67,0	81,2	70,9	74,5	79,5	79,6	76,5	73,1
. Hospitalidade do Povo	92,4	93,5	94,8	91,8	90,2	92,2	93,9	92,4	92,2	88,8	88,0	88,3	83,4	88,2	88,8	84,9
. Informação Turística	65,9	74,1	81,3	75,4	70,2	62,0	78,7	79,8	56,2	80,6	63,8	68,2	79,5	75,7	72,0	67,7
. Guias de Turismo	62,7	67,3	73,4	77,6	75,0	68,2	79,5	78,6	68,4	69,0	52,2	71,6	78,9	69,8	69,8	66,4
. Meios de Hospedagens	82,0	82,0	85,8	86,0	85,8	91,4	90,7	85,8	83,0	78,4	76,2	79,0	85,2	84,9	81,8	78,6
. Bares e Restaurantes	83,5	85,6	90,2	88,6	87,8	89,9	90,7	91,2	84,0	81,4	80,1	83,3	72,0	88,1	82,9	80,0
. Comércio/Compras	77,6	84,0	87,3	84,0	80,2	85,4	87,3	88,8	78,0	82,8	79,2	88,3	85,6	87,7	84,3	78,8
. Diversão e Vida Noturna	88,4	90,5	95,1	92,6	89,8	90,0	90,4	90,4	82,7	85,8	80,8	88,9	88,4	87,6	86,4	83,0
. Táxis	67,0	57,1	68,6	70,6	75,2	74,4	71,1	71,8	54,0	73,0	71,7	74,0	64,8	74,1	69,1	64,8
3. Infra-Estrutura	50,9	55,2	57,5	49,6	44,4	41,2	48,6	47,5	39,2	46,0	33,7	41,7	48,7	49,6	44,6	43,7
. Comunicações Correio/Fone	84,0	87,4	87,8	81,0	78,0	79,8	79,9	70,2	55,2	70,8	58,1	68,5	60,0	71,9	65,0	68,6
. Sinalização Urbana	65,4	60,6	68,6	53,8	44,0	43,0	60,7	46,0	45,0	55,2	32,9	57,5	47,9	54,4	48,4	49,0
. Segurança Pública	58,4	43,8	44,0	0,2	17,4	18,8	33,3	9,4	2,4	1,4	6,6	18,7	31,9	22,9	13,3	20,2
. Limpeza Pública	34,8	24,1	30,1	5,0	9,2	(8,0)	8,9	2,6	-1,7	-5,4	-4,2	-2,1	2,6	4,7	5,3	6,6
. Ônibus Urbano	41,3	39,3	44,4	50,0	29,8	33,8	25,5	52,8	24,6	48,0	32,6	26,4	37,8	42,5	37,8	35,4
. Terminal Rodoviário	44,6	33,6	32,2	59,4	39,2	29,0	39,4	63,0	60,1	64,8	25,7	34,2	64,0	59,4	53,0	43,9
. Aeroporto	27,5	67,7	65,6	67,6	69,4	61,8	62,2	88,4	89,1	87,2	84,4	88,5	96,9	91,6	89,4	82,0
Índice Médio	70,9	73,1	76,7	73,1	70,9	70,1	74,2	71,6	67,0	69,4	61,9	67,5	72,3	73,9	69,4	70,5

Quadro 2: Percepção dos turistas sobre os equipamentos e serviços.
Fonte: SETUR/2012¹⁵.

O Quadro 3 aponta índices sobre percepção do turista quanto a equipamentos e avaliação dos serviços a SETUR. A Secretaria de Turismo de Fortaleza - SETFOR, criada em 2005, pela Lei Complementar Nº 24/2005, é instrumento de transformação do turismo local, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida urbana, prestação de serviços públicos e oferta de produtos, de forma a impulsionar a sustentabilidade da atividade turística.

Descrição	Turistas	(%)	(%)
Limpeza/Poluição	572	31,3	12,9
Segurança Pública	542	29,7	12,2
Trânsito/Transporte	487	26,7	11,0
Ruas esburacadas/sinalização	438	24,0	9,9
Atendimentos	363	19,9	8,2
Preços Praticados	348	19,1	7,9
Infraestrutura	320	17,5	7,2

¹⁵ Obs: a) O índice para cada item é calculado com base na avaliação do turista através da relação (ótimo+bom_ - (ruim+péssimo)); e b) A média do aeroporto exclui 1997.

Ambulantes/Pedintes/Prostituição	280	15,3	6,3
Rodoviária	202	11,1	4,6
Pessoas mal educadas	196	10,7	4,4
Clima/Vegetação	160	8,8	3,6
Rede de saúde	140	7,7	3,2
Outros	379	20,8	8,6
Total	4427	242,4	100,0

Quadro 3: Avaliação dos equipamentos e serviços turísticos.
Fonte: SETUR/CE. Pesquisa direta (Janeiro de 2013).

De acordo com informações do órgão sobre segurança pública, em entrevista realizada em 17 de dezembro de 2013, a SETFOR se coaduna com o ritmo de desenvolvimento do turismo por meio da Guarda Municipal (Figuras 17 e 18) e Defesa Civil de Fortaleza, tendo em vista o dever de segurança pública municipal, com responsabilidade de proteção do patrimônio público ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental, tendo como estratégia medidas educativas e preventivas.



Figura 17: Policiamento da Guarda Municipal na Praia de Iracema.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.



Figura 18: Salva-vidas da Guarda Municipal na Praia de Iracema.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

A SETFOR informa que, paralela às ações municipais, têm-se ações do Governo do Estado, pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) com implementação de políticas de segurança, no aperfeiçoamento de atividades de integração operacional das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros para, em parceria com os Conselhos Comunitários de Defesa Social e poderes constituídos, trabalhar em prol da melhoria da segurança da população e preservação do patrimônio.

No que diz respeito ao trabalho especial diferenciado para garantia de acolhimento e prestação de informações e proteção ao turista e compreendendo que a atividade turística é responsável pela imagem da cidade enquanto destino turístico a gestão municipal priorizou programas de qualificação, procurando capacitar desde guardas municipais até gerentes. O êxito dos serviços perpassam todos os órgãos municipais, então desde 2007 existe a oferta de diversos cursos aos profissionais e interessados envolvidos com a cadeia profissional do turismo.

Existem “Casas do Turista”, no Mercado Central, Praça do Ferreira e Beira-Mar, dão acolhimento e informações de importantes locais de visitação. A SETFOR oferece programa estratégico de capacitação e qualificação de turismo, beneficiando muitos profissionais. Entretanto as iniciativas não são suficientes, diante da demanda e importância do turismo. Projetos em desenvolvimento:

- Projeto de Qualificação Profissional e Técnica na área do Turismo;
- Projeto Piloto “Inclusão Social com Capacitação Profissional”;
- Projeto “Formação de Jovens em Atividades Culturais para o Desenvolvimento do Turismo”.

O programa de apoio ao turismo - o sistema de políticas públicas de seguranç a - são imprescindíveis formação e motivação dos que fazem a política de seguranç a pública.

O ensino do sistema de seguranç a pública, com integração da polícia militar, polícia civil e perícia forense, em uma especialidade: Academia Estadual de Seguranç a Pública (AESP), criada pela Lei Estadual n. 14.629/2010, vinculada à Secretaria de Seguranç a e Cidadania do Estado do Ceará, destina-se a realizar, mediante convênio ou contrato, unificação e execução, com exclusividade das atividades de ensino das instituições do Sistema de Seguranç a Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, ou seja, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Perícia Forense. Em atenção às políticas governamentais, ministra cursos para instituições nacionais ou internacionais.

Percepção de como o ensino encara urbanização turística.

[...] desde a Revolução Urbana – as cidades eram construídas para a produção e para a necessidade básica, estas cidades erguem-se unicamente voltadas para o consumo e para o lazer. [...]. A urbanização turística coloca as cidades no mercado de paisagens naturais e artificiais. Algumas cidades chegam a redefinir toda sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e para o lazer. (LUCHIARI, 1998, p. 17).

Assim sendo, a preparação dos que compõem o sistema, formados na Academia Estadual de Seguranç a Pública - AESP, posteriormente escalonados para o BPTUR e DEPROTUR, na realidade, voltam-se especificamente para informação turística, nas ruas, transportes coletivos, praças, hotéis, repartições públicas, e em infinidade de assuntos de capital interesse do público em geral.

Informações de “Comunicação Interna n 174/2013 – CAESP/COGEN e AESP”, em setembro de 2013 pelo Diretor- Geral da AESP, John Roosevelt Rogério

de Alencar e Demóstenes Carvalho Rolim Cartaxo, destacam a matriz curricular moderna e englobam eixos humanísticos, técnicos e policiais, em bases curriculares da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. O currículo formatado conforme Decreto Governamental Estadual nº 31.276, de 13 de agosto de 2013, contempla disciplinas diversas: Direitos Humanos; Ética e Cidadania; Mediação de Conflitos; Gerenciamento de Crises, Abordagens de Grupos Vulneráveis; Gestão em Segurança Pública; Doutrina Policial Militar; Doutrina de Inteligência policial; Doutrina de Polícia Judiciária; Doutrina de Perícia Forense; Tiro Policial Defensivo; Armamentos Menos Letais.

Sobre se militares/civis estudam Turismo na Academia, a direção informa em setembro de 2013 em entrevista com diretor¹⁶ da Academia que, na visão holística da formação do profissional de segurança pública, valem-se de transdisciplinaridade de conhecimento, em disciplinas como Direitos Humanos, Polícia Comunitária e Mediação de Conflitos, por exemplo, temas sobre perfil da “clientela”, inclusive turista. Não existe na grade oficial, ensino de línguas, de responsabilidade do setor de Extensão e Cultura que promove Cursos de Inglês e Espanhol, para operadores de Segurança Pública do Estado, política de importância para o ensino de profissionais de Segurança.

Para a Academia Estadual de Segurança Pública - AESP -, o perfil do profissional de segurança pública deve ser, além de cortês, prestativo e proativo, possuidor de conduta ética e moral inatacável, disciplinado, comprometido com a efetivação dos direitos humanos e respeito à cidadania, estudioso de técnicas e questões sociais contemporâneas, mediador de conflitos, promotor de segurança comunitária, perspicaz, para identificação na população, de indivíduo de conduta suspeita ou transgressor da lei, ágil para prender com eficiência o infrator, preparado emocionalmente e condicionado fisicamente a enfrentar a criminalidade, capaz de autocontrole ações operacionais, corajoso.

¹⁶

John Roosevelt Rogério de Alencar.

3.1. A segurança pública na Constituição Brasileira de 1988

A constituição brasileira de 1988, inegavelmente, traz horizontes diferentes para a realidade, com exigências democráticas, com avanços e recuos em sua implementação.

Órgãos federais e estaduais de segurança pública têm atribuições e competência específicas. Capítulo específico (art. 144), a caracteriza como “dever do Estado” e “direito e responsabilidade de todos”, fazendo “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Estabelece órgãos responsáveis pela segurança pública: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis estaduais, polícias militares e corpos de bombeiros. A história constitucional brasileira está repleta de referências difusas à segurança pública. Até a Constituição de 1988, não havia capítulo próprio, nem previsão constitucional mais detalhada.

A constitucionalização traz importantes consequências para a legitimação da atuação estatal na formulação e na execução de políticas de segurança. Observa-se a importância dos preceitos da constituição, e, por conseguinte, para exigência da segurança das pessoas em um Estado Democrático de Direito, priorizando-se a cidadania, defesa e garantia dos direitos humanos. Afirma-se, todavia, que as mudanças à relevância tratada aqui, deixa ainda a desejar, como afirma Pinheiro (1998, p.183): “Os constituintes de 1988 não mudaram a estrutura policial herdada da ditadura – ao contrário – cristalizaram as inovações desastrosas do regime militar”. Detecta-se uma incoerência entre a abordagem da problemática da segurança na atualidade e o engessamento das instituições responsáveis pela execução da segurança pública. Nesse sentido, os avanços são visivelmente limitados e pontuais¹⁷. Diz Xavier (2012, p. 54) que são

previstos constitucionalmente, os direitos e deveres individuais e coletivos, estão ligados ao conceito de pessoa humana e à sua personalidade. O *caput* do art. 5º da Constituição Federal eleva a Segurança pública à condição de direito e garantia fundamental do cidadão brasileiro residente no País com aplicação imediata. E o Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

17

O PNSP – Plano Nacional De Segurança Pública

O autor Xavier (2012, p. 57), elenca itens do artigo 5º da Constituição de 1988:

a) Direitos Humanos

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; (...)

b) Segurança Pública

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XXII - é garantido o direito de propriedade; (...)

c) Justiça

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada; [...].

Concebe-se finalidade de políticas de segurança preservação da “incolumidade das pessoas e do patrimônio”. Por outro lado, manteve-se parte importante da polícia militarizada. Embora subordinadas a governadores, as polícias militares continuam previstas como “forças auxiliares e reservas do Exército” (art. 144,§5º). A Constituição Federal, no capítulo específico sobre segurança pública, está repleta de conceitos imprecisos. É o caso do “ordem pública”, mobilizado de acordo com as circunstâncias, para justificar um ou outro tipo de intervenção policial. É passível de incorporação autoritária, como a de políticas de “lei e ordem”, de

“tolerância zero”. Mas também habitar o discurso democrático, concebida como ordem republicana do estado democrático de direito (SULOCKI, 2007, p.151).

A Constituição determina que políticas de segurança se destinem à “preservação da ordem pública” e à “incolumidade das pessoas e do patrimônio”, tarefa fundamental do serviço público de segurança prestado ao cidadão. No entanto, a noção de “ordem pública” – conceito jurídico indeterminado – abre-se a diferentes apropriações, democráticas e autoritárias, comprometidas ou não com o respeito ao estado democrático de direito e com a preservação da legalidade.

Noção de ordem pública esteve no âmago dos discursos de legitimação de ditaduras. Para o pensamento autoritário, o fundamental é que tenha lugar decisão política capaz de estabelecer ordem, de substituir dissenso político pela adesão, mesmo imposta pela força a determinado conjunto de valores, subtraídos à esfera de divergências¹⁸.

Conhecer e entender o conceito de Ordem Pública é de fundamental importância para entender qual o papel que a Polícia deve desempenhar na garantia dessa ordem. A ordem vista em primeiro lugar é a ordem natural. Já a que presume a existência da sociedade, do Estado, que é positiva, produto da inteligência humana, esta é uma ordem social. A primeira é imutável. A segunda é variável, Ordem natural, os seres vivos cumprem um ciclo iniciado com nascimento, e concluído com a morte. É da ordem jurídica, por sua vez, que a prática do aborto merece punição, em determinados lugares e em determinadas épocas.

3.2. Estrutura da segurança pública de Fortaleza

A gestão de política pública de segurança busca implantar programas e mudanças normativas em condições estruturais integradas por território e de responsabilização, tendo em vista a implementação do policiamento ostensivo por

¹⁸ No ambiente de radicalização que caracterizou a década de 30, alguns juristas, afinados com a contenção do pluralismo, lançaram mão dessa construção. No Brasil, foi o caso de Francisco Campos. Em texto de 1935, de nítido corte fascista, o autor observa que “as decisões políticas fundamentais são declaradas tabu e integralmente subtraídas ao princípio da livre discussão”. (CAMPOS, Francisco. A política e o nosso tempo. In: Id. O estado nacional. Brasília: Senado Federal, 2001. p. 28).

Áreas Integradas de Segurança – AIS (Figuras 19 e 20), e lei sobre a organização básica da Polícia Militar¹⁹ com alteração de sua estrutura organizativa:

São exemplos concretos de avanços institucionais de avanço na Segurança Pública cearense: a mudança legal proposta para estrutura organizativa da Polícia Militar; a aquisição de armamentos, aparelhos tecnológicos e viaturas; a ampliação do Programa Ronda do Quarteirão para um maior número de bairros em Fortaleza e Municípios cearenses; elevação do efetivo policial; a reforma e construção de novas delegacias, com moderna padronização arquitetônica; a construção da Academia Estadual de Segurança Pública; as novas instalações da Perícia Forense do Ceará, dentre outras medidas. (XAVIER, 2012, p.381)



Figura 19: Áreas Integradas de Segurança em Fortaleza.
Fonte: SSPDS, 2014.

¹⁹ Lei nº 15.217 de 05.09.12 (D.O. 20.09.12) que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Ceará e dá outras providências.

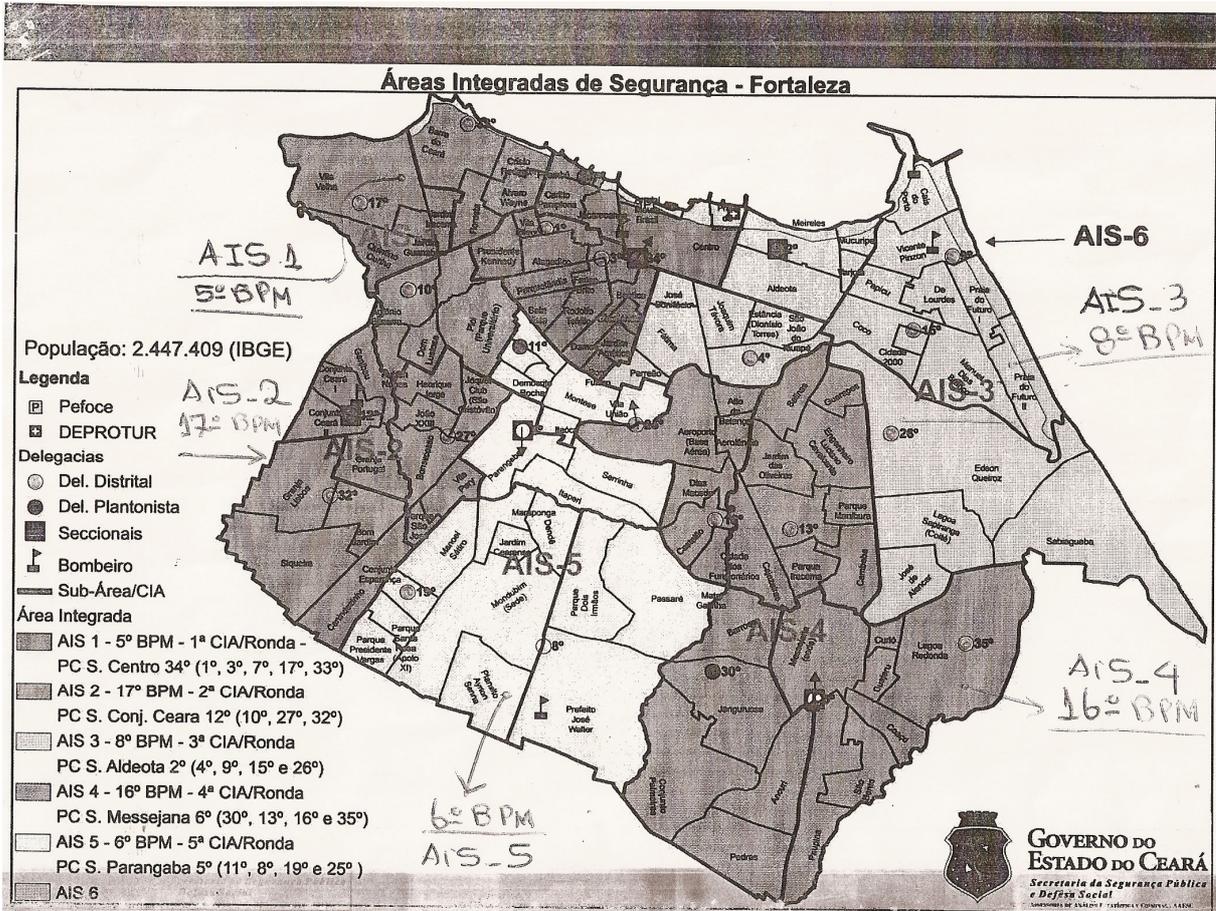


Figura 20: Áreas Integradas de Segurança em Fortaleza segundo Órgãos de Execução Programática.

Fonte: Coordenadoria do Comando de Policiamento da Capital – CPC, 2014.

Busca por mecanismo de gestão e controle de violência que produz impacto na redução da violência se tem, apesar de Fortaleza apresentar um dos maiores índices de homicídios dolosos, nos últimos anos. Segundo Xavier (2012, p.381) foi o “governador Cid Gomes em sua primeira gestão, o responsável pelos mais elevados gastos públicos da década passada em segurança pública”.

Salientem-se os órgãos de execução programática da Polícia Militar, de acordo com a recente Lei nº 15217/12, e estabelecimento de oito coordenadorias (do Comando de Policiamento da Capital – CPC, do Comando de Policiamento Especializado – CPE, do Comando de Policiamento Metropolitano, do Comando de Polícia Comunitária, do Comando de Policiamento do Interior, de Inteligência Policial, do Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual – BPRES, de Feitos Judiciais Militares. O Batalhão de Policiamento Turístico – BPTUR – pertence ao Comando de Policiamento Especializado, responsável somente pela orla marítima para proteção de corredores turísticos compreendendo Área Integrada de

Segurança 6 – AIS 6. Ronda do Quarteirão pertence à Coordenadoria de Polícia Comunitária – CPCOM – com serviços especializados em bairros pelos núcleos do Batalhão de Polícia Comunitária.

Em 2013 foi criada a Secretaria Municipal de Segurança Cidadã – SESEC (Figura 21), pela Lei Complementar do município de Fortaleza, nº 0137, de 8 de janeiro de 2013, com as seguintes competências: estabelecer políticas, diretrizes e programas de segurança cidadã; execução de políticas públicas de interesse da pasta, coordenando e gerenciando a integração com as políticas sociais, que, direta ou indiretamente, interfiram em assuntos de segurança cidadã.

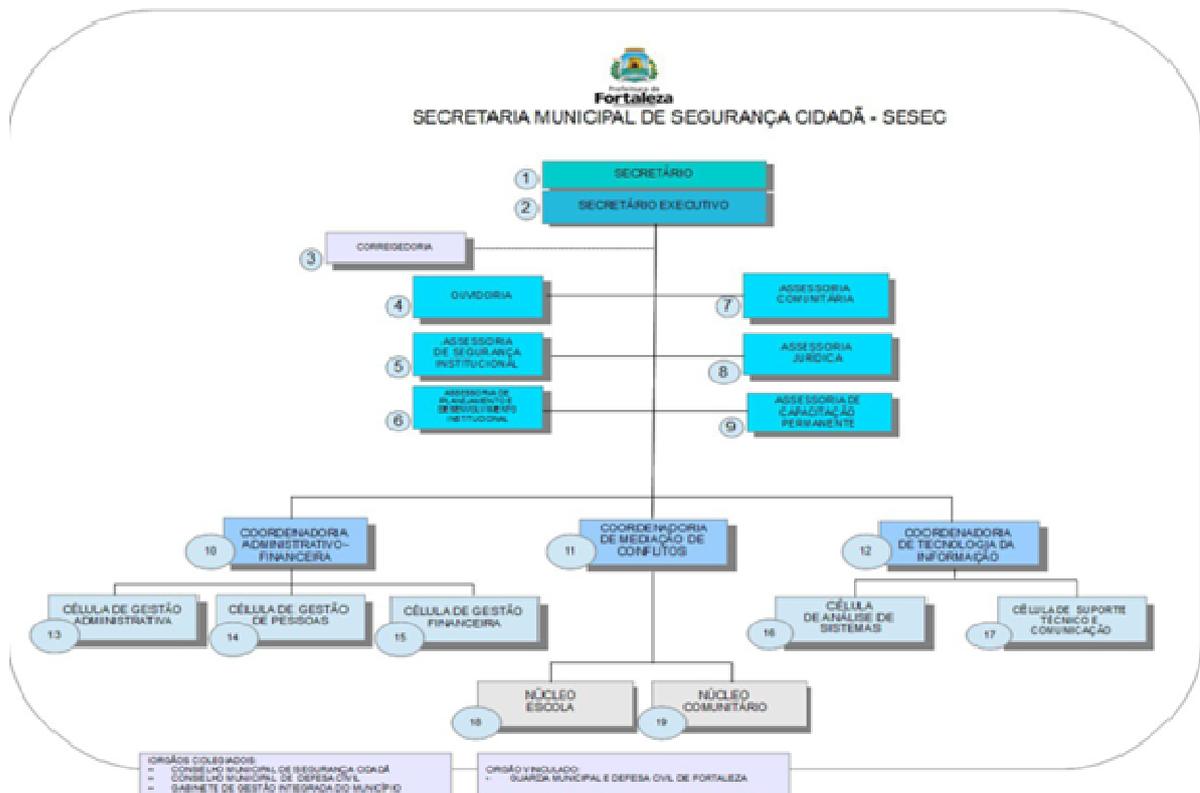


Figura 21: Organograma da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã.
Fonte: Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, 2014.

Compete, além de outras atribuições da Guarda Municipal e Defesa Civil, executar a vigilância e promover a preservação dos bens, serviços, instalações e logradouros públicos, fazendo rondas diurnas e noturnas.

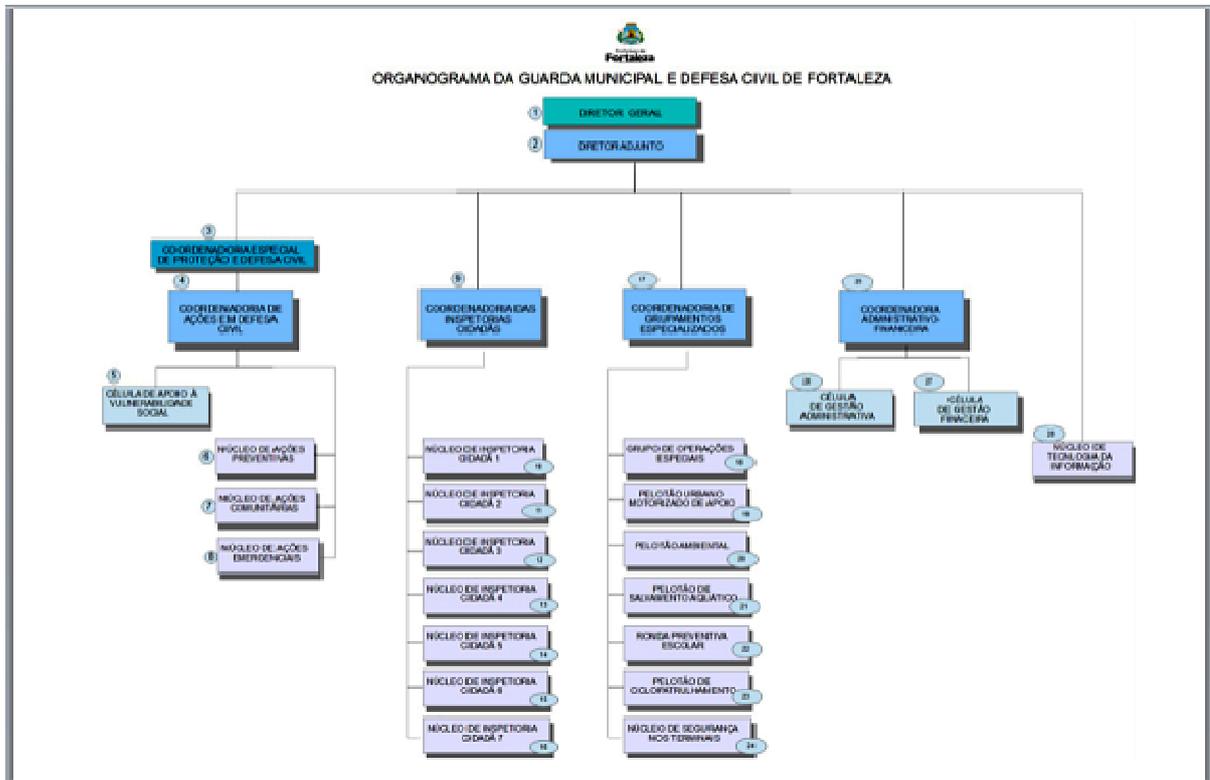


Figura 22: Organograma da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza.

Fonte: Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, 2014.

Também é função da Guarda Municipal e Defesa Civil executar ações preventivas e emergenciais de Defesa Civil do Município, em calamidades públicas, prestando socorro às vítimas, em parceria com competente órgão de Defesa Civil do Estado. Atuam ainda como corpo voluntário de combate a incêndios, em parceria com o Corpo de Bombeiros de Polícia Militar do Estado (Art. 3º da Lei Complementar 19/04), com sede desde 2006, no Bairro Rodolfo Teófilo. Nessa objetivação preventiva e comunitária, conta com o Núcleo de Ações Comunitárias e de Inspetoria cidadã, pelotões de salvamento aquático e ambiental, Ronda Preventiva Escolar, entre outros.

3.3.O papel das polícias militares e do município na segurança pública

Toda comunidade depende da segurança comunitária para nascer, crescer, desenvolver e sobreviver.

Para todo o ser humano é indispensável a vida em sociedade, e para que esta seja possível torna-se necessária organização, ou seja, é preciso que exista ordem.

A Instituição policial militar, órgão responsável pela segurança pública, é parte do todo social, a que o governo destina fatia do arrecadado em impostos. A valorização de sua imagem é importante para sentir-se forte, segura de seu desempenho e valor, no atingimento do objetivo. Para tanto, a produtividade é de uma grandeza impar, sujeita a fatores, aspectos jurídicos das atividades, evasão e atividades paralelas, profissionalização, responsabilidade individual.

Como enfatiza Chiavenato (1981, p. 11),

[...] as pessoas passam a maior parte do tempo no trabalho, em organizações: a produção de bens e serviços não pode ser desenvolvida pela pessoa sozinha. No desempenho da Instituição como um todo, a compreensão de credibilidade parte do homem e de seu ajustamento à organização, assim como de remuneração condigna da classe social.

As Polícias Militares são órgãos do sistema de segurança pública aos quais competem atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem pública. Está na Constituição Federal, art. 144, parágrafo 5º: “às policias militares cabem a polícia ostensiva e preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiro militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.”.

Representam em nível estadual, principal elemento dos Estados – membros, no desempenho da função governamental de Segurança Pública. Os autores do trabalho “A Manutenção da Ordem Pública e as policias militares” (LEITE, 1986, p.43) definem Segurança Pública como “O conjunto de atividades complexas e variadas que o Estado coloca à disposição da população visando a protegê-la contra os delitos em todas as suas nuances, contra os desastres, sinistros e catástrofes naturais e/ou artificiais; garantindo em consequência, a ordem pública”. Ressaltam-se complexidade e variedade de atividades; amplitude de proteção e, conseqüentemente, importância do papel das Polícias Militares.

Imperiosa é a necessidade de criação de corporações policiais militares, com nova mentalidade de bom desempenho, de nobre missão policial - militar, para sobreposição à imagem negativa estereotipada, substituindo-a. No dizer de Leite (1986, p.131):

Para tal, além de desempenhar a sua missão de forma muito melhor, é indispensável que o papel do policial militar seja ampliado e diversificado, de forma sistemática, agregando à missão básica, novas atividades mais simpáticas, que em parte já são realizadas, há algum tempo, mas que precisam ser incrementadas e sistematizadas. Seriam atividades de socorro, prestação de informações, inclusive turísticas, ação de defesa civil, mais apoio às comunidades, etc.

O direcionamento exige adoção de estratégia, em que a violência urbana seja alvo das atenções. A conotação requer que a população acredite na polícia militar como organismo protetor, amigo, e que, com desencadeamento das ações, capaz de desenvolver, na comunidade, tranquilidade pública. A perspectiva supõe que povo e PM, irmanados, consigam minimizar os efeitos da violência urbana e reverter o quadro de inquietação atual, inibindo e reduzindo o nível de criminalidade. Como política primeira, deve-se voltar atenção para profissionalização do PM, recrutamento e formação.

Para Beato (apud RAMLOW, 2002), com a democratização da polícia, ou seja, a adequação entre comportamento da polícia e objetivos de comunidade, desenvolvem-se mecanismos de controle, variáveis em formas externas de controle de polícias, governantes e políticos, mídia e movimento de defesa de direitos humanos, como também mecanismos internos que variam de enquadramentos disciplinares, utilização de tecnologia de informações, treinamento e socialização de valores da corporação.

A atividade policial é pouco conhecida pelo grande público. Na sociedade moderna a existência da corporação traz atrelado três atributos norteadores: caráter público, sua especialização e a profissionalização dos seus membros. Pode-se dizer que há preconceito em relação às atividades:

Palavras de oficial²⁰ da PMSP, no artigo Polícias – Termômetro da Democracia:

Visível e, no entanto, desconhecida, familiar e, todavia, estranha, protetora e, apesar de tudo, inquietante: a polícia inspira nos cidadãos das democracias modernas sentimentos ambíguos, resumidos nessas três oposições. Mas, antes de mais nada, o que é polícia? É assustador o

²⁰

Ronilson de Souza Luiz.

elevado número de pessoas que desconhecem, por completo, minimamente como funciona o aparelho policial, quanto aos modos de organização e o controle externo a que está submetido. Trata-se de uma constatação reveladora, porque se os pesquisadores e críticos de plantão não estão familiarizados com as rotinas mínimas de um posto policial, de uma companhia operacional de policiamento e de uma delegacia de polícia ou não tem paciência e tempo para estudá-los como podem comentá-los? Já é tempo de nossos sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, enfim os pesquisadores das ciências humanas, se darem conta de que não tiveram a coragem necessária de mergulharem no emaranhado, á Michel Foucault, que envolvem os aparelhos dos funcionários responsáveis por fazerem cumprir a lei. (disponível em: <<http://www.policiaeseguranca.com.br/termometro.htm>>).

A implementação de políticas públicas de prevenção e combate á criminalidade e sinistros é aceitável em termos de rejeição, requer a proximidade e identificação de comunidades, objetos de ação assistencial e preventiva. “Não apenas a ingerência da comunidade é valiosa, mas sua participação proporciona mais uma oportunidade de começar a construir uma relação nova e mais aberta com a comunidade, de modo que ela sinta que sua voz é ouvida” (TROJANOWICS; BUCQUEROUX, 1994, p.57).

Diante de citação dos autores acima:

Nenhuma iniciativa isolada conseguiu provar de maneira irrefutável a sua absoluta eficácia na prevenção do crime, da desordem, e do medo do crime. Isto, no entanto, não deve ser motivo para demover as pessoas interessadas de trabalhar em conjunto. (TROJANOWICS; BUCQUEROUX, 1994, p.92).

No Ceará, a mudança de concepção de Segurança Pública inicia a partir de 1985, por intermédio da criação dos Conselhos Comunitários de Segurança, em bairros de Fortaleza, em cuja criação este pesquisador participou, no intuito de buscar ciência em favor da segurança pública. A respeito disso diz Xavier (2002, p. 601):

A jornalista Lessandra Silva (2003: p.1-4) aponta que boa parte da mudança na concepção brasileira de segurança pública teve início no Ceará, a partir de 1985, por intermédio da criação pela Polícia Militar de Conselhos Comunitários de Segurança em alguns bairros de Fortaleza. Até então considerava-se que a Segurança Pública era uma política de competência exclusiva da polícia e aos cidadãos cabia observar o efeito repressivo à violência, sem necessidade da atuação mais ampla e de maneira preventiva. [...] Foi criada a Diretoria da Cidadania dentro do organograma da Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC), atual Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social [...] além de formar, acompanhar, apoiar, estipular critérios de gestão dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS)²¹, a nova denominação oficial criada

pela Lei nº 12691/97 e regulamentada através do Decreto nº 25.293/98, visando sua implantação nos 184 municípios cearenses.

A criminalidade violenta apresenta, hoje, quadro que sensibiliza o poder público para adoção de medidas eficazes em seu combate. A história do Brasil mostra a presença de Polícias Militares, pelas Corporações, desde os primórdios, de serviço de Segurança Pública, bem mais militarizadas do que na atualidade. Necessitam de reformulação. Os recursos humanos e materiais estão bastante aquém das necessidades da população. Basta dizer que os efetivos pouco aumentaram nos últimos 30 anos, quando a população praticamente duplicou. Armamento e equipamentos são, na maioria das vezes, obsoletos enquanto criminosos se especializam com rapidez, e dispõem de armamento pesado, muitas vezes de uso restrito de forças armadas.

Segundo o Fórum Permanente de Debates e Propostas contra a Violência da Ordem dos Advogados do Brasil realizado no dia 24.03.14, o Estado do Ceará possui atualmente 16 mil policiais militares, um número longe do ideal que seria cerca de 35 mil. É o que traz o primeiro levantamento feito pela OAB-CE, e as informações foram divulgadas em um documento intitulado de "Síntese de Ações" que trouxe também o déficit de policiais civis (1.924), de defensores públicos (290), de promotores de justiça (144) e de juízes (106). O documento destaca a exigência da Organização das Nações Unidas (ONU) quando diz que para cada fração de 250 habitantes deveria haver um policial.²²

Sobre competência do governo municipal, no que se refere à segurança pública, diz a Constituição Federal de 1988, art. 144 §8º: "Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei."

Diz Xavier (2002):

É tema pacífico afirmar que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os Municípios ascenderam ao seu efetivo plano de entes federados com autonomia política, administrativa, jurídica, e financeira ampliando a sua atuação na formulação e execução de diversas Políticas Públicas, Particularmente Nas áreas de Saúde, educação, urbanismo, meio ambiente, desenvolvimento agrário, cultura, esportes, assistência Social. [...] A autonomia municipal é assim garantida pela Constituição Federal:
Art 18: A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

²²

<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/03/28/noticiafortaleza,3227816/ceara-possui-menos-da-metade-do-efetivo-ideal-de-policiais.shtml>

Contudo, a política de segurança pública não foi adequadamente assimilada pela municipalidade e os resultados práticos de sua aplicabilidade ainda são rarefeitos. Somente a partir da década de 2000, por conta das disputas eleitorais nas grandes cidades, tem sido abordado o papel institucional do município na área de segurança pública. Na realidade, ainda são poucas as prefeituras municipais que passaram a compartilhar com os organismos estaduais e federais o dever e a responsabilidade pela prevenção da violência, criminalidade e marginalidade, contribuindo para melhoria da segurança pública em seu território. Somente algumas prefeituras criaram ou fortaleceram suas guardas municipais, instituíram secretarias, coordenadorias, ou núcleos especializados, elaboraram programas e formaram conselhos, comissões, comitês ou fóruns para incentivar a participação da comunidade nos temas e nas ações municipais vinculados à segurança pública (p. 499-500).

A despeito de controvérsias, a importância dos municípios em segurança pública, vem crescendo, não só pelas demandas policiais, mas pelas ações econômicas e sociais, e quando se entende que sua garantia demanda não apenas ações policiais, mas também ações sociais e econômicas. Na verdade, a análise de dados empíricos demonstra que:

Não há como equacionar o grave problema da segurança pública, deixando de enfrentar a questão da exclusão econômica e social; e a mera alocação de recursos aos setores de segurança pública – sem que se discuta a eficiência – está fadada a replicar um modelo de polícia esgotado, com desprezíveis resultados para a paz social. (CERQUEIRA e LOBÃO, 2003, p. 50)²³

Os municípios podem se fazer agentes eficientes pelas suas Guardas Municipais, na coibição da microcriminalidade, para tanto, o gerenciamento e mecanismos de atuação e controle fazem-se necessários, tendo em vista o papel da administração da justiça, direitos humanos e segurança pública, dados no Plano Nacional de Segurança Pública, a eles, por intermédio do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Xavier (2002) expõe a participação do município em favor da segurança pública observando direito-garantia-dever-responsabilidade, entre outros entes federados, sociedade civil, iniciativa privada e cidadãos:

[...] o mapeamento, a localização e a identificação destes ambientes, zonas e áreas, com ações de prevenção policial primária e a observação dos padrões, fatores de risco, causas, circunstâncias e consequências da violência, criminalidade e marginalidade nas cidades, podem subsidiar uma atuação policial bem mais eficaz. Até por que, tais ações focadas na 'vidas real das comunidades' facilitam a avaliação, a sugestão e a implantação de

23

A conclusão é extraída de pesquisa econômica (IPEA) que avaliou dados dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, relativos às décadas de 1980 e 1990.

programas institucionais efetivos por parte dos entes federados, em especial, dos Municípios. (XAVIER, 2002, p. 53)

A criação da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã (Lei nº 0137, de 08 de janeiro de 2013) representa avanço enorme como papel institucional, na promoção de ações conjuntas com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, pela integração à Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança – CIOPS e à unidade de ação com as Polícias Civil e Militar para combate aos atos antissociais; às parcerias com entidades acadêmicas para o mapeamento da violência e da criminalidade; às atividades do Programa Nacional de Segurança Cidadã – PRONASCI e à utilização do sistema de Controle de Tráfego Centralizado de Fortaleza – CTAFOR.

Em 2010, a Secretaria de Segurança Pública cria o Núcleo de Mediação de Conflitos do Ceará - primeiro do estado, segundo do Brasil – na 30ª Delegacia de Polícia Civil, no bairro São Cristóvão. A Figura 23 mostra casa de mediação comunitária na cidade de Fortaleza.



Figura 23: Casa de mediação comunitária na periferia de Fortaleza.

Fonte: Autoria própria, 2014.

Trata-se de instrumento implantado pelo Ministério Público do Estado do Ceará com objetivo de solucionar conflitos de forma rápida e pacífica, fortalecendo as bases comunitárias e prevenindo novos conflitos, visto que, 70% das ocorrências registradas pela CIOPS, são de desentendimentos entre conhecidos e familiares. Conflitos mal-administrados acabam em crime.

3.4. Estudo de caso sobre a percepção dos residentes e não-residentes quanto a Segurança Pública na metrópole Fortaleza

Para averiguarmos a percepção dos residentes e turistas foram aplicados questionário semi-aberto durante o período de dezembro de 2013 a janeiro de 2014. A área de pesquisa situou-se na orla de Fortaleza, especificamente, na Av. Beira Mar, Praia do Futuro e Praia de Iracema – para a coleta de dados juntos aos turistas. Sobre os residentes, estes foram entrevistados nos principais bairros da capital, sendo escolhidos aleatoriamente conforme quadro 4. Quanto a determinação da amostra está foi definida de forma não-intencional e aleatória para ambos os casos.

BAIRRO DE RESIDÊNCIA DOS ENTREVISTADOS	
Aerolândia	José Walter
Água Fria	Luciano Cavalcante
Aldeota	Meireles
Antonio Bezerra	Mondubim
Barra do Ceará	Montese
Bom Jardim	Panamericano
Cambéba	Parangaba
Centro	Parque Dois Irmãos
Cidade dos Funcionários	Parque Rio Branco
Conjunto dos Bancários	Parque São Vicente
Damas	Parquelândia
Dionísio Torres	Passaré
Dunas	Planalto Pici
Edson Queirós	Presidente Kennedy
Farias Brito	Salinas

Henrique Jorge	São João do Tauape
Itaperi	Serrinha
Jardim das Oliveiras	Vila Velha
João XXIII	

Quadro 4: Bairro de residência dos entrevistados.

Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

Parte da pesquisa de campo também foi realizada por meio de entrevista semi-estruturada com os gestores do sistema de segurança públicas, quais sejam: a SSPDS, a Polícia Civil do Ceará-DEPROTUR, o Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar do Ceará-BPTUR-AESP, ETICE, SETFORT.

A seguir demonstram-se os principais resultados verificados em decorrência do trabalho de campo realizados. No Gráfico 2, quando perguntados sobre a origem de destino, entre os entrevistados, observou-se que a maioria são turistas domésticos:

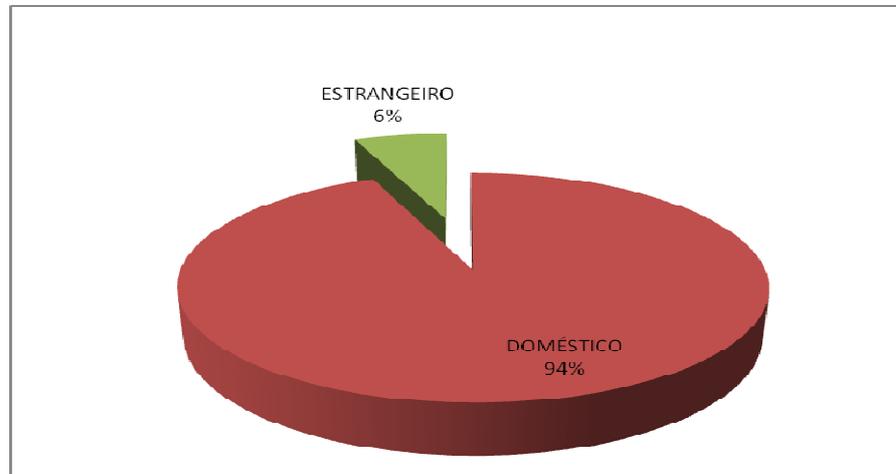


Gráfico 3: Mercado Emissor dos Turistas Entrevistados.

Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

Quanto a Motivação de viagem para a cidade de Fortaleza, observou-se que a maior vem em busca de aproveitar as riquezas naturais da capital, destino praia e sol, representando para 36% dos entrevistados somados a 32% que são atraídos pelos atrativos turísticos. O Gráfico 3 apresenta a motivação para os turistas viajarem.

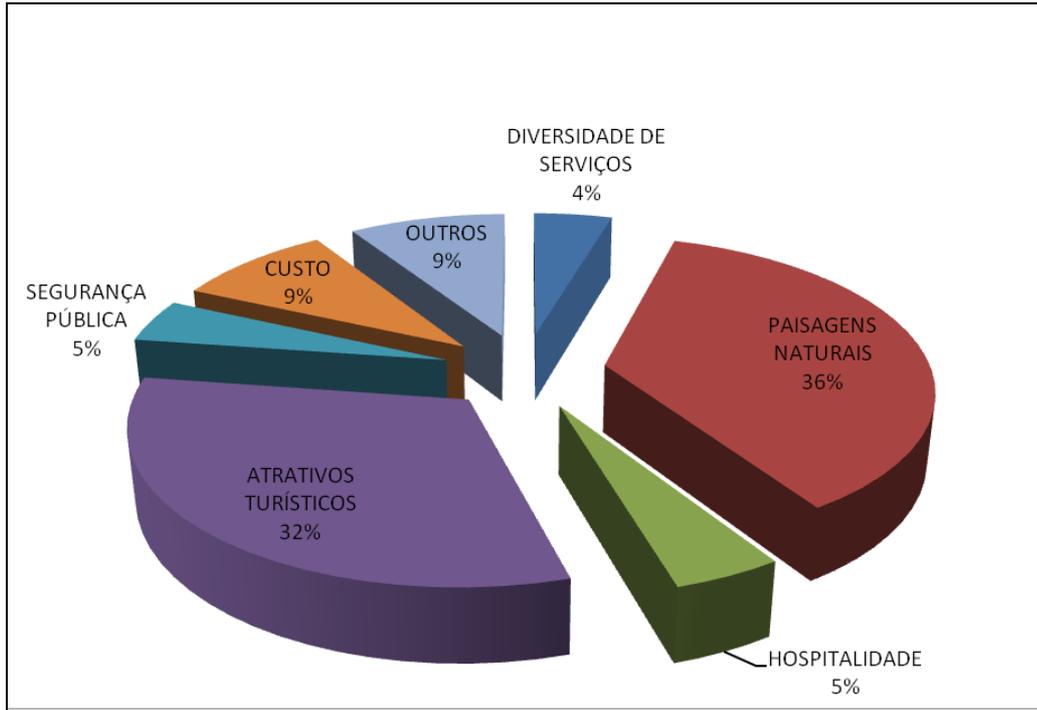


Gráfico 4: Motivação da Viagem.
Fonte: Fernandes, F. E. (2013)

A percepção dos turistas entrevistados, quando perguntados sobre a segurança pública em Fortaleza, é de que esta mostrou-se satisfatória, representando mais da metade dos entrevistados. O Gráfico 4 apresenta a avaliação dos turistas sobre segurança pública em Fortaleza.

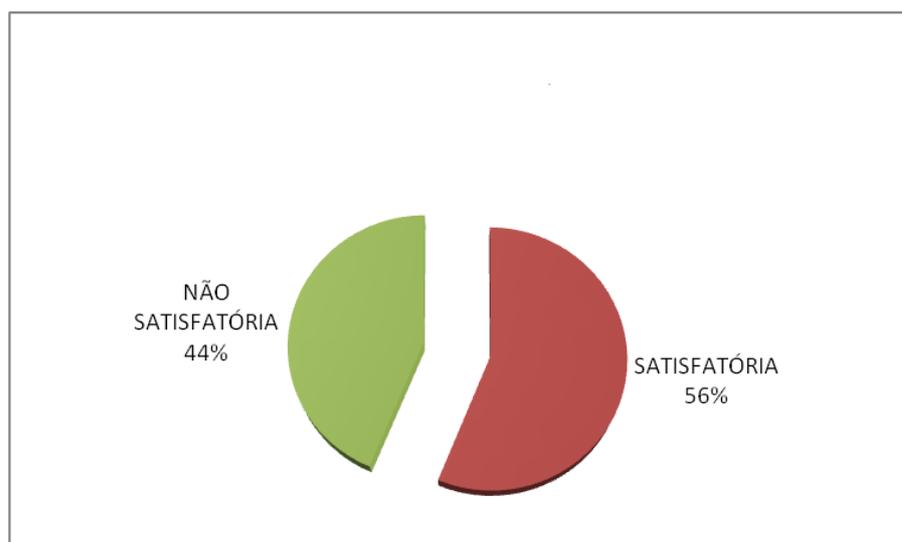


Gráfico 5: Avaliação dos Turistas sobre Segurança Pública em Fortaleza.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

A presença de policiais nas ruas, ou de quiosques espalhados nos corredores turísticos, contribuem para aumentar a sensação de segurança pública, nesse sentido, quando perguntados sobre a percepção de segurança na cidade visitada ou sobre a constatação dessa efetiva ostensividade policial, 94% afirmaram sentirem tranquilo quanto a presença de policiamento. O Gráfico 5 mostra a opinião dos turistas quanto à presença policial no destino turístico.

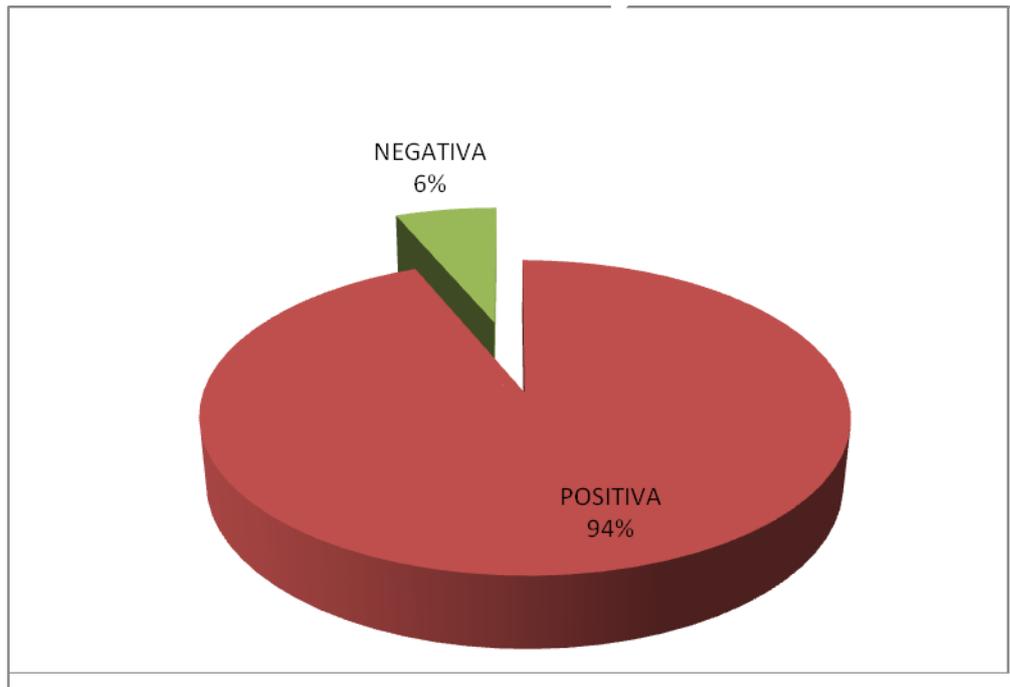


Gráfico 6: Presença Policial no Destino Turístico.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

Percepção dos residentes de Fortaleza

Questionários aplicados a residentes mostram que a insegurança é uma das principais preocupações do fortalezense na contemporaneidade, e os índices de violência crescentes assustam a população.

Quanto ao nível de escolaridade, percebeu-se o nível de criticidade dos residentes entrevistados com curso superior (46%), logicamente para posicionamento dos mesmos quanto à sensação de insegurança reinante na cidade. Os de nível médio (39%) e nível fundamental (15%) referiam-se a uma insatisfação em atendimento objetivo da polícia militar, ou seja, a ostensividade. O Gráfico 7 mostra o nível de escolaridade dos residentes entrevistados.

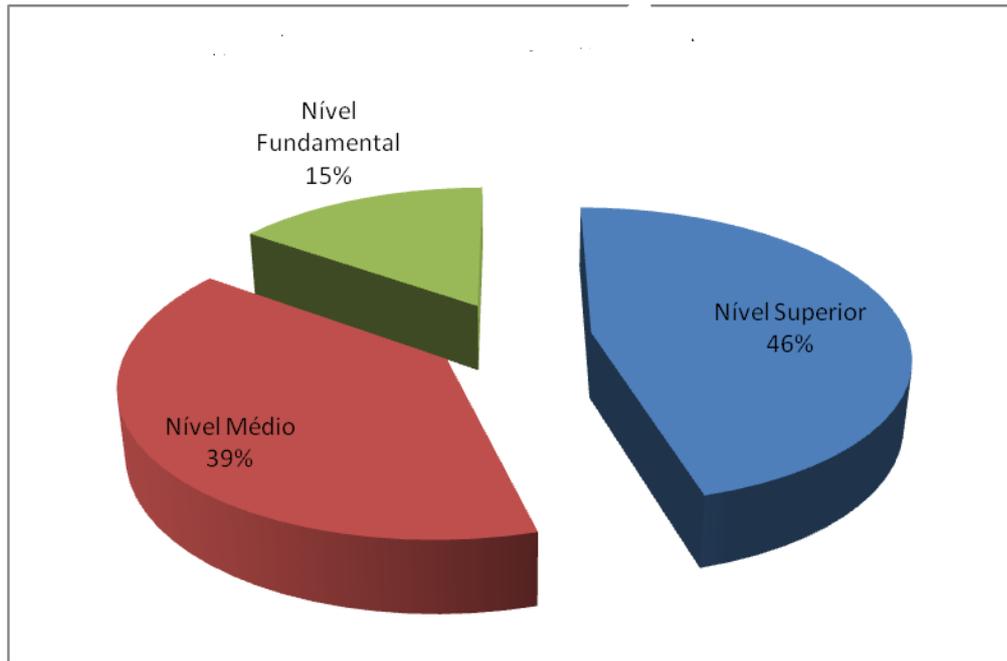


Gráfico 7: Nível de escolaridade dos residentes entrevistados.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

Quanto à segurança pública em bairro residencial, a maioria dos entrevistados respondeu insatisfatória. A insatisfação deve-se às elevadas incidências de criminalidade, assaltos constantes, roubos, homicídios, briga entre gangues, tráfico e consumo de drogas, demora da polícia quando solicitada, relação polícia/comunidade em decadência. O Gráfico 8 expõe avaliação da Segurança Pública pelos residentes.

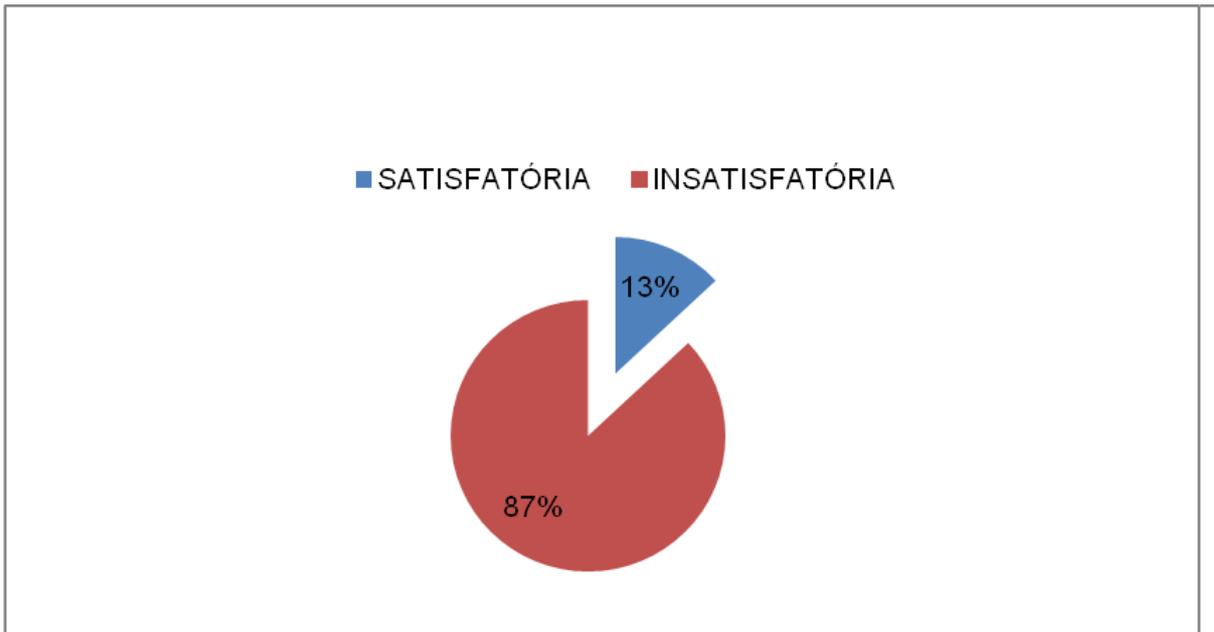


Gráfico 8: Avaliação da Segurança Pública no Bairro de Residência.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

Entre os fatores que contribuem para desvalorização do bairro residencial percebeu-se quanto ao desvendamento da totalidade social espacializada, que as respostas não focaram numa dialética contraditória devidamente exigida, e sim, resposta mais imediata sem abrangência de comprometimento social. Destaca-se Insegurança (32%), falta de saneamento (11%), sem integração à rede hoteleira (14%), sem atrativos (14%), sem potencialidade turística (16%) como mostra o Gráfico 8.

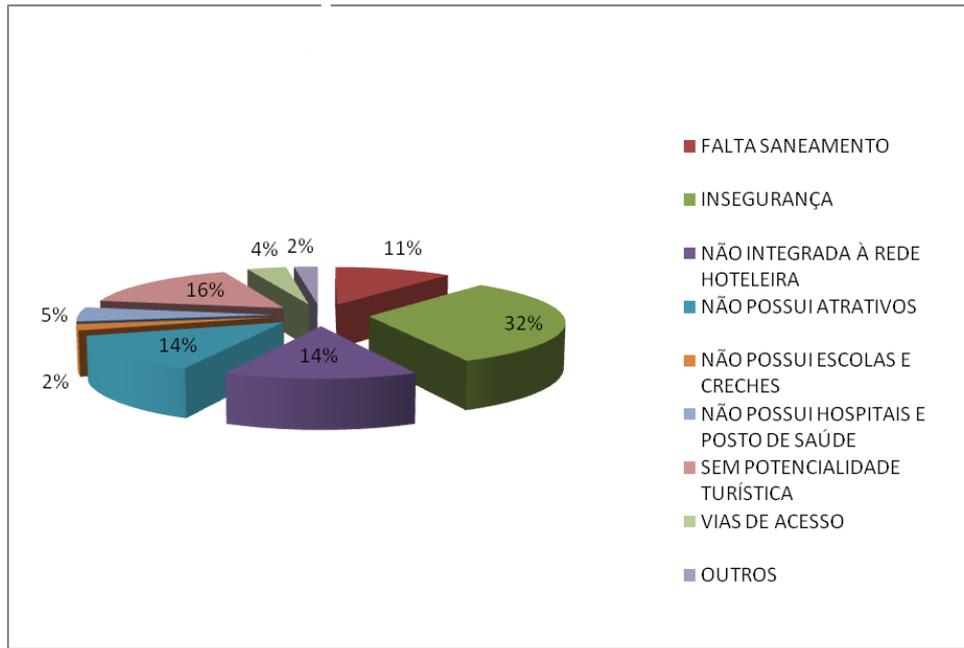


Gráfico 9: Fatores que contribuem para desvalorização do bairro.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

Sobre presença policial 94% dos entrevistados consideram importante o policial fardado nas ruas, com viaturas e armamentos, voltados para compreensão específica de segurança objetiva, ou seja, quando esta é visualizada no cotidiano como mostra o Gráfico 10.

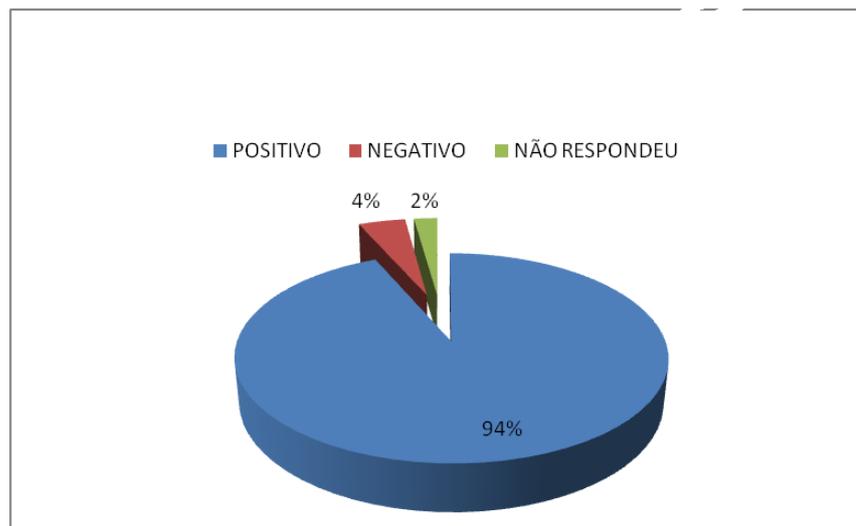


Gráfico 10: Presença Policial nos Bairros.
Fonte: FERNANDES, F.E, 2014.

Sobre haver dispositivo de segurança em casa, 50% afirmaram sim, e 48% não. A percepção que restou com o resultado da pesquisa direta por meio de

questionários, é o desconhecimento do que sejam dispositivos de segurança, atribuídos a dispositivos eletrônicos de alto custo. Embora prevaleça em determinada monta cercas eletrônicas, cadeados e cachorros (Gráfico 10).

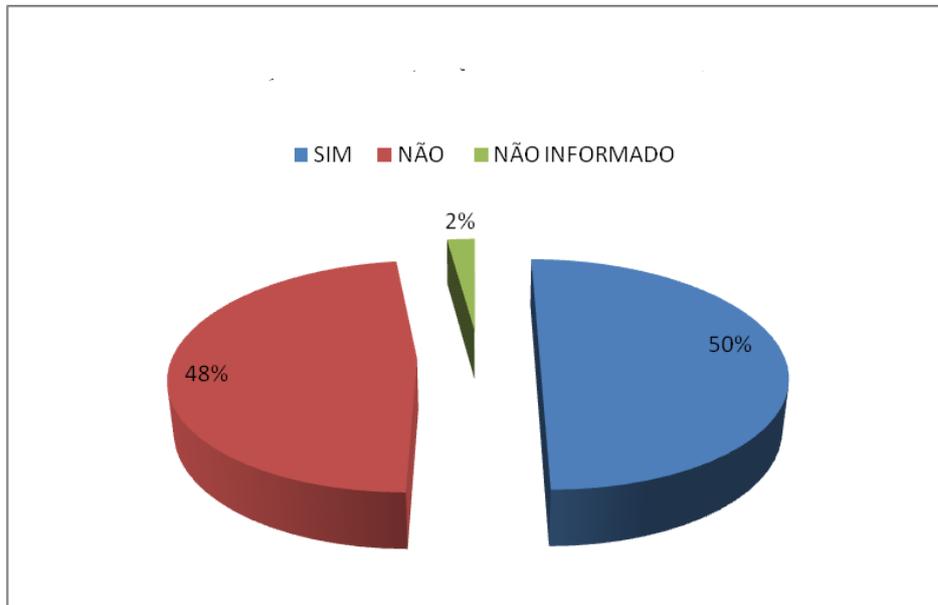


Gráfico 11: Dispositivo de Segurança em Casa.

Fonte: FERNANDES, F.E., 2014.

Fortaleza é uma cidade que experimenta, simultaneamente, uma crise urbana sem antecedentes em sua história, movimentos embrionários e uma nova configuração identitária. Os investimentos se concentram no mercado financeiro. Não foram feitos planos setoriais consistentes, nem planos concomitantes, para melhorar o desafio das partes num sistema agregado. Essas percepções geradas pela análise permitem as considerações finais a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Complexidade do processo de formação urbana, social e cultural da metrópole Fortaleza, as políticas de segurança pública, a atividade turística, o papel do Estado, em termos de responsabilidade, atribuições e capacidades, são empenho deste trabalho, ciente de que as políticas públicas pelo território organizam o espaço urbano e interferem na qualidade de vida.

A gestão da Metrópole Fortaleza, sob o prisma da segurança pública, aborda aspectos dos quais a Universidade não pode excluir-se, em sua produção e criação de conhecimentos: ordem pública e direito à cidadania - já existentes, mas não usufruídos pela maioria da população, bem como responsabilidade em políticas públicas de segurança para a atividade turística, e continuação do processo de desenvolvimento.

Demandas da sociedade brasileira, nas ruas com vontade de mudança, reforçam a necessidade de diagnósticos e enfrentamentos do problema. Requer postura na proteção da vida dos moradores e turistas. Investir em segurança é recolher dividendos e mais bem estar. Tranquilidade pública, condição de vida de residentes, e estabilidade social para o desenvolvimento turístico numa economia de mercado.

A violência em cidades brasileiras cresce, nos últimos anos, não sendo questão só do Estado, mas de mobilização de toda a sociedade – pessoas, comunidades, instituições. Amplia-se o espaço da discussão para além de simples formas de contenção/controle/repressão, incluindo nesta linha – para gestão de Fortaleza – a ciência a serviço da segurança pública, com projetos de ensino, de pesquisa e extensão em campos específicos, executados por equipes de professores e alunos da Academia Estadual de Segurança Pública, em parceria com Universidades.

Neste caso, constatou-se o discurso de policiamento comunitário, adequado, por agir com atitude proativa, buscando soluções em vez de repressão pelo uso da força, dispensando, na maioria das vezes, aparato judicial do Estado.

Uma polícia eficiente e prestativa, sobretudo nos dias atuais, precisa investir na formação cuidadosa e competente dos seus integrantes.

Vê-se a importância do turismo acelerador da economia, da urbanização e do desenvolvimento. Embora análise tenha demonstrado que os fluxos econômicos advindos da atividade turística vêm contribuindo para o Produto Interno Bruto do Ceará, há sensação de insegurança reinante na cidade, apontada pelas pesquisas como a sétima mais violenta do mundo.

Numa economia de mercado, o bom relacionamento das relações econômicas depende de certo grau de estabilidade social. O impacto da violência no sistema de saúde, educação, previdência entre outros, impacta na economia em termos de custos. A fragilidade das estruturas urbanas referente à segurança pode resultar no declínio do turismo, comprometendo a manutenção das atividades que complementam a economia da cidade.

Como monitorar o processo, é a questão. Saber se as metas são factíveis, ou superficiais - por consequência - o planejamento deve ser visto como diligente e revisado sempre.

A relação sociedade e natureza processo espacial definidor do surgimento das cidades, é parte do problema urbano grave: segregação socioespacial. Da segregação originam-se favelas, bairros desassistidos, carentes de infraestrutura urbana e de serviços públicos elementares. Por outro lado, os de melhor poder aquisitivo definem para si áreas urbanas relativamente reduzidas, mais ou menos, bem policiadas, em arquitetura de prédios gradeados, condomínios fechados, ruas privatizadas, edifícios ou parques de escritórios e *shopping centers*.

As diferenças de condições de vida de grupos sociais restaram comprovadas com descaso do não fortalecimento, na formação da cidade, controle e contenção do processo de expansão por falta de planejamento urbano.

Recuperação de áreas com infraestrutura precária, descuidando o cultural e o social, o que dificulta, sem dúvida, na prática turística introdução de novos conceitos de sustentabilidade, preservação e desenvolvimento harmônico, além de comprometer a imagem do Brasil na geopolítica do turismo perigoso.

Isso vem na linha de regionalização do turismo do Plano Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos, da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo em sua versão preliminar para consulta pública, em 8 de fevereiro de 2013, quando em um dos seus eixos de atuação, aborda monitoramento e observatório.

Implica, por via de consequência, maior proteção às demandas turísticas para metrópole Fortaleza. Constata-se neste trabalho, segundo a DEPROTUR,

vulnerabilidade de fronteiras, o que define a competência de atuação, por exemplo, Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT, por ser responsável pela concessão de rodovias, ferrovias e transportes relacionados à infraestrutura, no sentido de estratégia preventiva de atuação.

O grande desafio para a gestão da metrópole é tornar o desenvolvimento processo sustentável, melhor distribuição de renda, maior acesso a serviços públicos, segurança e oportunidades de emprego.

A pesquisa de campo pelas informações de Instituições diretamente responsáveis pela segurança dos turistas, revela insuficiência de recursos, efetivo insuficiente e falta de integração entre atores e missão, esquecidos que um povo é mais livre de contradições quanto mais apto para integrá-las e assim superá-las.

O aparato estatal mostra-se pouco eficaz na contenção da violência e da criminalidade urbana, cenário desafiador e complexo.

Percebem-se, na atual conjuntura, nas administrações públicas, novos processos de planejamento e gestão, que vão aos poucos se incorporando às práticas de governo do país. Daí dizer-se da necessidade de avaliar políticas, programas e projetos na esfera governamental.

A contribuição deste trabalho é a convicção sobre despertar para discussão e debate do problema. Naturalmente, com isenção de dúvidas e perguntas, obviamente não: no momento carecem de aprofundamento, investigação e pesquisa, a fim de melhor enquadramento teórico e abrangência empírica da segurança pública.

Conclui-se que a segurança pública de Fortaleza não tem conseguido ser eficaz e eficiente por falta de investimentos no setor, e que a insegurança tem afetado no desenvolvimento da atividade turística, desestimulando maiores fluxos de turistas. E que as estratégias de segurança pública precisam ser intensificadas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre. N.8. Julho/Dezembro – 135. 1999.

AESP – Academia Estadual de Segurança Pública. 2014.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; BRASIL, Maria Glauciria Mota; FREITAS, Geovani Jacó de. Criminalidade e violência nos lugares e espaços da cidade de Fortaleza. **35º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, 24 a 28 de outubro de 2011.

ARAÚJO, Ana Maria Matos. **Fortaleza, Metrópole Regional: moradia e acumulação**. Fortaleza: EDUECE, 2010.

_____; CARLEIAL, Adelita Neto. O processo de metropolização em Fortaleza: uma interpretação pela migração. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n. 94, v. 73, 1º ago. 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-73.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

_____; _____. Oportunidade e Miséria nos Bairros de Fortaleza. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n. 146, v. 30, 1º ago. 2003. Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(030\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(030).htm)>. Acesso em: 14 dez. 2013.

ARENAS, Pedro Arturo Rojas (Org.). **Leituras sobre as raízes da violência e os caminhos para a paz**. A Colômbia, uma experiência a ser estudada. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2011, p.41-132.

BEATO, Cláudio Chaves. **Reinventando a Polícia: a Implementação de um Programa de Policiamento Comunitário**. Belo Horizonte: CRISP, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, mimeograf. 2001

_____. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 13, n. 37, Jun. 1998. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200004&script=sci_arttext. Acesso em 29 jul. 2013.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 2004. BRASIL, 2013.

_____. Centro de Fortaleza: reabilitação urbana para quem? **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 4, n. 07, p. 49-56, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2736/273620645005.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Planalto Federal. 1988.

BRASIL. **Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973**. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador,

Curitiba, Belém e Fortaleza. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de junho de 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm>. Acesso em: 14 dez. 2013.

_____. Ministério do Turismo. **Sol e Praia**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 59 p.

CAMPOS, Fábio. Taxa de homicídios aterroriza Fortaleza. **Jornal O Povo**, Fortaleza, fev. 2013. Política, p.20-25.

CARVALHO, Robson Augusto M. **Cotidiano encarcerado**: o tempo como pena e o trabalho como “prêmio”. São Paulo: Conceito, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Bruno Brito. Fortaleza é a 13ª cidade mais violenta do mundo, segundo pesquisa. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 01 mar. 2013. Disponível <http://www.opovo.com.br/abp/opovo/fortaleza/2013/03/01/noticiasiornalFortaleza,30,14635/fortaleza-e-a-13-cidademais-violenta-do-mundo-segundopesquisa.shtml/>. Acesso em: 29 jan. 2014.

CASTRO, José Liberal. **Fatores de localização e de expansão da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: UFC, 1977.

CBMCE – Corpo de Bombeiros Militar do Ceará. 2014.

CEARÁ. Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR). **Estimativas para o Turismo no Ceará**, 2013.

_____. **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará- IPECE**. Perfil Básico Municipal (PBM), 2012.

_____. **Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social**. Delegacia de Proteção ao Turista (DEPROTUR), 2004.

_____. Centro de Estratégias de Desenvolvimento do Estado do Ceará Iplance Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará. **Anuário Estatístico do Ceará 2001**. Fortaleza, CE: Iplance, 2001. v. 10. Tomo 1.

CEPIK, Marco. Segurança Nacional Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas. **Security and Defense Studies Review**, Washington - DC, v. 01, n. 01, p. 01-19, 2001. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/ceig/?screen=article&aid=87>. Acesso em 23 jun. 2013.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do Patrulhamento ao Policiamento Comunitário**. São Paulo: Freitas Bastos, 1999 (Coleção Polícia Amanhã).

_____. **Para uma metodologia do estudo da criminalidade e da violência.** Brasília: 1985.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO Waldir. **Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal.** Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**, v. 1. 2. Ed. Atlas, São Paulo 1981. 3 V, p. 11.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.; FERNANDES, Laura Mary Marques. Turismo: Ações e contradições da Realidade Cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007. p. 383-410.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense.** Campinas: Papirus, 1998 (Coleção Turismo).

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Expansão urbana e organização do espaço em Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia C.; DANTAS, Eustógio W. C.. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico.** 2ª Ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007. p. 51-100.

_____; FREITAS, Fabiano Lucas. Criminalidade violenta na região metropolitana de Fortaleza. **Revista Geográfica de América Central**, n. esp. EGAL, p. 1-18, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2123/2019>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

CPC - COORDENADORIA do Comando de Policiamento da Capital. **Áreas integradas de segurança – Fortaleza**, 2014.

DAMATTA, Roberto. Os discursos da violência no Brasil. In: **Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza.** Fortaleza: UFC, 2006.

DUARTE, Valdir Vieira. **Administração de sistemas hoteleiros: conceitos básicos.** São Paulo: Senac, 1996.

ETICE – Empresa de Tecnologia do Estado do Ceará. 2014.

FARIAS, Aírton de. **História do Ceará: dos índios à Geração Cambeba.** Fortaleza: Tropical, 1997.

FELIX, S. A. **Geografia do Crime: análise dos espaços do crime, criminosos e das condições de vida da população de Marília-SP.** Marília: UNESP, 2001.

FERNANDES, Antonio Scarance. **O papel da vítima no processo criminal**. São Paulo: Malheiros, 1995.

FERNANDES, Francisco Eudório. Autor das fotografias e elaboração dos gráficos e tabelas. Fortaleza, 2014.

FERNANDES, Laura Mary M.; CORIOLANO, Luzia Neide M.T. O turismo que queremos e a cidade que desejamos. Realidades inseparáveis. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; PERDIGÃO, Fábio Vasconcelos (orgs.). **O turismo e a relação sociedade-natureza** - Realidades conflitos e resistências: Fortaleza: Ed UECE, 2007. p. 392-403.

FIRMO, Érico. As razões da insegurança. Coluna Política. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 2014. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/politica/2013/04/20/noticiaspoliticacoluna,3042398/as-razoas-da-inseguranca.shtml>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

FREITAS, Mirtes. **Evolução histórica da economia em Fortaleza**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

FORTALEZA. **Fortaleza lidera ranking de mortes violentas em 2012**. **Jornal O Povo**, 21 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/12/21/noticiasjornalcotidiano,3180218/fortaleza-lidera-ranking-de-mortes-violentas-em-2012.shtml>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

FUCK JÚNIOR, Sérgio Cesar de França. As condições desiguais de acesso à moradia em Fortaleza, Brasil. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n. 146, v. 86, 1º ago. 2003. Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(086\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(086).htm)>. Acesso em: 14 dez. 2013.

FURLANI, Clarissa. Planos para Futuro. **O Povo**. Fortaleza 280 anos. **Revista dominical em homenagem ao aniversário de Fortaleza**, n. 10, p. 5. 2006.

GIRÃO, Letícia. Após 5 anos, Ronda do Quarteirão frustra e não reduz os crimes. **Jornal Diário do Nordeste**, Polícia, p.1-6, 31 jan. 2013.

GUARDA MUNICIPAL e Defesa Civil de Fortaleza. **Organograma da Secretaria Municipal de Segurança Cidadã**. 2014.

HAMAUÉ, Silvio Kimossuke. **Gestão de riscos aplicada à segurança do turismo de aventura**. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade). Programa de Mestrado em Hospitalidade, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo-SP, 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HOERNING, Johanna. **A questão da habitação em Fortaleza**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer; 2005. p. 1-8. Disponível em: <<http://www.oktiva.net/oktiva.net/anexo/9166>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. PNUD, 2012.

_____. Dados de 1999 – Migração - **Anuário Estatístico do Ceará** – 2001.

IGNARRA, Luis Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Editora Pioneira Thomson Learning, 2003.

IPECE. Informe. **Impactos da Copa das Confederações na Economia Cearense**: uma avaliação a partir do fluxo turístico. N^o 69. Dez. 2013. Disponível em [http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/lpece Informe 69 19 dezembro 2013.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/lpece%20Informe%2069%2019%20dezembro%202013.pdf). Acesso em 30 maio 2014.

IPECE. Informe. **Perfil Municipal de Fortaleza**. Tema VIII: O Mapa da Extrema Pobreza. Edição Especial. N^o 43. Nov. 2012a. Disponível em [http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/lpece Informe 43 05 novembro 2012.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/lpece%20Informe%2043%2005%20novembro%202012.pdf). Acesso em 28 maio 2014.

IPECE. Informe. **Perfil Municipal de Fortaleza**. Tema VII: Distribuição Espacial da Renda Pessoal. Edição Especial. N^o 42. Out. 2012b. Disponível em <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/informe%2042-ultima%20versao.pdf>. Acesso em 28 maio 2014.

JORNAL O POVO. **Solução seria mapear e resolver cada caso**. Jornal O Povo, 8 nov. 2012. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2012/11/08/noticias_jornalfortaleza,2950429/solucao-seria-mapear-e-resolver-cada-caso.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2013.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LAZZARINI, Álvaro. **Estudos de direito administrativo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999 p. 52

LEITE, José Romero Rodrigues. **Turismo e segurança**. EMPETUR / PM de Pernambuco, 1986.

LUCHIARI, Maria Tereza D.P. Urbanização Turística: um novo nexos entre o Lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz (org.). **Da Cidade ao Campo: A Diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza-CE: UECE. 1988.

LUIZ, Ronilson de Souza. **Polícias – Termômetro da Democracia**. Disponível em: <http://www.policiaeseguranca.com.br>. Acesso em 19 abr. 2013.

MADRUGA, Antônio, Moacyr. **Litoralização: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica**. São Paulo, 1992. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1966. p 77.

MENDES, M. **Turismo e Segurança Pública**. Fortaleza: OAS, 2008.

MOCKUS, Antanas. A vida humana é insubstituível. In: ARENAS, Pedro Arturo Rojas. (Org.). **Leituras sobre as raízes da violência e os caminhos para a paz**. A Colômbia, uma experiência a ser estudada. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2011, p.132.

NEVES, Daniel M.F. Segurança e gestão do risco no turismo de natureza. **Territorium**, 20, p. 155-165, 2013. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/nicif/riscos/Documentacao/Territorium/T20_artigos/T20_Artigo13.pdf. Acesso em 02 mar. 2014.

OLIVEIRA, Celso Feliciano de. **Relações públicas governamentais**. Ed. Única. São Paulo: Rev. Relações públicas, 1980.

PAIXÃO, Antonio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. In: **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 1, pp. 63-85.

PARENTE, Karlos Markes Nunes. **Espaços públicos e privados de lazer e turismo na orla oeste de Fortaleza: embates políticos e contradições socioespaciais**. Fortaleza, 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE, 2012.

PINHEIRO, Paulo Sergio. **São Paulo Sem Medo: um diagnóstico da violência urbana**. Rio de Janeiro: Garamonde, 1998.

PRATA, M.R. **A violência nas metrópoles**. GMC. Rio de Janeiro, v.III, n.2, 2000.

PRINCÍPIOS da polícia comunitária. Disponível em: <http://www.pm.sc.gov.br/policial/profissional/ensino/artigos-de-opinioes/participacao-social.html>> Acesso: 7 de Mar. de 2014

RAMLOW, Renato Newton. **Proposta de Melhoria do Atendimento Policial Militar à População do Bairro do Kobrasol**. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado

em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2002.

RIBEIRO, Francisco Moreira. **De cidade a metrópole**. In: CEARÁ, Universidade Federal. Departamento de História. Núcleo de Documentação Cultural. Fortaleza: a gestão da cidade: uma história político-administrativa. Fortaleza, Fundação Cultural de Fortaleza, 1994.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 330

REVISTA FÓRUM. Faroeste Caboclo: 16 das 50 cidades mais violentas do mundo são brasileiras. **Revista Fórum**. Jan. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/01/faroeste-caboclo-16-das-50-cidades-mais-violentas-do-mundo-sao-brasileiras/>> Acesso em: 13 Abr. 2014.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: USP, 2004.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n.8, jul./dez., p.16-32, 2002.

SEABRA, Miguel. (2010) Apud, CRETELLA JÚNIOR, José. **Dicionário de Direito Administrativo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p 08.

SETFOR – Secretaria de Turismo de Fortaleza. 2014.

SETUR. **Indicadores turísticos 1995/2012**. Fortaleza, 2012.

SILVA, José B. **Os incomodados não se retiram**. Fortaleza em questão. Fortaleza: OAS, 2007.

SILVA FILHO, José Vicente. **O papel da polícia na redução dos homicídios**. Disponível em: <www.braudel.org.br/pesquisas/pdf/homicidios01.pdf> Acesso em: 17 fev. 2014.

SSPDS. **Áreas Integradas de Segurança de Fortaleza**. Disponível em http://www.sspds.ce.gov.br/file_bd?sql=FILE_DOWNLOAD_FIELD_ARQUIVO_DOWNLOAD¶metros=3904&extFile=pdf. Acesso em 30 maio 2014.

SSPDS. ESTATÍSTICAS – 2014. **CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO – CVP**. Disponível em [file:///F:/fileName%20\(1\).pdf](file:///F:/fileName%20(1).pdf). Acesso em 30 maio 2014.

SSPDS. ESTATÍSTICAS – 2013. **CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS – CVLI**. Homicídio Doloso, Latrocínio e Lesão corporal seguida de morte. Disponível em <file:///F:/ESTAT%C3%8DSTICAS%202013.pdf>. Acesso em 30 maio 2014.

SSPDS/CEARÁ. **Programa Ronda do Quarteirão**. SSPDS - Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Fortaleza, 2010.

SULOCKI, Vitória Amélia de B. C. G. **Segurança pública e democracia: aspectos constitucionais das políticas públicas de segurança**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário: como começar**. Trad. Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1994, p. 04.

VEDEL, Georges; CRETELLA JR, José. **Dicionário do Direito Administrativo**. Rj Forense, 1978.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

WANDERLEY, Adelson Alves; LIMA, João Batista de Campos; ALMEIDA, Klinger Sobreira. A Manutenção da Ordem Pública e as polícias militares. In: LEITE, José Romero Rodrigues. **Turismo e Segurança**. Recife, EMPETUR / PM Pernambuco, 1986.

WOLF, C. L. **Aglomeraciones urbanas e desconcentração demográfica**. Fortaleza, FDJ, 1988.

XAVIER, Laécio Noronha. **Políticas públicas de segurança**. Fortaleza: LCR, 2012

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**, as organizações populares e o significado da pobreza. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 2000.

_____. **Violência e crime**. Rio de Janeiro: Ed. Sumaré, RJ, 1999.

_____; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um Século de Favela**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ANEXOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

AUTOR: FRANCISCO EUDÓRIO FERNANDES¹

PESQUISA: A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DA METRÓPOLE FORTALEZA: O BEM ESTAR DOS RESIDENTES E TURISTAS²

FORMULÁRIO DE PESQUISA – RESIDENTES

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL:

NOME: _____
 ENDEREÇO: _____
 NATURALIDADE: _____
 PROFISSÃO: _____ DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___
 CONTATO: () _____ / () _____ / () _____

2. OPINIÃO:

2.1. QUAL SEU BAIRRO? _____

2.2. HÁ QUANTO TEMPO RESIDE NESTE BAIRRO? _____

2.3. QUAL A RAZÃO DA ESCOLHA DE SUA MORADIA? (pode marcar de mais de um item):

- () CONDIÇÃO ECONÔMICA COMPATÍVEL COM SUA RENDA; () ATRATIVOS TURÍSTICOS;
 () SEGURANÇA PÚBLICA PRESENTE E ATUANTE; () DIVERSIDADE DE SERVIÇOS;
 () ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR; () ESCOLAS E CRECHES;
 () OUTROS: _____

2.4. A SEGURANÇA PÚBLICA, EM SEU BAIRRO, CORRESPONDE A SUAS NECESSIDADES, DE SEUS PARENTES E VIZINHOS? SIM () NÃO () POR QUE? _____

2.5. QUAL(IS), DO(S) ITEM(NS) A SEGUIR, VOCÊ CONSIDERA QUE TEM CONTRIBUIDO NEGATIVAMENTE IMPRESCINDÍVEL PARA A DESVALORIZAÇÃO DE SEU BAIRRO (pode marcar de mais de um item):

- () INSEGURANÇA; () NÃO POSSUI ATRATIVOS; () SEM POTENCIALIDADE TURÍSTICA;
 () VIAS DE ACESSO; () FALTA DE SANEAMENTO; () NÃO INTEGRADA A REDE HOTELEIRA;
 () NÃO POSSUI ESCOLAS E CRECHES; () NÃO POSSUI HOSPITAIS E POSTO DE SAÚDE;
 () OUTRO(S): _____

2.6. QUE(QUAIS) SUGESTÃO(ÕES) SERIA(M) VIÁVEL(IS) PARA MELHOR ESTRUTURAÇÃO E/OU PARTICIPAÇÃO DO TURISMO E SEGURANÇA PÚBLICA EM SEU BAIRRO?

¹ Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE); chicoeudorio2@gmail.com;

² A pesquisa tem caráter acadêmico e as informações são preservadas de acordo com parâmetros éticos de pesquisa, fiscalizados por grupo credenciado da Universidade Estadual do Ceará e sua divulgação no que se refere a ações pessoais, nominais ou que identifiquem pessoas estão sujeitas ao devido processo legal pertinente.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

3. DOS RECURSOS DE SEGURANÇA:

QUANTAS VEZES COSTUMA PRESENCIAR AÇÃO POLICIAL PRÓXIMO A SUA RESIDÊNCIA? _____

VOCÊ CONSIDERA A PRESENÇA POLICIAL UM FATOR POSITIVO PARA SEU BAIRRO: () SIM () NÃO
 PORQUÊ? _____

VOCÊ DISPÕE DE ALGUM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA EM SUA CASA? () NÃO () SIM QUAIS: _____

4. INTEGRAÇÃO SOCIAL:

QUAL(IS) DO(S) INSTRUMENTO(S) DE LAZER E SAÚDE SEU BAIRRO DISPÕE E QUE O ATENDIMENTO E ESTADO DE CONSERVAÇÃO É SATISFATÓRIO? (pode marcar de mais de um item):

() TEATRO;

() HOSPITAL;

() CINEMA;

() CRECHE;

() PRAIA;

() ESCOLA;

() PARQUE DE DIVERSÃO;

() QUADRA POLIESPORTIVA.

() OUTROS. QUAL(IS): _____

5.O TURISMO NO BRASIL É UMA ATIVIDADE QUE TEM CHAMADO A ATENÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS E PRIVADOS, DE EMPREENDEDORES E DO CIDADÃO COMUM. ELE AJUDA NO DESENVOLVIMENTO DE FORTALEZA. FORTALEZA AJUDA A DESENVOLVERO TURISMO/ _____



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS**

AUTOR: FRANCISCO EUDÓRIO FERNANDES¹

PESQUISA: A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DA METRÓPOLE FORTALEZA: O BEM ESTAR DOS RESIDENTES E TURISTAS²

FORMULÁRIO DE PESQUISA – TURISTAS

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL:

NOME: _____
 ENDEREÇO: _____
 NATURALIDADE: _____
 PROFISSÃO: _____ DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___
 CONTATO: () _____ / () _____ / () _____

2. OPINIÃO:

2.1. VOCÊ SE CONSIDERA TURISTA? _____

2.2. DE ONDE VOCÊ É? _____

2.3. QUAL A RAZÃO DA ESCOLHA DA VISITAÇÃO TURÍSTICA EM FORTALEZA? (pode marcar de mais de um item):

- () CONDIÇÃO ECONÔMICA COMPATÍVEL COM SUA RENDA; () ATRATIVOS TURÍSTICOS;
 () SEGURANÇA PÚBLICA PRESENTE E ATUANTE; () DIVERSIDADE DE SERVIÇOS;
 () ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR; () PAISAGENS NATURAIS;
 () OUTROS: _____

2.4. O QUE TEM AVALIADO SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA, EM SUA ESTADIA? TEM CORRESPONDIDO A SUAS NECESSIDADES? SIM () NÃO () POR QUE? _____

2.5. QUAL(IS), DO(S) ITEM(NS) A SEGUIR, VOCÊ CONSIDERA QUE PODE CONTRIBUIR PARA A DESVALORIZAÇÃO DDE UM LOCAL TURÍSTICO? (pode marcar de mais de um item):

- () INSEGURANÇA; () NÃO POSSUI ATRATIVOS; () SEM POTENCIALIDADE TURÍSTICA;
 () VIAS DE ACESSO; () FALTA DE SANEAMENTO; () NÃO INTEGRADA A REDE HOTELEIRA;
 () NÃO POSSUI ESCOLAS E CRECHES; () NÃO POSSUI HOSPITAIS E POSTO DE SAÚDE;
 () OUTRO(S): _____

2.6. QUE(QUAIS) SUGESTÃO(ÕES) SERIA(M) VIÁVEL(IS) PARA MELHOR ESTRUTURAÇÃO E/OU PARTICIPAÇÃO DO TURISMO E SEGURANÇA PÚBLICA EM FORTALEZA? _____

¹ Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE); chicoeudorio2@gmail.com;

² A pesquisa tem caráter acadêmico e as informações são preservadas de acordo com parâmetros éticos de pesquisa, fiscalizados por grupo credenciado da Universidade Estadual do Ceará e sua divulgação no que se refere a ações pessoais, nominais ou que identifiquem pessoas estão sujeitas ao devido processo legal pertinente.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

3. DOS RECURSOS DE SEGURANÇA:

PRESENCIOU AÇÃO POLICIAL EM SUA ESTADIA? _____

VOCÊ CONSIDERA A PRESENÇA POLICIAL UM FATOR POSITIVO PARA UM DESTINO TURÍSTICO?
 SIM NÃO PORQUÊ? _____

4. INTEGRAÇÃO SOCIAL:

QUAL(IS) DO(S) INSTRUMENTO(S) DE LAZER E SAÚDE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE PARA
 APERFEIÇOAR SUA ESTADIA EM FORTALEZA? (pode marcar de mais de um item):

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> TEATRO; | <input type="checkbox"/> HOSPITAL; |
| <input type="checkbox"/> CINEMA; | <input type="checkbox"/> CRECHE; |
| <input type="checkbox"/> PRAIA; | <input type="checkbox"/> ESCOLA; |
| <input type="checkbox"/> PARQUE DE DIVERSÃO; | <input type="checkbox"/> QUADRA POLIESPORTIVA. |
| <input type="checkbox"/> OUTROS. QUAL(IS): _____ | |



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
 MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

AUTOR: FRANCISCO EUDÓRIO FERNANDES¹

PESQUISA: A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DA METRÓPOLE FORTALEZA: O BEM ESTAR DOS RESIDENTES E TURISTAS²

ROTEIRO DE PESQUISA

1. IDENTIFICAÇÃO: Empresa Pública de Tecnologia da Informação - ETICE

Dentro do contexto de inovação para uma cidade inteligente, o que seria considerar o residente e o turista dentro de uma cultura digital?

2. ESTRUTURA LOGÍSTICA:

O que a ETICE oferece ao estado em estrutura de moderna tecnologia para segurança turística?

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: _____

Há mapeamento recente do número de corredores turísticos de Fortaleza já consolidados? Quais são os existentes?

QUAIS OS TIPOS DE ATENDIMENTOS: _____

¹ Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE); phicoeudonio2@gmail.com.

² A pesquisa tem caráter acadêmico e as informações são preservadas de acordo com parâmetros éticos de pesquisa, fiscalizados por grupo credenciado da Universidade Estadual do Ceará e sua divulgação no que se refere a ações pessoais, nominais ou que identifiquem pessoas estão sujeitas ao devido processo legal pertinente.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

AUTOR: FRANCISCO EUDÓRIO FERNANDES¹

PESQUISA: A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DA METRÓPOLE FORTALEZA: O BEM ESTAR DOS RESIDENTES E TURISTAS²

ROTEIRO DE PESQUISA

1. IDENTIFICAÇÃO: SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ (SETUR)

ÓRGÃO/EMPRESA: _____
 ENDEREÇO: _____
 DIREÇÃO: _____ CARGO/FUNÇÃO: _____

2. ESTRUTURA LOGÍSTICA:

TOTAL DE SERVIDORES MUNICIPAIS: _____
 TOTAL DE VEÍCULOS DISPONÍVEIS: _____
 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: _____
 SEDE (pode marcar mais de uma opção): PRÓPRIA () ALUGADA () ITINERANTE ()

3. ATENDIMENTO:

MÉDIA DE ATENDIMENTO: DIÁRIO: _____ / MENSAL: _____
 BAIRROS ATENDIDOS: _____
 ATIVIDADE PRINCIPAL DESENVOLVIDA: _____

4. ATUAÇÃO:

MISSÃO: _____
 OBJETIVO: _____
): _____

5. PARCERIAS:

EM SUA ATIVIDADE, HÁ PARCERIA E/OU CONVÊNIOS COM (pode marcar mais de uma opção):

() ÓRGÃO PÚBLICO; QUAL(IS): _____

() TRADE TURÍSTICO; () EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA;
 () REDE HOTELEIRA; () EMPRESAS DE TURISMO RECEPTIVO;
 () EMPRESÁRIO LOCAL; () EMPRESÁRIO NACIONAL;
 () EMPRESÁRIO INTERNACIONAL; () OUTROS. QUAL(IS): _____

¹ Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE); chicoeudorio2@gmail.com.

² A pesquisa tem caráter acadêmico e as informações são preservadas de acordo com parâmetros éticos de pesquisa, fiscalizados por grupo credenciado da Universidade Estadual do Ceará e sua divulgação no que se refere a ações pessoais, nominais ou que identifiquem pessoas estão sujeitas ao devido processo legal pertinente.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS**

AUTOR: FRANCISCO EUDÓRIO FERNANDES¹

PESQUISA: A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DA METRÓPOLE FORTALEZA: O BEM ESTAR DOS RESIDENTES E TURISTAS²

ROTEIRO DE PESQUISA

1. IDENTIFICAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA CIDADÃ (SESEC)

ÓRGÃO/EMPRESA: _____
 ENDEREÇO: _____
 DIREÇÃO: _____ CARGO/FUNÇÃO: _____

2. ESTRUTURA LOGÍSTICA:

TOTAL DE SERVIDORES MUNICIPAIS: _____
 TOTAL DE VEÍCULOS DISPONÍVEIS: _____
 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: _____
 SEDE (pode marcar mais de uma opção): PRÓPRIA () ALUGADA () ITINERANTE ()

3. ATENDIMENTO:

MÉDIA DE ATENDIMENTO: DIÁRIO: _____ / MENSAL: _____
 BAIRROS ATENDIDOS: _____
 ATIVIDADE PRINCIPAL DESENVOLVIDA: _____

4. ATUAÇÃO:

MISSÃO: _____
 OBJETIVO: _____
 PARCERIAS (se houver): _____

5. PARCERIAS:

EM SUA ATIVIDADE, HÁ PARCERIA E/OU CONVÊNIOS COM (pode marcar mais de uma opção):

() ÓRGÃO PÚBLICO; QUAL(IS): _____

 () TRADE TURÍSTICO; () EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA;
 () REDE HOTELEIRA; () EMPRESAS DE TURISMO RECEPTIVO;
 () EMPRESÁRIO LOCAL; () EMPRESÁRIO NACIONAL;
 () EMPRESÁRIO INTERNACIONAL; () OUTROS. QUAL(IS): _____

¹ Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE); chicoeudorio@gmail.com;

² A pesquisa tem caráter acadêmico e as informações são preservadas de acordo com parâmetros éticos de pesquisa, fiscalizados por grupo credenciado da Universidade Estadual do Ceará e sua divulgação no que se refere a ações pessoais, nominais ou que identifiquem pessoas estão sujeitas ao devido processo legal pertinente.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

6. OPINIÃO:

6.1. A SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ ESTÁ COADUNADA COM O RITMO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM SUA ÁREA? SIM () NÃO () POR QUÊ? _____

6.2. DENTRE OS BAIROS DE FORTALEZA ELENCADOS A SEGUIR, QUAL(IS) ÁREA(S) É(SÃO) POTENCIALMENTE(S) TURÍSTICA(S) E QUE VOCÊ E/OU SUA EMPRESA INDICARIA PARA QUE HOUVESSE CONCENTRAÇÃO DE VISITANTE(S):

- () PRAIAS; () ALDEOTA; () MEIRELES; () DUNAS;
- () CENTRO; () BARRA DO CEARÁ; () BOM JARDIM; () JANGURUSSU;
- () OUTRO(S): _____

6.3. DENTRE OS 116 (CENTO E DEZESSEIS) BAIROS DE FORTALEZA, A NÃO INDICAÇÃO PARA VISITAÇÃO TURÍSTICA SE DÁ POR:

- () INSEGURANÇA; () NÃO POSSUI ATRATIVOS; () SEM POTENCIALIDADE TURÍSTICA;
- () VIAS DE ACESSO; () FALTA DE SANEAMENTO; () NÃO INTEGRADA A REDE HOTELEIRA;
- () OUTRO(S): _____

6.4. HÁ TRABALHO ESPECIAL DIFERENCIADO DESSA SECRETARIA PARA GARANTIR O ACOLHIMENTO, EM PRESTAR INFORMAÇÕES E PROTEÇÃO AO TURISTA:

6.5. QUE(QUAIS) SUGESTÃO(ÕES) SERIA(M) VIÁVEL(IS) PARA MELHOR ESTRUTURAÇÃO E/OU PARTICIPAÇÃO DO TURISMO EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO PARA A CIDADE DE FORTALEZA?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

AUTOR: FRANCISCO EUDÓRIO FERNANDES¹

PESQUISA: A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DA METRÓPOLE FORTALEZA: O BEM ESTAR DOS RESIDENTES E TURISTAS²

ROTEIRO DE PESQUISA

1. IDENTIFICAÇÃO: ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (AESP)

QUAL A FUNÇÃO DA AESP? _____

DESDE QUANDO SEU FUNCIONAMENTO? _____

2. ESTRUTURA LOGÍSTICA:

A QUEM CAPACITA? _____

QUANTOS PROFESSORES MILITARES E CIVIS TÊM A ACADEMIA? _____

3. ATENDIMENTO:

COMO A ESCOLA EXERCITA E PREPARA OS SEUS POLICIAIS? _____

4. ATUAÇÃO:

OS CONCLUDENTES SAEM PREPARADOS PARA GARANTIR A SEGURANÇA DE FORTALEZA? _____

QUAIS OS PONTOS CRÍTICOS NA FORMAÇÃO DOS MILITARES \ CIVIS ? _____

¹ Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE); chicoeudorio2@gmail.com;

² A pesquisa tem caráter acadêmico e as informações são preservadas de acordo com parâmetros éticos de pesquisa, fiscalizados por grupo credenciado da Universidade Estadual do Ceará e sua divulgação no que se refere a ações pessoais, nominais ou que identifiquem pessoas estão sujeitas ao devido processo legal pertinente.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

5. OPINIÃO:

OS MILITARES \ CIVIS ESTUDAM O TURISMO NA ACADEMIA? _____

É OFERECIDA NA CAPACITAÇÃO AULAS PRÁTICAS DE ANÁLISES DE SEGURANÇA PARA O TURISMO?

A ACADEMIA LECIONA LINGUAS? QUAIS?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS**

AUTOR: FRANCISCO EUDÓRIO FERNANDES¹

PESQUISA: A GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA DA METRÓPOLE FORTALEZA: O BEM ESTAR DOS RESIDENTES E TURISTAS²

ROTEIRO DE PESQUISA

1-IDENTIFICAÇÃO: DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO TURISMO

ÓRGÃO/EMPRESA: _____
 ENDEREÇO: _____
 CARGO/FUNÇÃO: _____

2. ESTRUTURA LOGÍSTICA:

TOTAL DE POLICIAIS CIVIS: _____
 TOTAL DE VEÍCULOS DISPONÍVEIS: _____
 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: _____
 SEDE (pode marcar mais de uma opção): PRÓPRIA () ALUGADA () ITINERANTE ()

3. ATENDIMENTO:

MÉDIA DE ATENDIMENTO: DIÁRIO: _____ / MENSAL: _____
 BAIRROS ATENDIDOS: _____
 ATIVIDADE PRINCIPAL DESENVOLVIDA: _____

4. ATUAÇÃO:

MISSÃO: _____
 OBJETIVO: _____

5. PARCERIAS:

EM SUA ATIVIDADE, HÁ PARCERIA E/OU CONVÊNIO COM (pode marcar mais de uma opção):

() ÓRGÃO PÚBLICO; QUAL(IS): _____

() TRADE TURÍSTICO; () EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA;
 () REDE HOTELEIRA; () EMPRESAS DE TURISMO RECEPTIVO;
 () EMPRESÁRIO LOCAL; () EMPRESÁRIO NACIONAL;
 () EMPRESÁRIO INTERNACIONAL; () OUTROS. QUAL(IS): _____

¹ Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE); chicoeudorio2@gmail.com;

² A pesquisa tem caráter acadêmico e as informações são preservadas de acordo com parâmetros éticos de pesquisa fiscalizados por grupo credenciado da Universidade Estadual do Ceará e sua divulgação no que se refere a ações pessoais, nominais ou que identifiquem pessoas estão sujeitas ao devido processo legal pertinente.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS TURÍSTICOS

6. OPINIÃO:

6.1. O QUE TEM SIDO FEITO PARA TORNAR A PROTEÇÃO AO TURISTA MAIS EFETIVA? _____

6.2. DENTRE OS BAIRROS DE FORTALEZA ELENCADOS A SEGUIR, QUAL(IS) ÁREA(S) É(SÃO) POTENCIALMENTE(S) TURÍSTICA(S) E QUE VOCÊ E/OU SUA EMPRESA INDICARIA PARA QUE HOUVESSE CONCENTRAÇÃO DE VISITANTE(S):

- () PRAIAS; () ALDEOTA; () MEIRELES; () DUNAS;
() CENTRO; () BARRA DO CEARÁ; () BOM JARDIM; () JANGURUSSU;
() OUTRO(S): _____

6.3. DENTRE OS 116 (CENTO E DEZESSEIS) BAIRROS DE FORTALEZA, A NÃO INDICAÇÃO PARA VISITAÇÃO TURÍSTICA SE DÁ POR:

- () INSEGURANÇA; () NÃO POSSUI ATRATIVOS; () SEM POTENCIALIDADE TURÍSTICA;
() VIAS DE ACESSO; () FALTA DE SANEAMENTO; () NÃO INTEGRADA A REDE HOTELEIRA;
() OUTRO(S): _____

6.4. UM TRABALHO ESPECIAL PARA O TURISMO TEM RESOLVIDO? E QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE A DELEGACIA ENFRENTA:

6.5. QUE(QUAIS) SUGESTÃO(ÕES) SERIA(M) VIÁVEL(IS) PARA MELHOR ESTRUTURAÇÃO E/OU PARTICIPAÇÃO DO TURISMO EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO PARA A CIDADE DE FORTALEZA?

